ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO PROTOCOLO REQUERENTE	Nº PROCESSO	SECRETARIA DE ORIGEM	
PROTOCOLO REQUERENTE	38/2025	INFRAESTRUTURA, OBRAS E	
	PROTOCOLO	REQUERENTE	

MARCOS JOSE GUIMARAES LOPES

10/03/2025

SECRETARIA DE DESTINO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO E LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS E ESGOTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA.



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO – MA

OFÍCIO Nº 15/2025 - PMTF/MA

A Vossa Excelência, **KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA** Prefeito Municipal Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA

Tasso Fragoso - MA, 10 de março de 2025.

Excelentíssimo,

Considerando a necessidade contínua e pontual de manutenção sanitária nas unidades públicas municipais, especialmente quanto à limpeza e esgotamento de fossas sépticas e redes de esgoto, solicitamos a abertura de procedimento licitatório, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, para contratação de empresa especializada na prestação desses serviços.

A solicitação se justifica pela inexistência de rede de esgotamento sanitário em diversas áreas do município, o que torna indispensável a utilização de fossas sépticas e sumidouros nos prédios públicos. Esse tipo de estrutura demanda intervenções periódicas, de modo a assegurar condições adequadas de salubridade, segurança e funcionamento das atividades públicas, prevenindo transtornos como entupimentos, vazamentos e riscos à saúde coletiva.

Dessa forma, solicitamos a devida tramitação do processo licitatório, observando-se os princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, com vistas a garantir a continuidade dos serviços essenciais à população e o adequado funcionamento das instalações públicas municipais.

Marcos Jose
Guimaraes
Lopes:627693

83353

Assinado de forma digital por Marcos Jose Guimaraes Lopes:6276938335

MARCOS JOSE GUIMARAES LOPES
Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo
Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA

PMTF FL.(S) Nº 02 RÚBRICA: Forces



CNPJ: 06.997.563/0001-82

Portaria do Gabinete n.º 007 de 02 de janeiro de 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 76, VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Senhor MARCOS JOSÉ GUIMARÃES LOPES, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Sandoval Mascarenhas, Bairro São José, nesta cidade de Tasso Fragoso/MA, portador da carteira de identidade n.º 058906402016-8 SESP/MA e CPF sob n.º 627.693.833-53, para exercer o Cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO/MA, lotado na GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

KELSON RICHARD

CARVALHO HOLANDA KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA:74444913304

VIEIRA:74444913304

Dados: 2025.01.02 17:50:18 -03'00'

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA

Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO – MA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

1- OBJETO

1.1.Descrição sucinta do objeto

Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA.

1.2.Grau de prioridade da contratação

O grau de prioridade é alto.

1.3.Data prevista para conclusão do processo

A data prevista para a conclusão do processo de contratação em 30/07/2025.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

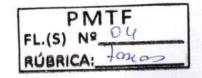
- 2.1.A presente demanda tem por finalidade justificar a necessidade de instauração de procedimento licitatório, visando à eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender às demandas dos órgãos e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso MA.
- 2.2.A contratação se mostra imprescindível para garantir a salubridade e o pleno funcionamento dos prédios públicos, tendo em vista que grande parte das edificações municipais, especialmente aquelas situadas na zona rural, não estão interligadas à rede pública de esgotamento sanitário, operando com sistemas de fossas sépticas e sumidouros. Estes sistemas exigem limpeza periódica, com urgência variável, especialmente nos períodos chuvosos, quando há aumento no nível do lençol freático e risco iminente de transbordamento, mau cheiro, entupimentos e contaminações.
- 2.3. Além da manutenção da higiene e da funcionalidade das instalações sanitárias, a contratação visa cumprir com os deveres da Administração Pública em **prevenir riscos à saúde pública**, ao meio ambiente e à segurança dos usuários, servidores e da comunidade em geral, conforme os princípios constitucionais da eficiência, da continuidade do serviço público e da dignidade da pessoa humana.

3- ESTIMATIVA DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 5 (cinco) anos, a contar a partir de sua assinatura.

4- FONTE DE RECURSOS

4.1. As despesas da contratação ocorrerão por conta do recurso desta Prefeitura.





ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA

5- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Área Requisitante:

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

Responsável (eis) pela demanda

Nome: Marcos Jose Guimaraes Lopes

CPF: Portaria Nº 007/2025.

Cargo/Função: Secretário Municipal de Infraestrutura,

Obras e Urbanismo

Fiscal do Contrato

Nome: Artur Paulo de Abreu Martins

Portaria nº 045/2025 - PMTF

Cargo/Função: Eng. Civil - CREA 1118737997MA

DFD finalizado em: 10/03/2025

Marcos Jose

Guimaraes Guimaraes Lopes:62769383353 Lopes:62769383353

Assinado de forma digital por Marcos

Marcos Jose Guimaraes Lopes

Secretário Municipal de Infraestrutura, obras e Urbanismo

Autorizo, encaminhe-se para providências.

KELSON RICHARD
CARVALHO HOLANDA
VIEIRA:74444913304

Assinado de forma digital
por KELSON RICHARD
CARVALHO HOLANDA
VIEIRA:74444913304

Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Demanda: Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA.

Tasso Fragoso- MA 11/03/2025





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1 Identificação do processo: Processo nº 38/2025
- 1.2 Órgão solicitante: Secretaria Municipal de Infraestrutura / Secretaria Municipal de Administração.

O presente Estudo Técnico Preliminar visa subsidiar a elaboração de processo licitatório na modalidade Registro de Preços, visando a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e esgotamento de fossas sépticas e redes de esgoto em prédios e instalações públicas no município de Tasso Fragoso- MA. A medida visa atender às exigências legais de salubridade, segurança e manutenção da infraestrutura pública.

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada

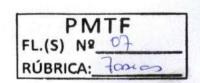
Grande parte das unidades públicas do município, especialmente escolas, unidades de saúde, e instalações administrativas, utilizam fossas sépticas individuais para o descarte de efluentes sanitários, uma vez que a cidade não possui sistema público de esgotamento sanitário em sua totalidade. A ausência de limpeza periódica provoca transbordamentos, entupimentos, contaminações e impactos ambientais e sanitários diretos.

Além de comprometer a operação dos serviços públicos, a situação também fere normas sanitárias da ANVISA, da vigilância ambiental e pode expor servidores e cidadãos a riscos biológicos. O serviço é considerado essencial e deve estar disponível de forma imediata, sob demanda, conforme as ocorrências.

3. Justificativa para Contratação'

A contratação é necessária para assegurar a continuidade dos serviços essenciais do município, com foco em saúde pública, meio ambiente e eficiência operacional. A execução do serviço exige equipamento específico, como caminhões limpa fossa, e profissionais capacitados para a manipulação e transporte de resíduos sanitários. A prestação desse serviço deve seguir as diretrizes da Resolução CONAMA nº 375/2006, NBR 13969 e demais normas aplicáveis.

Trata-se de um serviço contínuo, cuja necessidade não pode ser prevista com exatidão, o que justifica a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), que permite contratações sob demanda conforme surgirem as necessidades, sem comprometer recursos públicos antecipadamente.





4. Justificativa para não participação de empresa em consócio

O objeto é de natureza padronizada, de baixa complexidade técnica em termos de engenharia e logística de execução. Empresas individuais com estrutura operacional mínima conseguem executar o serviço de forma plena e eficiente. A adoção de consórcio, nesse caso, implicaria aumento da burocracia sem contrapartida técnica significativa.

5. Alinhamento entre a contratação e o Planejamento da Administração

A contratação não foi prevista no plano anual de aquisições, uma vez que o referido PCA está sendo elaborado pelo órgão. Ademais, destaque-se que a demanda foi apresentada no oficio solicitação e documentação de formalização da demanda e aprovado por meio de despacho da Autoridade competente.

6. Descrição dos Requisitos da Potencial Contratação

A empresa deverá apresentar:

- Frota própria ou locada de caminhões de sucção com tanques vedados, devidamente licenciados;
- Equipe com treinamento técnico e uso obrigatório de EPIs;
- Plano de operação com atendimento em até 24 horas após solicitação formal;
- Atestado de capacidade técnica em serviços similares emitido por entidade pública ou privada.

O serviço de esgotamento e limpeza de fossa séptica e limpeza dos esgotos deverá ser feito com carro de esgotamento de fossa séptica com capacidade mínima de 8m³ com todos os equipamentos necessários para execução dos serviços a ser contratado como: (mangueira entre 50 a 100m e espessura mínima de 75mm, alavanca e cavador para abertura da fossa, enxada, cone para isolamento do local e etc.), e que seja apresentado à fiscalização desta Prefeitura logo após a assinatura do contrato pela contratada, para inspeção pela fiscalização da Contratante da boa condição de uso do veículo





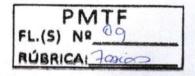
7. Estimativa das quantidades

Foi realizado o levantamento do quantitativo mensurados de acordo com as quantidades de fossas existentes:

Prédio Público	Endereço	Coordenadas	Qtd. Fossa	Cubagem
Escola Municipal Povoado Capim zona Rural de Tancredo Neves. Tasso Fragoso.		8°13'52.20"S 45°46'42.54"O	1	2m³
Escola Municipal Da Ana Alves P. Da Silva. Povoado Paraiso zona Rural de Tasso Fragoso.		8°18'57.89"S 45°57'57.93"O	2	3m³
Creche Municipal Prof. Povoado Paraíso zona Rural de Dalveci P. da Silva Tasso Fragoso.		8°19'3.14"S 45°58'5.85"O	1	1,5m³
Escola Municipal Brunilde Colombo.	Povoado Marcelino zona Rural de Tasso Fragoso.	8°29'0.05"S 45°57'39.77"O	1	1,5m³
Escola Municipal São Raimundo Nonato	Povoado São Pedro zona Rural de Tasso Fragoso.	8°30'49.43"S 45°54'48.81"O	2	4,5m³
Escola Municipal Povoado Baviera zona Rural Deputado José Machado. de Tasso Fragoso.		8°27'45.29"S 45°50'33.39"O	2	4m³
Escola Municipal Coelho Povoado Bom Jesus zona Neto Rural de Tasso Fragoso.		8°12'34.39"S 46° 3'4.26"O	2	3m³
Escola Municipal Adelino Povoado Lagoa zona Rural de Tasso Fragoso.		7°54'48.85"S 45°36'34.68"O	2	4,5m³
Escola Municipal Dom Bosco.	Povoado Dona Fosdão zona Rural de Tasso Fragoso.	8° 5'50.75"S 45°42'24.28"O	1	2m³
Hospital municipal Maria Paes Tavares	Rua Sol Nascente, São João, Zona Urbana de Tasso Fragoso	417497.00 m E 9064175.00 m S	4	8m³
Posto de Saúde CAPIM Povoado Capim zona Ru Tasso Fragoso.		414218.68 m E 9090012.03 m S	I	1,5m³
Posto de Saúde Fosdão Povoado Fosdão zona Rural Tasso Fragoso.		424587.06 m E 9106153.64 m S	1	1,5m³
Posto de Saúde Lagoa Povoado Lagoa zona Rural de Tasso Fragoso.		7°54'48.85"S 45°36'34.68"O	1	1,5m³
Posto de Saúde São Pedro	Povoado São Pedro zona Rural de Tasso Fragoso.	8°30'49.43"S 45°54'48.81"O	2	4m³
Posto de Saúde Paraíso	Povoado Paraíso zona Rural de Tasso Fragoso.	393570.49 m E 9080657.76 m S	1	1,5m³

No que resultou a seguinte Planilha:

Item	Discriminação	Unid	Quantidade estimada	Valor unitario	Valor total
1	Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgotos. Os serviços	M³	1000	195	195.000,00





deverão ser executados com carro apropriado com sucção e capacidade para no mínimo 08M³, dentro das normas ambientais inerentes a matéria, bem como, com todo zelo e cuidado que merecem, uma vez serem executados em área de grande procupos do corridoras e usuários do	
presença de servidores e usuários de serviço	

8. Levantamento de Mercado

Dos aspectos gerais, consultado o mercado com vista a levantar os possíveis fornecedores para aquisição pretendida, assim foi considerado o seguinte cenário:

Contratação de empresa para execução dos serviços mediante pregão eletrônico.

Nesta opção foi considerada a possibilidade de contratar uma empresa através de Pregão Eletrônico para a prestação dos serviços, o que encontrado esta solução mais usual no mercado.

Assim sendo, de acordo com o cenário apresentado, é a melhor opção escolhida pela Administração por ser a mais viável, em observância aos princípios da celeridade, economicidade e eficiência.

Foram realizadas as seguintes ações para levantamento de preços:

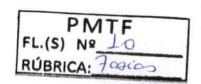
- Pesquisa de contratos similares vigentes em municípios com características semelhantes;
- Análise de contratos recentes registrados em atas públicas estaduais e municipais.

9. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado da pretensa contratação será levantado pela área responsável da Prefeitura, que deverá incluir mobilização, sucção, transporte e destinação ambientalmente correta dos resíduos.

10. Descrição da Solução como um todo

Será realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com validade de 12 meses. A empresa vencedora ficará à disposição da administração para atender as demandas sob ordem





de serviço emitida, com cronograma acordado. Os serviços serão monitorados pela secretaria solicitante, com controle de volume retirado e documentação de destinação.

A solução final escolhida será a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica.

11. Justificativa para parcelamento/Agrupamento de Itens

Devido à padronização do serviço e homogeneidade dos insumos (veículo, mão de obra e destino final), a contratação será feita em lote único. A fragmentação do objeto comprometeria o ganho de escala, aumentaria custos e dificultaria a gestão e o controle das medições.

12. Resultados Pretendidos

- Atendimento eficiente e imediato às necessidades de esgotamento sanitário emergencial e preventivo;
- Prevenção de contaminação do solo e proliferação de doenças;
- Atendimento a recomendações da vigilância sanitária e ambiental;
- Melhoria da infraestrutura e funcionamento de prédios públicos municipais;
- Promoção da saúde pública e prevenção de passivos ambientais e legais.

13. Providências prévias ao contrato

Sem previdências prévias ao contrato

14. Contratações Correlatas/Interdependentes

 Possível contratação complementar de transporte para destinação final caso ocorra mudança de local de tratamento.

15. Possíveis Impactos Ambientais

- Vazamento durante a sucção e transporte dos efluentes;
- · Lançamento irregular dos resíduos em corpos hídricos;
- Exposição da população a odores fortes e agentes biológicos.
 Medidas mitigadoras:
- Fiscalização da vedação e limpeza dos tanques de sucção;
- Exigência de documentação ambiental e de destinação final (manifesto de resíduos);





- Capacitação da equipe para operação segura e controle sanitário;
- Monitoramento das rotas de transporte e pontos de despejo autorizados.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável a contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, considerando a natureza essencial do serviço, sua exequibilidade técnica, conformidade legal e relevância para a saúde pública municipal.

17. Responsável pela elaboração do ETP

Tasso Fragoso - MA, 11 de março de 2025.

Artur Paulo de Abreu Martins

Eng. Civil CREA 1118737997MA

> PMTF FL.(S) Nº 12 RÚBRICA: 700000



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso-MA, a serem executados conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

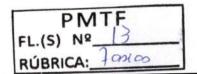
- 2.1. Por inexistência de saneamento público apropriado, o sistema de esgoto dos prédios públicos desta municipalidade foi concebido com fossas e sumidouros, que funciona sob o princípio de reservação dos dejetos sólidos e percolação dos líquidos para o subsolo através de sumidouros. Poderá haver variação no número de vezes em que será necessário o esgotamento, haja vista que o nível do lençol freático altera em função do período chuvoso.
- 2.2. A referida contratação tem finalidade de manter a funcionalidade dos prédios, proporcionando aos usuários um ambiente salubre, assim como evitar reclamações de servidores e usuários das unidades prediais quanto a problemas de mau funcionamento das fossas, refletindo no sistema de esgotamento sanitário, ou seja, entupindo tubulações, de vasos sanitários, pias e outros transtornos.
- 2.3. A Administração tem o dever de inibir a proliferação de doenças no entorno de onde ficam localizadas as fossas sépticas e esgotos.
- 2.4. Vale ressaltar que a utilização do serviço não é ordinária, pois os problemas de entupimentos, vazamentos das fossas ocorrem eventualmente e, quando acontecem, merecem atendimento eficiente, pois a demora no atendimento compromete a utilização dos banheiros, pias e outros, além de causar perigo à saúde dos servidores e usuários. Tal contratação resta necessária para atuarmos de maneira rápida quando do surgimento da demanda.
- 2.5. A finalidade deste objeto é contratar empresa para coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado e ambientalmente correto a todo e qualquer resíduo de fossas e esgotos, esses resíduos, se não tiverem sua destinação certa acarreta sérios problemas de saúde e ambiental para o Município.

3. FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A pretensa contratação reger-se-á pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais normativos aplicáveis ao presente caso e pelos preceitos de direito público.

4. ESPECIFICAÇÕES, QUATITATIVO E PREÇOS ESTIMADOS DO OBJETO

Item	Discriminação	Unid	Quant. Estimada
01	Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgotos. Os serviços deverão ser executados com carro apropriado com sucção e capacidade para no mínimo 08M³, dentro das normas ambientais inerentes a matéria, bem como, com todo zelo e cuidado que merecem, uma vez serem executados em área de grande presença de servidores e usuários de serviço	M³	1000





4.1. Relação de fossas Séptica dos prédios públicos de Tasso Fragoso/MA.

Prédio Público	Endereço	Coordenadas	Qtd. Fossa	Cubagem
Escola Municipal Tancredo Neves.	Povoado Capim zona Rural de Tasso Fragoso.	8°13'52.20"S 45°46'42.54"O	1	2m³
Escola Municipal Da Ana Alves P. Da Silva.	Povoado Paraíso zona Rural de Tasso Fragoso.	8°18'57.89"S 45°57'57.93"O	2	3m³
Creche Municipal Prof. Dalveci P. da Silva	Povoado Paraíso zona Rural de Tasso Fragoso.	8°19'3.14"S 45°58'5.85"O	1	1,5m³
Escola Municipal Brunilde Colombo.	Povoado Marcelino zona Rural de Tasso Fragoso.	8°29'0.05"S 45°57'39.77"O	1	1,5m³
Escola Municipal São Raimundo Nonato	Povoado São Pedro zona Rural de Tasso Fragoso.	8°30'49.43"S 45°54'48.81"O	2	4,5m³
Escola Municipal Povoado Baviera zona Rural Deputado José Machado. de Tasso Fragoso.		8°27'45.29"S 45°50'33.39"O	2	4m³
Escola Municipal Coelho Povoado Bom Jesus zona Rural de Tasso Fragoso.		8°12'34.39"S 46° 3'4.26"O	2	3m³
Escola Municipal Adelino Fonseca			2	4,5m³
Escola Municipal Dom Bosco.	Povoado Dona Fosdão zona Rural de Tasso Fragoso.	45°36'34.68"O 8° 5'50.75"S 45°42'24.28"O	1	2m³
Hospital municipal Maria Paes Tavares	Rua Sol Nascente, São João, Zona Urbana de Tasso Fragoso	417497.00 m E 9064175.00 m S	4	8m³
Posto de Saúde CAPIM Povoado Capim zona Rural de Tasso Fragoso.		414218.68 m E 9090012.03 m S	1	1,5m³
Posto de Saúde Fosdão Povoado Fosdão zona Rural de Tasso Fragoso.		424587.06 m E 9106153.64 m S	1	1,5m³
Posto de Saúde Lagoa Povoado Lagoa zona Rural de Tasso Fragoso.		7°54'48.85"S 45°36'34.68"O	1	1,5m³
Posto de Saúde São Pedro Povoado São Pedro zona Rural de Tasso Fragoso.		8°30'49.43"S 45°54'48.81"O	2	4m³
Posto de Saúde Paraíso	Povoado Paraíso zona Rural de Tasso Fragoso.	393570.49 m E 9080657.76 m S	1	1,5m³

5. VALOR ESTIMADO

5.1. O preço estimado da contratação será obtido através de Mapa Comparativo de Preços, que ser levantando conforme pesquisas de mercado e Banco de preços nacional.

6. CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Os serviços serão executados nos locais indicados no **subitem 4.1 deste Termo de Referência**, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Prefeitura, devendo ser iniciados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas).

6.2. Na execução dos serviços a contratada deverá obedecer rigorosamente às especificações constantes no Termo de Referência e Contrato.

FL.(S) Nº Jy
RÚBRICA: 7 anias



- 6.3. Os serviços serão executados no município de Tasso Fragoso -MA.
- 6.4. O serviço de esgotamento e limpeza de fossa séptica e limpeza dos esgotos deverá ser feito com carro de esgotamento de fossa séptica com capacidade mínima de 8m³ com todos os equipamentos necessários para execução dos serviços a ser contratado como: (mangueira entre 50 a 100m e espessura mínima de 75mm, alavanca e cavador para abertura da fossa, enxada, cone para isolamento do local e etc.), e que seja apresentado à fiscalização desta Prefeitura logo após a assinatura do contrato pela contratada, para inspeção pela fiscalização da Contratante da boa condição de uso do veículo.
- MEDIÇÃO: A medição será realizada pela fiscalização desta Prefeitura em M3.
- 6.5. No transporte de resíduos e esvaziamento de fossa séptica e limpeza dos esgotos, deverá ser realizados os seguintes serviços:
- 6.5.1. Esgotamento de resíduo das fossas sépticas;
- 6.5.2. Desinfecção de tubulações que interligam conexões de passagens de redes de esgotos;
- 6.5.3. Remoção de resíduo das fossas sépticas para o aterro sanitário.
- 6.5.4. A Contratada deverá realizar o descarte dos resíduos em local devidamente licenciado pelos órgãos competentes, emitir laudo técnico e apresentar os comprovantes dos descartes ao fiscal do contrato:
- 6.5.5. O Contratado para executar o serviço deverá observar que não fique nenhum resíduo na superfície, gramas, calçadas e passeios, caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser imediatamente limpo.
- 6.5.6. O veículo que irá efetuar o serviço deverá estar em bom estado de conservação, sem apresentar avarias que coloquem em risco a qualidade e a segurança, no ato da realização da coleta e transporte dos dejetos;
- 6.5.7. O veículo deverá atender todas as normas da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), assim como as normas do DETRAN;
- 6.5.8. As estruturas do veículo devem atender todas as normas de legislação ambiental pertinentes a essa de finalidade;
- 6.5.9. O motorista deverá estar devidamente habilitado e apto para prestar o serviço, isento do consumo de bebidas alcoólicas e substâncias ilícitas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Visando o cumprimento do objeto deste Termo de Referência, a licitante se obriga a:
- 7.1.1. Indicar preposto responsável pelo Acompanhamento dos serviços com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões que surgirem na execução do contrato e apresentar soluções práticas para qualquer problema envolvendo o objeto deste Termo de Referência e Contrato;
- 7.1.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do(s|) veículo(s) durante a execução do serviço, assim como as despesas relacionadas à combustível e ao condutor.
- 7.1.3. A CONTRATADA é responsável por responder por quaisquer infrações ou irregularidades cometidas pelo motorista do veículo, excluindo qualquer responsabilidade direta ou subsidiária da CONTRATANTE:
- 7.1.4. Manter, por si, empregados, sócios e prepostos, irrestrito e total signo



informações, dados ou documentos, que venha a ter acesso ou conhecimento em decorrência dos serviços a serem prestados à CONTRATANTE, obrigando-se a não divulgá-los, a qualquer tempo, verbalmente ou por escrito, sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE;

- 7.1.5. Garantir o cumprimento de todas as obrigações legais e de qualquer natureza, notadamente às leis trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributárias e ambientais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade sobre as mencionadas matérias, seja durante ou após a vigência contratual;
- 7.1.6. Comunicar, de imediato, à CONTRATANTE qualquer alteração realizada em seu Contrato Social, que importe em modificação de representação, denominação social, endereço, liquidação, encerramento ou transformação de suas atividades durante a execução do serviço;
- 7.1.7. Afastar ou substituir, dentro de 12 (doze) horas, qualquer funcionário de seu quadro, que por solicitação da Prefeitura devidamente justificada por escrito, não deva continuar a participar da prestação dos serviços;
- 7.1.8. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas no contrato;
- 7.1.9. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 7.1.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;
- 7.1.11. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.12. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da Contratante.
- 7.1.13. Responder, civil e penalmente, pelos ônus resultantes de quaisquer processos, demandas, custos e despesas decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, ligadas à prestação de serviços, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei;
- 7.1.14. Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicita;
- 7.1.15. Comprovar o recolhimento de todos os encargos sociais, previdenciários, tributários e a regularidade da situação de prestador de serviços, mediante a apresentação de documentação legalmente exigível ou quaisquer outros documentos que a CONTRATANTE, a seu critério, vier a solicitar:
- 7.1.16. Prestar todas as informações técnicas, refazendo os serviços quando em desacordo com as diretrizes traçadas pela CONTRATANTE, providenciando a imediata correção solicitada e atendendo quaisquer reclamações;
- 7.1.17. Fornecer e providenciar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's), para seus empregados de acordo com a Lei de Segurança e Medicina do Trabalho (Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977) e Norma Regulamentadora nº06 aprovada pela Portaria GM nº 3.214 do Ministério do Trabalho, de 08 de junho de 1978.
- 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PMTF
FL.(S) Nº 16
RÚBRICA: 70000



- 8.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Termo de Referência, a **CONTRATANTE** se compromete a:
- a) Emitir Ordem de Serviço com prazo mínimo de 24h (vinte e quatro) horas, antes do início dos serviços contendo o local da execução dos serviços;
- b) Atestar a execução do serviço contratado, após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;
- c) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais, após atestar a respectiva fatura, que deverá ser conferida pelo Setor competente da **CONTRATANTE**, conforme previsto neste termo, após o cumprimento das formalidades legais;
- d) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estabelecidos no Termo de Referência e Contrato;
- e) Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes à execução do objeto, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições estabelecidas;
- f) Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão executados os serviços, quando em áreas internas do CONTRATANTE;
- g) Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de vigência e entregas, mediante designação de servidor(es) responsável(eis) formalmente designados;
- h) Registrar as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA, por escrito, as ocorrências e advertências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;
- i) Indicar servidor com competência necessária para proceder à fiscalização do contrato e atestar as Notas Fiscais;
- j) Notificar a Contratada, por escrito, sobre desacordo, imperfeições ou falhas, para que sejam adotadas a medidas corretivas necessárias;
- k) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA;

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será feito pela CONTRATANTE por medição, no prazo de até 30 (trinta) dias da data de apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Ordem de Serviço, devidamente atestada pelo Setor competente da Prefeitura pelo servidor designado para este fim e encaminhados ao setor competente para a liquidação da despesa.
- 9.2. O valor total de cada medição será apurado com base na quantidade de M³, aplicado o preço unitário registrado;
- 9.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, expressando os preços unitários e o valor total, sendo o faturamento incidente, único e exclusivamente, sobre a quantidade efetivamente medidas e calculadas.
- 9.4. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, à CONTRATADA, através de deposito em conta corrente, agência e banco indicados pela mesma.
- 9.5. O pagamento estará condicionado à comprovação por parte da Contratada, de sua regularidade fiscal e trabalhista por meio das certidões expedidas pelos órgãos competentes.



devidamente atualizadas.

- 9.6. Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no subitem 9.1, por culpa da Contratante, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, desde que, para tanto, não tenha concorrido à Contratada.
- 9.7. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

10. FISCALIZAÇÃO

- 10.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA**, o contrato será fiscalizado por servidor formalmente instituído a quem caberá exercer as atribuições previstas, nos termos do art. 117 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 10.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inclusive perante terceiros, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes diante destes.

11. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- I apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 11.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 11.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a contratação solicitada **em até 90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.
- 11.4. O prazo previsto no **subitem 11.3** poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 11.5. Os limites para as adesões serão observados as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o **item 11.1**:
- I as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para o órgão participante; e
- II o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador,



independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

- 11.6. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II deste subitem, desde que:
- a) seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal; e
- b) seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇO

- 12.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços.
- 12.1.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- a) das empresas que aceitarem cotar os preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação;
- b) das empresas que mantiverem sua proposta original.
- 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.3. O registro a que se refere o item 12.1.1, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, na hipótese prevista no Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023.

13. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **PNCP**, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

14. LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

14.1. O critério de julgamento será do tipo Menor Preço Global.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Será responsabilizado administrativamente o licitante ou o contratado pelas seguintes infrações, consoante dispõe o art. 155 da Lei 14.133/2021:
- 15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da Ata.

FL.(S) Nº 19



- 15.1.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 15.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste termo as seguintes sanções:
- I Advertência:
- II Multa:
- III Impedimento de licitar e contratar;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 15.2.1. Na aplicação das sanções serão consideradas:
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 15.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.4, 15.1.5 e 15.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.4. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.8, 15.1.9, 15.1.10, 15.1.11 e 15.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5 e 15.1.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.5. As sanções previstas neste edital serão aplicadas, conforme o caso, consoante dispõe os artigos 155 e 156 e seguintes da lei 14.133/2021, garantida a prévia defesa.

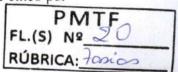
16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto

17. DOS ACRESCIMOS E SUPRESSÕES

17.1. Poderão ser realizados no âmbito do contrato, e mediante Termo Aditivo, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por

18. PRAZO DE VIGÊNCIA





- 18.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 18.3. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 18.4. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 18.5. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 18.6. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 18.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

19. DO REAJUSTE

- 19.1. Os preços propostos pela licitante vencedora, não sofrerão reajuste durante a vigência do contrato.
- 19.2. Ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano, poderá ser negociado o reajuste de preço dos produtos de acordo com a variação geral **do Índice Geral de Preços** Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte formula:

 $R = V \times I$

Onde:

R = Valor do Reajuste Procurado;

V = Valor Inicial do Contrato:

I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

20. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 20.1. A **CONTRATADA** deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão SLTI/MPOG, os quais devem ser **aplicados no momento da execução do objeto**, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos:
- a) Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- b) Acondicionar os produtos preferencialmente em embalagem individual apropriada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 20.2. A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras NBR publicada Marassociação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.



PUBLICAÇÃO 21.

21.1. Incumbirá a contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

22. FORO

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Balsas - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1°, da Lei nº 14.133/21.

Tasso Fragoso - MA, 13 de março de 2025.

Marcos Jose Assinado de forma Guimaraes Lopes:62769383 Jose Guimaraes

digital por Marcos Lopes:62769383353

Marcos José Guimarães Lopes Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

Aprovo o presente Termo de Referência. Em. KELSON RICHARD
CARVALHO
HOLANDA
VIEIRA:74444913304

KELSON RICHARD CARVALHO
HOLANDA
VIEIRA:74444913304 Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira Prefeito Municipal Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA



MATRIZ DE RISCO – Esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos – Tasso Fragoso - MA

Objeto: Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA.

Fase 1 – Planejamento da Contratação

Evento/Risco	Responsável	Probabilidad e	Impacto	Classificação	Ações Preventivas	Ações de Contingên cia
Estimativa insuficiente da demanda real por serviços	Setor de Planejamen to	Média	Médio	Moderado	Levantamento de histórico, entrevistas com secretarias e análise sazonal	Solicitaçã o de reequilíb rio ou reforço orçamen tário
Escolha incorreta da modalidade de contratação	Equipe de Planejamen to e Comissão de contratação	Baixa	Alto	Moderado	Avaliação técnica e jurídica da viabilidade do SRP	Ajuste do processo e nova licitação

Fase 2 – Planejamento da Licitação

Evento/Risc o	Responsável	Probabilida de	Impacto	Classificaçã o	Ações Preventivas	Ações de Contingênci a
Elaboração inadequada do Termo de Referência/ Projeto Básico	Planejamento / Setor Técnico	Baixa	Alto	Moderado	Capacitação da equipe técnica e revisão por engenheiro responsável	Revisão completa do TR e Projeto antes da licitação

PMTF FL.(S) № 23 RÚBRICA: Fasica



Estimativa de preços desatualiza da ou incorreta	Setor Técnico	Baixa	Alto	Alto	Utilização de bancos oficiais atualizados e pesquisa de mercado	Nova pesquisa e readequaçã o dos preços antes da contratação
Licitação deserta	CPL / Planejament o	Média	Alto	Alto	Pesquisa de mercado, ampliação da publicidade, redação clara e atrativa do edital	Reedição da licitação com ajustes
Exigência excessiva no edital	Jurídico / CPL	Média	Médio	Moderado	Revisão com base na Lei 14.133/2021 e jurisprudênci a do TCU	Retificação e reabertura do certame

Fase 3 – Execução dos Serviços

Evento/Ris co	Responsável	Probabilidade	Impacto	Classif icação	Ações Preventivas	Ações de Contingência
Atrasos na execução após ordem de serviço	Contratada	Alta	Médio	Alto	Previsão contratual de prazos máximos e penalidades	Aplicação de multa e substituição da empresa se necessário
Vazament os durante a operação dos caminhões	Contratada	Média	Alto	Alto	Exigir manutenção preventiva e equipamentos com sistema estanque	Interrupção do serviço, responsabiliz ação ambiental
Destinaçã o irregular dos resíduos	Contratada	Média	Alto	Alto	Fiscalização de manifestos de resíduos e exigência de ETE licenciada	Suspensão de pagamentos e comunicação ao órgão ambiental





Acidentes com operadore s ou contamina ção por agentes biológicos	Contratada	Média	Médio	Moder ado	Exigência de EPIs, PCMSO e treinamentos específicos	Afastamento e substituição de equipe, investigação do acidente
Abandono da obra/serviç o	Contratada	Baixa	Muito Alto	Alto	Exigência de garantia contratual e avaliação da capacidade da empresa	Rescisão contratual e execução da garantia

Legenda da Classificação:

Probabilidade: Baixa / Média / Alta

Impacto: Baixo / Médio / Alto / Muito Alto Classificação: Baixo / Moderado / Alto

Tasso Fragoso (MA), 13 de março de 2025.

Marcos Jose Assinado de forma digital por Marcos Jose Lopes:6276 Guimaraes Lopes:62769383 353

Marcos José Guimarães Lopes Sec. Municipal de Infraestrutura Obras e Urbanismo Artur Paulo de Abreu Martins Eng. Civil CREA 1118737997MA





Autorizo a licitação, na forma da Lei.

Encaminha-se ao Departamento de Compras para as providências necessárias à realização da Pesquisa mercadológica

Tasso Fragoso - MA, 17 de março de 2025.

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA

Assinado de forma digital por KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA:74444913304 HOLANDA VIEIRA:74444913304

Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira Prefeito Municipal





Relatório de Cotação: Limpeza fossas

Pesquisa realizada em 18/03/2025 22:19:33

Observações Gerais: Limpeza fossas

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço cálculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo

Conforme Insaução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Arugo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá. INC V-Método matemático aplicado para a

Item 1: limpeza de fossa / esgoto / boca de lobo

PREÇOS/ PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO R\$ 195,00 (un)	PERCENTUAL	CALCU RS 19	LADO	% VALO GLOBA 100%	L.	95.000,00
Preço Compras Governamentais	Órgão Público				Identifica	ção	Data Licitação	Preço
1	95.591.764/0001405 - MII Maria	VISTÉRIO DA EDUCA	ÇÃO Universidade Federal d	e Santa	N°Pregão: UASG:15	901032024 3164	01/11/2024	R\$ 209,50
2	95,591,764/0001-05 - MII Mana	NISTÉRIO DA EDUCA	ÇÃO Universidade Federal d	e Santa	N°Pregão: UASG:15	901032024 3164	01/11/2024	R\$ 172,00
3	95,591,764/0001-05 - MB Maria	NISTÉRIO DA EDUCA	ÇÃO [Universidade Federal d	e Santa	N°Pregão: UASG:15	901032024 3164	01/11/2024	R\$ 203,50
Valor Unitário								R\$ 195,00

Valor Global:

Valor do item em relação ao total

1) limpeza de..



Quantidade de preços por item tern 1



R\$ 195.000,00

Detalhamento dos Itens

Item 1: limpeza de fossa / esgoto / boca de lobo

Descrição

Quantidade

Média dos Preços Obtidos: R\$ 195,00 Preço Estimado: R\$ 195,00 (un) Preço Estimado Calculado: R\$ 195,00 Percentual: -

grupo 1: retirada do lodo e lavagem das britas, conforme específicações, santa maria, silveira martins e são joão do polésine (cappa) v

alor estimado: r\$ 220,0000 critério de julgamento: menor preço-

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

Inc. I Art. 5° da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

CNPJ: 95.591.764/0001405 Data: 01/11/2024 08:00 Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Modalidade: Pregão Eletrônico

Universidade Federal de Santa Maria SRP: SIM

Objeto: Registro de Preços para LIMPEZA, DESENTUPIMENTO DE REDES DE ESGOTO E Identificação: NºPregão:901032024 / UASG:153164 FOSSA SEPTICA NOS CAMPI DA UESM

Lote/Item: /4 Descrição: Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo - GRUPO 2: Prestação de serviço para Ata: N/A

drenagem por sucção de fossa asséptica. Cachoeira do Sul Valor estimado: R\$ 257,5000

Homologação: 21/11/2024 13:08 Critério de julgamento: Menor Preço

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br CatSer: 16527 - Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo

Quantidade: 200 Unidade: M3

UF: RS

CNPJ Razão Social do Fornecedor Valor da Proposta Final

05.013.406/0001-22 IMUNIZADORA CACHOEIRA LTDA

"VENCEDOR"

Marca: Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Cachoeira do Sul

Nome de Contato: Telefone: Email: Cidade: Endereco: RUA GREGORIO DA FONSECA, 1214 (51) 3723-1502 licitacao@limpatudors.com.br

R\$ 150,00

Alessandra Loskann

Marra

Fabricante: Labricante não informado.

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email:

(51) 3731-3511/(51) 9867-3664 jairsilvamaster@gmail.com R BENJAMIN FRANKLIN DE RAMIZ GALVAO, 2020 Rio Pardo

49.970.30300001-26 SAFETY AMBIENTAL LTDA

R\$ 199,00

Marca:

Fabricante: Labricante não informado

Modelo

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

R\$ 220,00 39.854.012/0001-19 EDERSON DA CUNHA RIBAS

Marca:

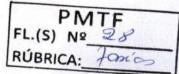
Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Telefone: Emails Estado: Cidade:

R DAS MARCELAS, 879 (55) 3223-8424 mercatto.mercano@gmail.com RS





Relatório gerado no dia 18/03/2025 22:21:36 (IP: 45.226,136.205)
Código Validação: u20TNBI9OGDIQm1WavOvmEjQQbBSI2bKKjliaDkGd2cqHU8nPtm6WA%3d%3d
http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=u20TNBI9OGDtQm1WavOvmEjQQbBSI2bKKjliaDkGd2cqHU8nPtm6WA%253d%253d

Observação

R\$ 209,50

R\$ 160.00

CNPJ Razão Social do Fornecedor

21.602.658/0001-43 DEPCLEAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Telefone: Email: Estado: Cidade: Endereco: Nome de Contato:

AVENIDA VICTOR BARRETO, 3646 Renata (51) 3922-2600 comercial2@dipcleanrs.com.br

RNL TRADE AND FACILITIES LTDA R\$ 263,42 15,655.026/0001-45

Marca:

Fabricante: l'abricante não informado

Descrição: Descrição não informada

Email: Endereço: Telefone:

DAS PITANGUEIRAS, 5 (61) 9570-4155 contato@federaltrading.org

Preço (Compras Governamentais) 2; Mediana das Propostas Finais

Inc. I Art. 5° da 18 65 de 07 de Jalbo de 2021 (Lei nº 14.133).

Data: 01/11/2024 08:00 CNPJ: 95.591.764/0001-05 Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Modalidade: Pregão Eletrônico

Universulade Federal de Santa Maria SRP: SIM

Objeto: Registro de Precos para LIMPEZA, DESENTUPIMENTO DE REDES DE ESGOTO E Identificação: NºPregão:901032024 / UASG:153164

FOSSA SÉPTICA NOS CAMPI DA UESM Lote/Item: /3

Descrição: Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo - GRUPO 1: Retirada do lodo e lavagem das britas, conforme especificações. Santa Maria, Silveira Martins e São João do Homologação: 21/11/2024 13:08

Polésine (CAPPA) Valor estimado: R\$ 220,0000 Critério de julgamento: Menor Preço Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

CatSer: 16527 - Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo Quantidade: 100 Unidade: M3

UF: RS

Valor da Proposta Final Razão Social do Fornecedor CNPI

05.013.406/0001-22 IMUNIZADORA CACHOEIRA LIDA

VENCEDOR

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Name de Contato: Telefone: Estado: Cidade: Endereço: (51) 3723-1502 licitacao@limpatudors.com.br RUA GREGORIO DA FONSECA, 1214 Messandra Loskann RS Cachoeira do Sul

R\$ 120,00 39.854.012/0001-19 EDERSON DA CUNHA RIBAS

Marca:

Fabricante: Fabricante não informado

Descrição: Descrição não informada

Telefone: Endereco: Cidade: Estado: mercatto.mercatto@gmail.com (55) 3223-8424 Santa Maria R DAS MARCELAS, 879

R\$ 165,00 32.393.631/0001-04 JAIR CORREIA DA SILVA

Marca:

Fabricante: Labricante não informado

Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereco:

(51) 3731-3511/ (51) 9867-3664 jairsilvamaster@gmail.com Rio Pardo R BENJAMIN FRANKLIN DE RAMIZ GALVAO, 2020

Email



Valor da Proposta Final

R\$ 257.50

R\$ 172,00

R\$ 90.00

49.970.303/0001-26

SAFETY AMBIENTAL LTDA

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo

Descrição: Descrição não informada

Endereco:

21.602.658/0001-43 DEPCLEAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

R\$ 220,00

R\$ 179.00

Fabricante: l'abricante não informado

Descrição: Descrição não informada

Estado RS

Campas

Cidade: Endereco: AVENIDA VICTOR BARRETO, 3646

Nome de Contato:

Telefone: (51) 3922-2600 Email:

R\$ 222,51

R\$ 203,50

15.655.026/0001-45 RNL TRADE AND FACILITIES LTDA

Marca:

Fabricante: l'abricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

Telefone:

(61) 9570-4155

Email:

contato@federaltrading.org

comercial2@dipcleanrs.com.br

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Finais

Inc. L'Art. 5" da IN 65 de 07 de hilha de 2021 (Lei nº 14-133).

CNPJ: 95.591.764/0001-05

Orgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Santa Maria

FOSSA SÉPTICA NOS CAMPI DA UFSM

Descrição: Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo - GRUPO 2: Retirada do lodo e lavagem

Objeto: Registro de Preços para LIMPEZA, DESENTUPIMENTO DE REDES DE ESGOTO E

das hoitas, conforme especificações. Cachoeira do Sul Valor estimado: R\$ 237,5000

Critério de julgamento: Menor Preço

CatSer: 16527 - L'impeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo

Data: 01/11/2024 08:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: NºPregão:901032024 / UASG:153164

Lote/Item: 76

Ata: N/A

Homologação: 21/11/2024 13:08

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 20 Unidade: M3

CNPI

Razão Social do Fornecedor

IMUNIZADORA CACHOEIRA LTDA

UF: RS

Valor da Proposta Final

R\$ 110,00

05.013.406/0001-22 *VENCEDOR*

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

Cidade: Cachoeira do SulEndereço: RUA GREGORIO DA FONSECA, 1214 Nome de Contato: Alessandra Loskann

Telefone: (51) 3723-1502 Email:

licitacao@limpatudors.com.br

32.393.631.0001-04 JAIR CORREIA DA SILVA

R\$ 160,00

Fabricante: Labricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade:

Endereco:

Rio Pardo - R BENJAMIN FRANKLIN DE RAMIZ GALVAO, 2020

(51) 3731-3511/(51) 9867-3664

Emails

jansilvamaster@gmail.com



49.970.303/0001-26 SAFETY AMBIENTAL LTDA

Fabricante: Fabricante não informado

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

39.854.012/0001-19 EDERSON DA CUNHA RIBAS

R\$ 210,00

R\$ 197,00

Fabricante: l'abricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Estado: RS

Cidade: Santa Maria Endereço: R DAS MARCELAS, 879 Telefone: (55) 3223-8424 Email:

mercatto.mercatto@gmail.com

21.602.658/0001-43 DEPCLEAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

R\$ 237,50

Fabricante: Fabricante não informado

Modela:

Descrição: Descrição não informada

Estado:

Canoas

Cidade: Endereço:

AVENIDA VICTOR BARRETO, 3646

Nome de Contato:

Renata

Telefone: (51) 3922-2600 Email:

comercial2@dipcleanrs.com.br

15,655,026/0001-45 RNL TRADE AND FACILITIES LTDA

R\$ 242,94

Marca:

Fabricante: l'abricante não informado

Modelo:

Descrição: Descrição não informada

Endereço:

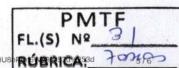
Telefone:

(61) 9570-4155

Email:

contato@federaltrading.org





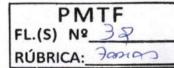
Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de dominio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e oficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Compras.gov.br www.gov.br/compras/pt-br Data: 18/03/2025 22:20:46 Acessar a fonte <u>aqui</u>







MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 38/2025 - PMTF

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza de fossas e esgotos de interesse da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	FONTE 1 Banco de Preço	FONTE 2 Banco de Preço	FONTE 3 Banco de Preço	PREÇO MEDIO Banco de Preço(R\$)
01	Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgotos. Os serviços deverão ser executados com carro apropriado com sucção e capacidade para no mínimo 08M³, dentro das normas ambientais inerentes a matéria, bem como, com todo zelo e cuidado que merecem, uma vez serem executados em área de grande presença de servidores e usuários de serviço	M^3	1000	R\$ 209,50	R\$ 172,00	R\$ 203,50	R\$ 195,00

Objetivando maior economicidade ao erário, a pesquisa mercadológica realizada pelo setor de compras apurou preços para os itens demandados, conforme art. 23 da Lei Federal nº 14.33/2021.

Os preços apresentados pelas respectivas fontes estão consoantes a realidade de mercado e atendem à todas as condições estabelecidas conforme especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência

Tasso Fragoso - MA, 18 de março de 2025.

NATALIA SANTOS DE ALENCAR

Setor de compras

Av. Santos Dumont s/nº - Centro - Cep. 65.820-000 - Fone



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA

Encaminha-se à Comissão de Contratação para providências necessárias à realização do certame.

Tasso Fragoso - MA, 19 de março de 2025.

Marcos Jose Guimaraes

Assinado de forma digital por Marcos Lopes:627693833 Jose Guimaraes Lopes:62769383353

MARCOS JOSE GUIMARAES LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA





CINF3: 00.997.503/0001-82

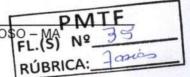
Portaria do Gabinete n.º 016 de 06 de janeiro de 2025.

DESIGNAR O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021.

O SENHOR KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do município, tendo em vista o disposto nos incisos L e LX do art. 6°, bem como no art. 8°, § 3° da Lei Federal 14.133 de 1° de abril de 2021.

RESOLVE:

- Art. 1º Designar o servidor abaixo indicado para atuar como Agente de Contratação e Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso/MA:
- I MANOEL MESSIAS BORGES OLIVEIRA, CPF n.º 920.569.111-91, matrícula nº 04877.
- §1º O servidor designado no caput deste artigo irá atuar como Agente de Contratação para conduzir os processos de licitação, contratação direta e procedimentos auxiliares regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.
- §2º Nas licitações processadas por meio da modalidade pregão, o Agente de Contratação mencionado no caput deste artigo será denominado Pregoeiro, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- §3º Compete ao Agente de Contratação tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.
- §4º Em eventual (is) afastamento legal (is) ou impedimento (s) de Pregoeiros, o Prefeito Municipal de Tasso Fragoso poderá designar substituto (s) com a finalidade de dar andamento aos pregões.
- **Art. 2º**. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:
 - I Fernanda Coelho Dias, CPF nº 967.999.353-15, matrícula nº 00268;
 - II Larissa Figueira da Costa, CPF nº 066.073.133-96, matrícula nº 04878;





CNPJ: 06.997.563/0001-82

Art. 3º - O pregoeiro poderá solicitar, sempre que necessário, parecer(es) ou informação(ões) dos demais setores da Prefeitura para auxiliá-lo(a) nas análises das propostas de preço e habilitação técnica.

Art. 4º - Permanecem vigentes os efeitos da Portarias nº 034 de 23 de janeiro de 2024 para os processos licitatórios regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002 enquanto estes não forem finalizados, desde que a Administração tenha optado por licitar ou contratar diretamente de acordo com as leis citadas, e a opção escolhida tenha sido indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta publicado até o dia 31 de dezembro de 2024.

Art. 5° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

KELSON RICHARD

KELSON RICHARD

Assimado de forma digital por KELSON RICHARD CARVALHO

CARVALHO HOLANDA HOLANDA VIEIRA:74444913304 VIEIRA:74444913304 Dados: 2025.01.06 15:59:17

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA

Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2025 – PMTF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2025 – PMTF.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO/MA

OBJETO: Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA.

VALOR ESTIMADO: R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: __ de ___ de 2025 às 09h:00min (nove horas e trinta minutos), no endereço: www.comprastassofragoso.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço global

MODO DE DISPUTA: aberto

PREGOEIRO: MANOEL MESSIAS BORGES OLIVEIRA

PMTF
FL.(S) Nº 37
RÚBRICA: 1934



PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2025 - PMTF

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2025 - PMTF

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO/MA, torna público, para conhecimento dos interessados, que, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, realizará licitação na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL nos termos da LEI FEDERAL nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e LEI COMPLEMENTAR nº 123/06 e 147/2014, e demais legislação, sob as condições estabelecidas neste ato convocatório e anexos.

1. OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.3. No momento do cadastro da proposta, havendo divergência entre a descrição do(s) item(ns) constantes no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso e as do Termo de Referência, prevalecerão as descritas no Termo, Anexo desse Edital.
- 1.4. O valor estimado para o objeto da licitação é de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais)

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários vigente, quais serão informados do momento da contratação, conforme dispõe o art.17, do Decreto Federal nº 11.462/23.
- 2.2. As rubricas orçamentarias indicadas poderão ser alteradas unilateralmente a critério da administração.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO** que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.
- 3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras do Município de Tasso Fragoso, no sítio www.comprastassofragoso.com.br;
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

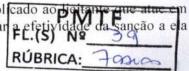
RÚBRICA: Fosia



- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e que estejam com credenciamento regular no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso www.comprastassofragoso.com.br.
- 4.1. Para participação das ME, EPP e MEI na presente licitação deve ainda ser observado:
- 4.2.1. O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no **Capítulo V** da Lei Complementar Federal nº. 123/06, deverá comprovar a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)ou Microempreendedor Individual (MEI), no momento do cadastramento como interessado em participar do certame eletrônico com a apresentação de:
- 4.2.1.1. Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;
- 4.2.1.2. Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;
- 4.3. A obtenção de benefícios a que se refere ao **subitem 4.2.1**. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante declarar a observância desse limite na licitação.
- 4.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- 4.4.1. Pessoa jurídica cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital as Pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e empresas controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si.
- 4.4.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 4.4.3. O impedimento de que trata o subitem 4.3.2. será também aplicado substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de/ burlar a ef





aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 4.4.4. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.4.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 4.4.6. Sociedades empresárias estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.
- 4.4.7. Sociedades empresárias estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 4.4.8. Pessoa jurídica declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.
- 4.4.9. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no § 4°, do artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **5.4.** As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente** com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- **5.5.** O envio da proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de **chave de acesso e senha**.
- 5.6. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes.
- 5.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016).
- 5.8. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.9. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.10. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTES CAMPOS:
- 6.1.1. Valor unitário e total do item e valor Global da Proposta, em moeda corrente nacional;
- 6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 6.4. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.4. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.5. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.6. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.8. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.9. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.
- 7.11. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar **lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.12. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR TOTAL DO ITEM.
- 7.13. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.14. A licitante somente poderá oferecer lance de valor MENOR ao último por ele ofertado registrado pelo sistema.



- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 7.16. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta para cada item estará disponível para o fornecedor no momento da fase de lance.
- 7.17. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.18. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.19. A etapa de lances da sessão pública terá **duração de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.20. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.21. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrarse-á automaticamente.
- 7.22. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.23. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao Suporte Técnico.
- 7.24. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.25. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante.**
- 7.26. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas do Município de Tasso Fragoso, www.comprastassofragoso.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas, da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.28. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.29. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



- 7.30. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.31. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.32. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.33. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.34. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1°, da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:
- 7.34.1. empresas estabelecidas no território do Estado, no caso de licitação realizada por órgão Municípal no território do Estado em que este se localize;
- 7.34.2. por empresas brasileiras;
- 7.34.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.34.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009
- 7.34.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.35. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao primeiro colocado, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.36. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.37. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.38. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.39. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.4. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



- 8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo estabelecido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.
- 8.2.2. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;
- 8.2.3. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.
- 8.6. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta, ou exigir dos licitantes que seja demonstrada, conforme disposto no **item 8.2.2** do Edital.
- 8.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.8. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.5.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.
- 8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta a licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

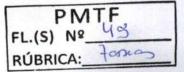
- 9.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade <u>Administrativa</u>, <u>mantido pelo</u> Conselho Nacional de Justiça CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm consultap_Murrdo.php).



- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União TCU;
- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/);
- 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.
- 9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação da licitante será verificada por meio do sistema, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.
- 9.2.1. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes no sistema para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhálos, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.9. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.10. Ressalvado o disposto no **item 5.1**, as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. Habilitação jurídica:

- 9.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br**;





- 9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.11.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.11.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.12. Regularidade fiscal e trabalhista:
- 9.12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 9.12.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- 9.12.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da:
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciário.
- 9.12.4. Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante
- Certidão Negativa de Débitos Fiscais.
- Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.
- 9.12.5. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, relativa ao ISSQN Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e TLF Taxa de Localização e Funcionamento, através de:
- Certidão Negativa de Débitos Fiscais.
- Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.
- 9.12.6. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de apresentação do CRF Certificado de Regularidade do **FGTS**.
- 9.12.7. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 9.12.8. Caso a licitante detentora do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 9.13. Qualificação Econômico-Financeira, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 9.13.1. **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias anteriores a solicitação dos documentos de habilitação pelo Pregoeiro:



- 9.13.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 9.13.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.13.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6°);
- 9.13.4. A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índices financeiros utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores ali estabelecidos:
- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultante do cálculo com a aplicação da seguinte formula, maior ou iguais a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- b) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, de acordo o artigo 69 dalei 14.133/21.
- 9.13.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.14. Qualificação Técnica

- 9.14.1. Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante prestou ou estar prestando serviços compatíveis com o objeto da licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável.
- 9.14.2. Alvará de Funcionamento, emitido pelo Município sede da Licitante.
- 9.14.3. Licença de Operação (LO) do meio ambiente, para execução da atividade de limpeza de fossas condizente com o objeto desta licitação conforme determina a Lei Federal 6.938/81 que instituiu a política nacional do meio ambiente.
- 9.14.4. Declaração da licitante de dispor ao tempo da assinatura do contrato de veículo(s) que as suas características obedecem ao disposto no Termo de Referência (Anexo l) desta licitação.

FL.(S) Nº 48
RÚBRICA: FORCE



- 9.15. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.20. Havendo inabilitação da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. Apresentar a proposta de preços, devidamente ajustada ao último lance vencedor.
- 10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca/modelo, fabricante e ano de fabricação vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, se for o caso, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, será concedido o prazo de 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando a licitante declarada vencedora não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1° da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



13. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e Contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e Contrato.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. Após a Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo de **05 (cinco) dias uteis**, e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.
- 15.2. A Ata de Registro de Preços não obriga a PMTF a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 15.3. O preço registrado e a indicação das respectivas empresas beneficiarias da Ata de Registro de Preços serão divulgados PNCP- Portal Nacional de Contratação Pública, e divulgada em meio eletrônico, no Portal da PMTF.
- 15.4. A PMTF fará monitoramento dos preços registrados, podendo estes ser revistos em decorrência de eventual redução ou elevação, de forma a manter atualizados os valores praticados no mercado; conforme artigo 25 do Decreto Federal nº 11.462/23.
- 15.5. A vigência da Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, com fulcro no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 15.6. A partir da vigência da ARP o fornecedor fica obrigado a cumprir na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.
- 15.7. A assinatura da ARP está condicionada à verificação de todos os requisitos de habilitação da licitante vencedora.
- 15.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, conforme art. 23 do Decreto Federal nº 11.462/23.
- 15.9. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 15.10. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 15.11. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

16. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:





- I apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.
- 16.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 16.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 16.4. O prazo previsto no **subitem 16.3** poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 16.5. Os limites para as adesões serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o subitem 16.1:
- I as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e
- II o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 16.6. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o **inciso II do subitem 16.5**, desde que:
- 16.6.1. seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal;
- 16.6.2. seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DO CANCELAMENTO DOS PRECOS REGISTRADOS

- 17.1. O registro de preço será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:
- I descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no $\S~2^\circ$ do art. 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023; ou
- IV sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.2. Na hipótese prevista no inciso IV do **subitem 17.1**., caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 17.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no **subitem 17.1**. será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

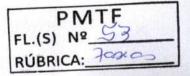




- 17.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 17.4.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 17.4.2. por razão de interesse público;
- 17.4.3. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 17.4.4. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto nº 11.462/2023.

18. DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. Quando da necessidade de contratação, os órgãos públicos deverão consultar o Órgão Gerenciador para obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que esta ainda se encontra obrigada e dos preços registrados.
- 18.2. A prestadora de serviço beneficiária da Ata de Registro de Preços estará obrigada a retirar as respectivas Notas de Empenho e a celebrar os Contratos (ANEXO III) ou instrumentos equivalentes que poderão advir, nas condições estabelecidas neste Edital e na própria Ata, observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.
- 18.2.1. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 18.3. A recusa injustificada da empresa beneficiária da Ata em retirar a Nota de Empenho e assinar o Contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as penalidades legalmente estabelecidas no **item 19** deste Edital.
- 18.4. A contratação com as empresas locadora dos veículos será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de Contrato Administrativo (ANEXO III) que deverá ser celebrado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 18.5. O Contrato Administrativo poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme dispõe o art. 95, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021.
- 18.6. A proponente que vier a ser contratada ficara obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, bem como a manter atualizada, durante a execução do Contrato, toda documentação de habilitação exigida na licitação.
- 18.7. A empresa deverá prestar os serviços, rigorosamente dentro dos prazos estipulados no instrumento do contrato celebrado com as unidades que venham a se utilizar da Ata de Registro de Preços, e de acordo com as especificações técnicas exigidas neste Edital, bem como com as condições que constam de sua proposta.
- 18.8. O pagamento será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, referente ao serviço prestado do mês anterior, devidamente atestada pelo Setor competente da Prefeitura pelo servidor designado para este fim, para crédito na conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas às condições fixadas neste Edital e seus Anexos.





19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Será responsabilizado administrativamente o licitante ou o contratado pelas seguintes infrações, consoante dispõe o art. 155 da Lei 14.133/2021:
- 19.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 19.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 19.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 19.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 19.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 19.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 19.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 19.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 19.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste edital as seguintes sanções:
- I advertência:
- II multa;
- III impedimento de licitar e contratar;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 19.2.1. Na aplicação das sanções serão consideradas:
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 19.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.4, 19.1.5 e 19.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 19.4. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.8. 19.1.9. 19.1.10, 19.1.11 e 19.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.11.5 e 19.1.6 que



justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.º 14.133/2021.

19.5. As sanções previstas neste edital serão aplicadas, conforme o caso, consoante dispõe os artigos 155 e 156 e seguintes da lei 14.133/2021, garantida a prévia defesa.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
- 20.2. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverá ser realizada EXCLUSIVAMENTE por **FORMA ELETRÔNICA** via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras do Município de Tasso Fragoso no endereço eletrônico no sistema **www.comprastassofragoso.com.br**.
- 20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas **no prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 20.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 20.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.comprastassofragoso.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 20.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



- 21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.8. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 21.9. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 21.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.13. A Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso/MA, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 21.13.1. A anulação do pregão induz à anulação da ata e do contrato.
- 21.13.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 21.14. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 21.15. O Edital e seus anexos estará disponível na integra nos seguintes endereços eletrônicos: no Portal de Compras da Prefeitura de Municipal de Tasso Fragoso, em www.comprastassofragoso.com.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP, no SINC contrata em www.toes.ma.gov.br e site da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso/MA https://www.tassofragoso.ma.gov.br.
- 21.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preço.

ANEXO III - Minuta do Termo de Contrato.

Anexo IV - Modelo de Proposta de Preço

Tasso Fragoso - MA, __ de _____ de 2025.

PMTF
FL.(S) Nº 56
RÚBRICA: Fasias



PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2025 - PMTF ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso-MA, a serem executados conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. Por inexistência de saneamento público apropriado, o sistema de esgoto dos prédios públicos desta municipalidade foi concebido com fossas e sumidouros, que funciona sob o princípio de reservação dos dejetos sólidos e percolação dos líquidos para o subsolo através de sumidouros. Poderá haver variação no número de vezes em que será necessário o esgotamento, haja vista que o nível do lençol freático altera em função do período chuvoso.
- 2.2. A referida contratação tem finalidade de manter a funcionalidade dos prédios, proporcionando aos usuários um ambiente salubre, assim como evitar reclamações de servidores e usuários das unidades prediais quanto a problemas de mau funcionamento das fossas, refletindo no sistema de esgotamento sanitário, ou seja, entupindo tubulações, de vasos sanitários, pias e outros transtornos.
- 2.3. A Administração tem o dever de inibir a proliferação de doenças no entorno de onde ficam localizadas as fossas sépticas e esgotos.
- 2.4. Vale ressaltar que a utilização do serviço não é ordinária, pois os problemas de entupimentos, vazamentos das fossas ocorrem eventualmente e, quando acontecem, merecem atendimento eficiente, pois a demora no atendimento compromete a utilização dos banheiros, pias e outros, além de causar perigo à saúde dos servidores e usuários. Tal contratação resta necessária para atuarmos de maneira rápida quando do surgimento da demanda.
- 2.5. A finalidade deste objeto é contratar empresa para coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado e ambientalmente correto a todo e qualquer resíduo de fossas e esgotos, esses resíduos, se não tiverem sua destinação certa acarreta sérios problemas de saúde e ambiental para o Município.

3. FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A pretensa contratação reger-se-á pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais normativos aplicáveis ao presente caso e pelos preceitos de direito público.

4. ESPECIFICAÇÕES, QUATITATIVO E PREÇOS ESTIMADOS DO OBJETO

Item	Discriminação	Unid	Quant.	Valor Estimado R\$	
		Onia	Estimada	Unit.	Total
01	Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgotos. Os serviços deverão ser executados com carro apropriado com sucção e capacidade para no mínimo 08M³, dentro das normas	M ³	1000	195,00 PMTF	195.000,00

RÚBRICA:



- - h	ambientais inerentes a matéria, bem como, com todo zelo e cuidado que merecem, uma vez serem executados em área de grande presença de servidores e usuários		
	de serviço	Status -	47 - 14

Relação de fossas Séptica dos prédios públicos de Tasso Fragoso/MA.

Prédio Público	Endereço	Coordenadas	Qtd. Fossa	Cubagem
Escola Municipal	Povoado Capim zona Rural de	8°13'52.20"S	1	2m³
Tancredo Neves.	Tasso Fragoso.	45°46'42.54"O		
Escola Municipal Da Ana	Povoado Paraíso zona Rural de	8°18'57.89"S	2	3m³
Alves P. Da Silva.	Tasso Fragoso.	45°57'57.93"O		
Creche Municipal Prof.	Povoado Paraíso zona Rural de	8°19'3.14"S	1	1,5m³
Dalveci P. da Silva	Tasso Fragoso.	45°58'5.85"O		
Escola Municipal	Povoado Marcelino zona Rural	8°29'0.05"S	1	1,5m3
Brunilde Colombo.	de Tasso Fragoso.	45°57'39.77"O		
Escola Municipal São	Povoado São Pedro zona Rural	8°30'49.43"S	- 2	4,5m ³
Raimundo Nonato	de Tasso Fragoso.	45°54'48.81"O		
Escola Municipal	Povoado Baviera zona Rural	8°27'45.29"S	2	4m³
Deputado José Machado.	de Tasso Fragoso.	45°50'33.39"O		2,337
Escola Municipal Coelho	Povoado Bom Jesus zona	8°12'34.39"S	2	3m³
Neto	Rural de Tasso Fragoso.	46° 3'4.26"O		
Escola Municipal Adelino	Povoado Lagoa zona Rural de	7°54'48.85"S	2	4,5m³
Fonseca	Tasso Fragoso.	45°36'34.68"O	E-10 1	7.731
Escola Municipal Dom	Povoado Dona Fosdão zona	8° 5'50.75"S	1	2m³
Bosco.	Rural de Tasso Fragoso.	45°42'24.28"O	1	
Hospital municipal Maria	Rua Sol Nascente, São João,	417497.00 m E	4	8m³
Paes Tavares	Zona Urbana de Tasso Fragoso	9064175.00 m S		
Posto de Saúde CAPIM	Povoado Capim zona Rural de	414218.68 m E	1	1,5m ³
	Tasso Fragoso.	9090012.03 m S		
Posto de Saúde Fosdão	Povoado Fosdão zona Rural de	424587.06 m E	1	1,5m ³
	Tasso Fragoso.	9106153.64 m S		
Posto de Saúde Lagoa	Povoado Lagoa zona Rural de	7°54'48.85"S	1	1,5m3
	Tasso Fragoso.	45°36'34.68"O		
Posto de Saúde São Pedro	Povoado São Pedro zona Rural	8°30'49.43"S	2	4m³
	de Tasso Fragoso.	45°54'48.81"O		
Posto de Saúde Paraíso	Povoado Paraíso zona Rural de	393570.49 m E	1	1,5m ³
	Tasso Fragoso.	9080657.76 m S		

5. VALOR ESTIMADO

5.1. O preço estimado da contratação foi obtido através de Mapa Comparativo de Preços, levando-se em consideração as pesquisas de mercado e Banco de preços nacional, tendo-se como valor total estimado, após cálculo da média a importância de R\$ 195,000,00 proventa e cinco mil reais).

RÚBRICA:



CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 6.1. Os serviços serão executados nos locais indicados no subitem 4.1 deste Termo de Referência, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Prefeitura, devendo ser iniciados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas).
- 6.2. Na execução dos serviços a contratada deverá obedecer rigorosamente às especificações constantes no Termo de Referência e Contrato.
- 6.3. Os serviços serão executados no município de Tasso Fragoso -MA.
- 6.4. O serviço de esgotamento e limpeza de fossa séptica e limpeza dos esgotos deverá ser feito com carro de esgotamento de fossa séptica com capacidade mínima de 8m3 com todos os equipamentos necessários para execução dos serviços a ser contratado como: (mangueira entre 50 a 100m e espessura mínima de 75mm, alavanca e cavador para abertura da fossa, enxada, cone para isolamento do local e etc.), e que seja apresentado à fiscalização desta Prefeitura logo após a assinatura do contrato pela contratada, para inspeção pela fiscalização da Contratante da boa condição de uso do veículo.
- MEDIÇÃO: A medição será realizada pela fiscalização desta Prefeitura em M³.
- 6.5. No transporte de resíduos e esvaziamento de fossa séptica e limpeza dos esgotos, deverá ser realizados os seguintes serviços:
- 6.5.1. Esgotamento de resíduo das fossas sépticas;
- 6.5.2. Desinfecção de tubulações que interligam conexões de passagens de redes de esgotos;
- 6.5.3. Remoção de resíduo das fossas sépticas para o aterro sanitário.
- 6.5.4. A Contratada deverá realizar o descarte dos resíduos em local devidamente licenciado pelos órgãos competentes, emitir laudo técnico e apresentar os comprovantes dos descartes ao fiscal do contrato:
- 6.5.5. O Contratado para executar o serviço deverá observar que não fique nenhum resíduo na superfície, gramas, calçadas e passeios, caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser imediatamente limpo.
- 6.5.6. O veículo que irá efetuar o serviço deverá estar em bom estado de conservação, sem apresentar avarias que coloquem em risco a qualidade e a segurança, no ato da realização da coleta e transporte dos dejetos;
- 6.5.7. O veículo deverá atender todas as normas da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), assim como as normas do DETRAN;
- 6.5.8. As estruturas do veículo devem atender todas as normas de legislação ambiental pertinentes a essa de finalidade:
- 6.5.9. O motorista deverá estar devidamente habilitado e apto para prestar o serviço, isento do consumo de bebidas alcoólicas e substâncias ilícitas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Visando o cumprimento do objeto deste Termo de Referência, a licitante se obriga a:
- 7.1.1. Indicar preposto responsável pelo Acompanhamento dos serviços con Midros para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões que surgirem na execução do quitos o Apresentar solucions

RÚBRICA: 7 mico



práticas para qualquer problema envolvendo o objeto deste Termo de Referência e Contrato;

- 7.1.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do(s|) veículo(s) durante a execução do serviço, assim como as despesas relacionadas à combustível e ao condutor.
- 7.1.3. A CONTRATADA é responsável por responder por quaisquer infrações ou irregularidades cometidas pelo motorista do veículo, excluindo qualquer responsabilidade direta ou subsidiária da CONTRATANTE:
- 7.1.4. Manter, por si, empregados, sócios e prepostos, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer informações, dados ou documentos, que venha a ter acesso ou conhecimento em decorrência dos serviços a serem prestados à CONTRATANTE, obrigando-se a não divulgá-los, a qualquer tempo, verbalmente ou por escrito, sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE;
- 7.1.5. Garantir o cumprimento de todas as obrigações legais e de qualquer natureza, notadamente às leis trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributárias e ambientais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade sobre as mencionadas matérias, seja durante ou após a vigência contratual;
- 7.1.6. Comunicar, de imediato, à CONTRATANTE qualquer alteração realizada em seu Contrato Social, que importe em modificação de representação, denominação social, endereço, liquidação, encerramento ou transformação de suas atividades durante a execução do serviço;
- 7.1.7. Afastar ou substituir, dentro de 12 (doze) horas, qualquer funcionário de seu quadro, que por solicitação da Prefeitura devidamente justificada por escrito, não deva continuar a participar da prestação dos serviços;
- 7.1.8. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas no contrato;
- 7.1.9. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 7.1.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;
- 7.1.11. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.12. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da Contratante.
- 7.1.13. Responder, civil e penalmente, pelos ônus resultantes de quaisquer processos, demandas, custos e despesas decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, ligadas à prestação de serviços, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei;
- 7.1.14. Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicita;
- 7.1.15. Comprovar o recolhimento de todos os encargos sociais, previdenciários, tributários e a regularidade da situação de prestador de serviços, mediante a apresentação de documentação legalmente exigível ou quaisquer outros documentos que a CONTRATANTE, a seu critério, vier a solicitar:



diretrizes traçadas pela CONTRATANTE, providenciando a imediata correção solicitada e atendendo quaisquer reclamações;

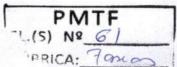
7.1.17. Fornecer e providenciar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's), para seus empregados de acordo com a Lei de Segurança e Medicina do Trabalho (Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977) e Norma Regulamentadora nº06 aprovada pela Portaria GM nº 3.214 do Ministério do Trabalho, de 08 de junho de 1978.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Termo de Referência, a **CONTRATANTE** se compromete a:
- a) Emitir Ordem de Serviço com prazo mínimo de 24h (vinte e quatro) horas, antes do início dos serviços contendo o local da execução dos serviços;
- b) Atestar a execução do serviço contratado, após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;
- c) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais, após atestar a respectiva fatura, que deverá ser conferida pelo Setor competente da **CONTRATANTE**, conforme previsto neste termo, após o cumprimento das formalidades legais;
- d) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estabelecidos no Termo de Referência e Contrato:
- e) Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes à execução do objeto, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições estabelecidas;
- f) Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão executados os serviços, quando em áreas internas do CONTRATANTE;
- g) Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de vigência e entregas, mediante designação de servidor(es) responsável(eis) formalmente designados;
- h) Registrar as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA, por escrito, as ocorrências e advertências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;
- i) Indicar servidor com competência necessária para proceder à fiscalização do contrato e atestar as Notas Fiscais;
- j) Notificar a Contratada, por escrito, sobre desacordo, imperfeições ou falhas, para que sejam adotadas a medidas corretivas necessárias;
- k) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA;

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será feito pela CONTRATANTE por medição, no prazo de até 30 (trinta) dias da data de apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Ordem de Serviço, devidamente atestada pelo Setor competente da Prefeitura pelo servidor designado para este fim e encaminhados ao setor competente para a liquidação da despesa.
- 9.2. O valor total de cada medição será apurado com base na quantidade de M³, aplicado o preço unitário registrado;





- 9.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, expressando os preços unitários e o valor total, sendo o faturamento incidente, único e exclusivamente, sobre a quantidade efetivamente medidas e calculadas.
- 9.4. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, à CONTRATADA, através de deposito em conta corrente, agência e banco indicados pela mesma.
- 9.5. O pagamento estará condicionado à comprovação por parte da Contratada, de sua regularidade **fiscal** e **trabalhista** por meio das certidões expedidas pelos órgãos competentes, devidamente atualizadas.
- 9.6. Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no subitem 9.1, por culpa da Contratante, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, desde que, para tanto, não tenha concorrido à Contratada.
- 9.7. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

10. FISCALIZAÇÃO

- 10.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA**, o contrato será fiscalizado por servidor formalmente instituído a quem caberá exercer as atribuições previstas, nos termos do art. 117 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 10.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inclusive perante terceiros, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes diante destes.

11. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- I apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 11.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 11.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a contratação solicitada **em até 90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.
- 11.4. O prazo previsto no **subitem 11.3** poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

 PMTF

 FL.(S) Nº 62

RÚBRICA:



- 11.5. Os limites para as adesões serão observados as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o item 11.1:
- I as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para o órgão participante; e
- II o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 11.6. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II deste subitem, desde que:
- a) seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal; e
- b) seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DO REGISTRO ADICIONAL DE PRECO

- 12.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços.
- 12.1.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- a) das empresas que aceitarem cotar os preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação;
- b) das empresas que mantiverem sua proposta original.
- 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.3. O registro a que se refere o item 12.1.1, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, na hipótese prevista no Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de marco de 2023.

13. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

14. LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

14.1. O critério de julgamento será do tipo Menor Preço Global.

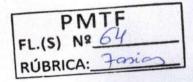
15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Será responsabilizado administrativamente o licitante ou o contratado pelas seguintes infrações, consoante dispõe o art. 155 da Lei 14.133/2021:
- 15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- e dano Pa Marhinistração, 15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause gra-FL.(S) Nº 63 funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

RÚBRICA: Fosico



- 15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da Ata.
- 15.1.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 15.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste termo as seguintes sanções:
- I Advertência:
- II Multa:
- III Impedimento de licitar e contratar;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 15.2.1. Na aplicação das sanções serão consideradas:
- 1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 15.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.4, 15.1.5 e 15.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.4. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.8, 15.1.9, 15.1.10, 15.1.11 e 15.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5 e 15.1.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.5. As sanções previstas neste edital serão aplicadas, conforme o caso, consoante dispõe os artigos 155 e 156 e seguintes da lei 14.133/2021, garantida a prévia defesa.





16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto

17. DOS ACRESCIMOS E SUPRESSÕES

17.1. Poderão ser realizados no âmbito do contrato, e mediante Termo Aditivo, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por

18. PRAZO DE VIGÊNCIA

- 18.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 18.3. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada:
- 18.4. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 18.5. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 18.6. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 18.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

19. DO REAJUSTE

- 19.1. Os preços propostos pela licitante vencedora, não sofrerão reajuste durante a vigência do contrato.
- 19.2. Ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano, poderá ser negociado o reajuste de preço dos produtos de acordo com a variação geral **do Índice Geral de Preços** Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte formula:

 $R = V \times I$

Onde:

R = Valor do Reajuste Procurado;

V = Valor Inicial do Contrato:

I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

20. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.1. A **CONTRATADA** deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, os quais devem ser **aplicados no momento da execução do objeto**, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos:

RÚBRICA:



- a) Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- b) Acondicionar os produtos preferencialmente em embalagem individual apropriada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 20.2. A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

21. PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá a contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

19. FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Balsas - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Tasso Fragoso - MA, __ de _____ de 2025.

Marcos José Guimarães Lopes
Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

Aprovo o presente Termo de Referência.

Em. / / 2025

Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira Prefeito Municipal Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA

PMTF
FL.(S) Nº 66
RÚBRICA: 7000



PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2025-PMTF-MA

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº __/2025-PMTF-MA

Centro – Tasso Fragoso, inscrita no CNPJ sob o CONTRATANTE, neste ato, representado pelo Sr. Município, R.G n.º e C.P.F n.º	, brasileiro, residente neste
Município, R.G n.ºe C.P.F n.º	, considerando o resultado do
julgamento da licitação na modalidade de Pregão Elet Administrativo nº 38/2025 -PMTF-MA, através de seu dos serviços propostos pela empresa, localizada da na, portador do RG nº ATA, de acordo com a classificação por ela alcançad previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas c suas alterações, Decreto Federal Nº 11.462 de 31 de ma a seguir:	rônico, para REGISTRO DE PREÇOS , Processo órgão gerenciador, RESOLVE: registrar os preços , inscrita no CNPJ:, Insc. Estadual nº CEP nº, representada pelo (a) e inscrito no CPF sob o nº, nesta la e na quantidade cotada, atendendo as condições onstantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO	
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço especializada na prestação de serviços de esgotame atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tassa as especificações e quantidades do Termo de Referê/2025 - PMTF-MA, que passa a fazer parte desta preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conf PMTF-MA.	ento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para o Fragoso - MA, a serem prestados de acordo com ncia, anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº Ata, juntamente com a documentação e proposta de
Parágrafo Primeiro - Este instrumento não obriga a ÚNICO deste documento, podendo o ÓRGÃO promov	contratação, nas quantidades indicadas no ANEXO er as contratações de acordo com suas necessidades.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA	A DE REGISTRO DE PREÇOS
O prazo de vigência da ata de registro de preços será d à data de divulgação no PNCP , e poderá ser prorroga preço é vantajoso	
CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO GERÊNCIAI	OOR
O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeito	

Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo Primeiro - Órgãos Participantes: Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde

Parágrafo Segundo - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para contratação do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos, empresas beneficiarias e representante (s) legal(is) das empresas, encontram-se elencados no ANEXO ÚNICO da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requires.

RÚBRICA:



- 1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

Parágrafo Primeiro - A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

Parágrafo Segundo - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetivará a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

Parágrafo Terceiro - O prazo previsto no Parágrafo Segundo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceito pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Parágrafo Quarto - Os limites para as adesões serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o "caput" desta Cláusula:

- I as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para o órgão participante; e
- Il o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II do Parágrafo Quarto desde que:

- a) seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal; e
- b) seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços.

Parágrafo Primeiro - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) das empresas que aceitarem cotar os preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação;
- b) das empresas que mantiverem sua proposta original.

Parágrafo Segundo - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou prestadores de serviços registrados na ata.

Parágrafo Terceiro - O registro a que se refere o **Parágrafo Primeiro**, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, na hipótese prevista no Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de evento praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seg

de eventual educão dos preçe s, nas seguintes situações: FL.(\$) Nº 6 X RÚBRICA: Parica



1 - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o prestador de serviço para negociar a redução do preço registrado.

- a) Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o prestador de serviço será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades
- b) Na hipótese prevista na alínea "a", o gerenciador convocará os prestadores de serviços do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no Parágrafo Terceiro da Clausula Oitava;
- c) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na Clausula Oitava, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;
- d) Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o prestador de serviço não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao prestador de servico requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

- a) Para fins do disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, o prestador de serviço encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;
- b) Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o prestador de serviço deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto na Cláusula Nona, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável;
- c) Na hipótese de cancelamento do registro do prestador de serviço, nos termos do disposto na alínea "b", o gerenciador convocará os prestadores de serviços do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº 11.462/2023.
- d) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na Cláusula Oitava, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;
- e) Na hipótese de comprovação do disposto no caput e na alínea "a" do Parágrafo Segundo, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;
- f) O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que apriente recessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto nº 11.462/2023) Nº 67 RÚBRICA: Jonas



CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O registro do prestador de serviço será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o prestador de serviço:

- I descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Parágrafo Segundo alínea "b" da Clausula Sétima: ou
- IV sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese prevista no inciso IV do "caput" desta Cláusula, caso a penalidade aplicada ao prestador de serviço não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

Parágrafo Segundo - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no "caput" desta Cláusula será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa:

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de cancelamento do registro do prestador de serviço, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

Parágrafo Quarto - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, no total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I por razão de interesse público;
- II a pedido do prestador de serviço, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso, fará divulgação da Ata no PNCP, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro - Integra esta Ata, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2025 - PMTF-MA e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

Parágrafo Segundo - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA ONZE - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Balsas, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente.



Prefeito Municipal – Tasso Fragoso- MA

Razão Social da Empresa CNPJ Nome/assinatura do Representante do Declarante

> PMTF FL.(S) № 7 / RÚBRICA: 7 amas



PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2025- PMTF-MA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

ANEXO ÚNICO DA ATA

Representan	ite:		
Endereço: Contatos:			
CNPJ/MF:			

PMTF
FL.(S) Nº 72
RÚBRICA: 70000



PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2025- PMTF-MA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

EMPRESA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE

MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO-MA, E A

A

PREFEITURA

SI CELEBRAM

ato, representado pelo Sr. Pref	eito	, bras	minada CONTRATANTE, neste sileiro, residente neste Município,
R.G n.°	e C.	P.F n	, e a empresa inscrita no CNPJ sob o n.º
	, situada na		inscrita no CNPJ sob o n.
, portador(a), doravante deno Ata de Registro de Preços n PMTF-MA, Processo Admin	da Cédula de Identidad minada CONTRATADA /2025-PMTF-MA istrativo n.º 38/2025 - PM	e n.° , firmam o pres A, vinculado ao MTF-MA, subm	o representado pelos. Prefeito _, inscrito(a) no CPF sob o n.º ente CONTRATO decorrente da Pregão Eletrônico nº/2025- etendo-se as partes às disposições sulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA - D	O OBJETO		
O presente instrumento tem po	r objeto a contratação de	empresa especi	alizada na prestação de serviços emanda da Prefeitura Municipal

PARÁGRAFO ÚNICO - O Contrato será executado sob o regime de empreitada por preço unitário. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

PMTF-MA, e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

Os serviços serão executados nos locais indicados no subitem 4.1 do Termo de Referência, de acordo

Os serviços serão executados nos locais indicados no **subitem 4.1 do Termo de Referencia**, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Prefeitura, devendo ser iniciados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas).

de Tasso Fragoso - MA, a serem prestados de acordo com as especificações e quantidades estabelecidos neste Contrato, em conformidade com os itens registrados na Ata de Registro de Preços nº ____/2025-

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução dos serviços a contratada deverá obedecer rigorosamente às especificações constantes no Termo de Referência e Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços serão executados no município de Tasso Fragoso -MA.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O serviço de esgotamento e limpeza de fossa séptica e limpeza dos esgotos deverá ser feito com carro de esgotamento de fossa séptica com capacidade mínima de 8m³ com todos os equipamentos necessários para execução dos serviços a ser contratado como: (mangueira entre 50 a 100m e espessura mínima de 75mm, alavanca e cavador para abertura da fossa, enxada, cone para isolamento do local e etc.), e que seja apresentado à fiscalização desta Prefeitura logo após a assinatura do contrato pela contratada, para inspeção pela fiscalização da Contratante da boa condição de uso do veículo.

FL.(S) Nº + 7 RÚBRICA: Forias



MEDIÇÃO: A medição será realizada pela fiscalização desta Prefeitura em M³.

PARÁGRAFO QUARTO - No transporte de resíduos e esvaziamento de fossa séptica e limpeza dos esgotos, deverá ser realizados <u>os seguintes</u> serviços:

- a) Esgotamento de resíduo das fossas sépticas;
- b) limpeza de tubulações que interligam conexões de passagens de redes de esgotos;
- c) Remoção de resíduo das fossas sépticas para o aterro sanitário.
- d) A Contratada deverá realizar o descarte dos resíduos em local devidamente licenciado pelos órgãos competentes, emitir laudo técnico e apresentar os comprovantes dos descartes ao fiscal do contrato;
- e) O Contratado para executar o serviço deverá observar que não fique nenhum resíduo na superfície, gramas, calçadas e passeios, caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser imediatamente limpo.
- f) O veículo que irá efetuar o serviço deverá estar em bom estado de conservação, sem apresentar avarias que coloquem em risco a qualidade e a segurança, no ato da realização da coleta e transporte dos dejetos;
- g) O veículo deverá atender todas as normas da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), assim como as normas do DETRAN;
- h) As estruturas do veículo devem atender todas as normas de legislação ambiental pertinentes a essa de finalidade;
- i) O motorista deverá estar devidamente habilitado e apto para prestar o serviço, isento do consumo de bebidas alcoólicas e substâncias ilícitas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Visando ao cumprimento do fornecimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a:

- a) Indicar preposto responsável pelo Acompanhamento dos serviços com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões que surgirem na execução do contrato e apresentar soluções práticas para qualquer problema envolvendo o objeto do Termo de Referência e neste Contrato;
- b) É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do(s|) veículo(s) durante a execução do serviço, assim como as despesas relacionadas à combustível e ao condutor.
- c) A CONTRATADA é responsável por responder por quaisquer infrações ou irregularidades cometidas pelo motorista do veículo, excluindo qualquer responsabilidade direta ou subsidiária da CONTRATANTE;
- d) Manter, por si, empregados, sócios e prepostos, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer informações, dados ou documentos, que venha a ter acesso ou conhecimento em decorrência dos serviços a serem prestados à CONTRATANTE, obrigando-se a não divulgá-los, a qualquer tempo, verbalmente ou por escrito, sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE;
- e) Garantir o cumprimento de todas as obrigações legais e de qualquer natureza, notadamente às leis trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributárias e ambientais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade sobre as mencionadas matérias, seja durante ou após a vigência contratual;
- f) Comunicar, de imediato, à CONTRATANTE qualquer alteração realizada em seu Contrato Social, que importe em modificação de representação, denominação social, endereço, liquidação, encerramento ou transformação de suas atividades durante a execução do serviço;
- g) Afastar ou substituir, dentro de 12 (doze) horas, qualquer funcionário de seu quadro, que por solicitação da Prefeitura devidamente justificada por escrito, não deva continual a Variationar da FL.(S) Nº + 4

37



prestação dos serviços;

- h) Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas no contrato;
- i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- j) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;
- k) Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da Contratante.
- m) Responder, civil e penalmente, pelos ônus resultantes de quaisquer processos, demandas, custos e despesas decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, ligadas à prestação de serviços, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei;
- n) Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicita;
- o) Comprovar o recolhimento de todos os encargos sociais, previdenciários, tributários e a regularidade da situação de prestador de serviços, mediante a apresentação de documentação legalmente exigível ou quaisquer outros documentos que a CONTRATANTE, a seu critério, vier a solicitar:
- p) Prestar todas as informações técnicas, refazendo os serviços quando em desacordo com as diretrizes traçadas pela CONTRATANTE, providenciando a imediata correção solicitada e atendendo quaisquer reclamações;
- q) Fornecer e providenciar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's), para seus empregados de acordo com a Lei de Segurança e Medicina do Trabalho (Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977) e Norma Regulamentadora nº06 aprovada pela Portaria GM nº 3.214 do Ministério do Trabalho, de 08 de junho de 1978.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

- a) Emitir Ordem de Serviço com prazo mínimo de 24h (vinte e quatro) horas, antes do início dos serviços contendo o local da execução dos serviços;
- b) Atestar a execução do serviço contratado, após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;
- c) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais, após atestar a respectiva fatura, que deverá ser conferida pelo Setor competente da CONTRATANTE, conforme previsto neste termo, após o cumprimento das formalidades legais;
- d) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estabelecidos no Termo de Referência e Contrato;
- e) Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes à execução do objeto, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições estabelecidas;
- f) Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão execupação rerviços,



quando em áreas internas do CONTRATANTE;

- g) Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de vigência e entregas, mediante designação de servidor(es) responsável(eis) formalmente designados;
- h) Registrar as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA, por escrito, as ocorrências e advertências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;
- i) Indicar servidor com competência necessária para proceder à fiscalização do contrato e atestar as Notas Fiscais:
- j) Notificar a Contratada, por escrito, sobre desacordo, imperfeições ou falhas, para que sejam adotadas a medidas corretivas necessárias;
- k) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA;

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor global do presente contrato é de R\$ ____ (______), já inclusos todos os custos incidentes na contratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento será feito pela CONTRATANTE por medição, no prazo de até 30 (trinta) dias da data de apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Ordem de Serviço, devidamente atestada pelo Setor competente da Prefeitura pelo servidor designado para este fim e encaminhados ao setor competente para a liquidação da despesa

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor total de cada medição será apurado com base na quantidade de M³, aplicado o preço unitário registrado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, expressando os preços unitários e o valor total, sendo o faturamento incidente, único e exclusivamente, sobre a quantidade efetivamente medidas e calculadas.

PARÁGRAFO QUARTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, à CONTRATADA, através de deposito em conta corrente, agência e banco indicados pela mesma.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento estará condicionado à comprovação por parte da Contratada, de sua regularidade **fiscal, social** e **trabalhista** por meio das certidões expedidas pelos órgãos competentes, devidamente atualizadas.

PARÁGRAFO SEXTO

Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no **Parágrafo Primeiro desta Clausula**, por culpa da Contratante, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, desde que, para tanto, não tenha concorrido à Contratada.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atrasto.



CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada:
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para execução do presente contrato ocorrerão à conta da Dotação Orçamentária:

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejara a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;
- c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Segundo - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
- c) Indenizações e multas.

Parágrafo Terceiro - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O valor do presente Contrato não poderá ser reajustado durante o prazo de sua vigência. Ultrapassado o interregno de 01 (um) ano, o preço dos serviços poderá ser negociado o reajuste de acordo com a variação geral do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Geral o Vareas — FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte formula:

RÚBRICA:



 $R = V \times I$

Onde:

R = Valor do Reajuste Procurado;

V = Valor Inicial do Contrato;

I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

Será responsabilizado administrativamente o licitante ou o contratado pelas seguintes infrações, consoante dispõe o art. 155 da Lei 14.133/2021:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;
- 1) Praticar ato lesivo previsto no artigo nº 5 da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nete edital as seguintes sanções:

I-advertência

II-multa

III-impedimento de licitar a contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

PMTF
FL.(S) Nº 38
RÚBRICA: 7 anas



PARÁGRAFO SEGUNDO - Na aplicação das sanções serão consideradas:

I-a natureza e a gravidae da infração cometida;

II-as peculiaridade do caso concreto;

III-as circuntâncias agravantes ou atenuantes;

IV-os danos que dela provierem para a Administração Pública

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximode 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- a) Para as infrações previstas nas alíneas "a" à "f" multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- b) Para as infrações previstas **nas alíneas "h" à "l"**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SEXTO - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas "a" à "f" quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximode 3 (três) anos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas "h" à "l", bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "a" à "f" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

PARÁGRAFO NONO - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não areconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sus decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar oucontratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, en hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

RÚBRICA:



CLÁUSULA ONZE - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - O contratado e obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DOZE - DA HABILITAÇÃO

Manter durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

CLÁUSULA TREZE - DA FISCALIZAÇÃO

Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA**, o contrato será acompanhado e fiscalizado pelo(s) seu(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput).

I -Fiscalização Técnica

- a) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- b) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1°, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).
- d) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- f) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

II -Fiscalização Administrativa

- a) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

III -Gestor do Contrato



- a) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- c) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- d) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- e) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- f) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- g) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA OUATORZE - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA QUINZE - ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção") e se comprometem a cumpri-las fielmente.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A **CONTRATADA** deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão — SLTI/MPOG, os quais devem ser **aplicados no momento da execução do objeto**, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos:

c) Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

d) Acondicionar os produtos preferencialmente em embalagem individual apropriada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção distribute o transporte e o armazenamento;

RÚBRICA: 70000



Parágrafo Único - A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

CLAÚSULA DEZESSETE - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Primeiro - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Segundo - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DEZOTO - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA DEZENOVE - DAS PRERROGATIVAS

O regime jurídico deste contrato confere a CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no art. 104 da Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA VINTE - DA PUBLICAÇÃO

Incumbira a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura, bem como no respectivo sitio oficial na Internet, em atenção ao art. 8°, §2°, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Balsas-MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1°, da Lei nº 14.133/21.

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

	Tasso Fragoso - MA, de de 2025
CONTRATANTE	
CONTRATADA	
TESTEM	UNHAS:
	CPF N°
	CPF N°



PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2025- PMTF-MA SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS - SRP

(USAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA
Att. Sr. Pregoeiro Oficial.
REF.: Pregão Eletrônico nº ___/2025- PMTF-MA

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, objetivando o Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso-MA, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se realizarão os serviços e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital em referência.

1 - PROPONENTE:

1.1. - Razão Social:

1.2. – Endereço:

1.3. - C.N.P.J. -

2 - PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Especificação	Unid.	Quant.	V. Unit RS	V. Total RS
	Valor Globa	al da Ata R\$			

2.1. Importa a presente proposta o valor global de R\$.....(VALOR POR EXTENSO)

3 - PRAZOS DE VALIDADE DA PROPOSTA:

3.1. A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados da abertura dos envelopes de preços.

4 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS:

4.1. Concordamos com a forma de pagamento e demais exigências previstas no Edital e na Minuta de Contrato.

5 - DECLARAÇÃO

5.1. Declaramos que nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a perfeita execução do contrato, bem como todos os custos relativos à mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, as contribuições fiscais, transporte / seguro, bem como as despesas diretas e inai Masterquaisquer outras necessárias a prestação dos serviços.

RÚBRICA



6 – QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

Nome:	그램을 보고 보고 있다.
Cargo:	
CIC nº	
CI n°	
	Atenciosamente,
	Data,de de 2025.
	RAZÃO SOCIAL CNPJ
	(Nome/assinatura do Representante do Declarante)

PMTF FL.(S) № 84 RÚBRICA: Fasias



DESPACHO

Encaminhe-se à Procuradoria Geral do Município para exame da minuta do edital de licitação na modalidade Pregão e seus anexos, conforme o que dispõe o art. 53, § 1°, da Lei n.º 14.133/21.

Tasso Fragoso - MA, 04 de abril de 2025.

KELSON RICHARD Assinado de forma digital por KELSON RICHARD RICHARD CARVALHO CARVALHO VIEIRA:74444913304 VIEIRA:74444913304

Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira Prefeito Municipal

> PMTF FL.(S) № 85 RÚBRICA: Taxicos



PARECER JURÍDICO Nº 29/2025

Processo Administrativo Nº 38/2025 - PMTF/MA

Requerente: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo **Assunto**: Análise da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos.

Objeto: Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso – MA.

1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Procuradoria pelo agente de contratação desta Prefeitura, em atendimento ao art. 53, §1º da Lei Federal nº 14.133/21, para proceder à análise da minuta do Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, tipo menor preço por item, cujo objeto implica no Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso – MA.

O mesmo foi encaminhado a esta Procuradoria para fins de atendimento do despacho acima citado que é o exame da minuta do edital e seus anexos, conforme o disposto no art. 53, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

O presente processo licitatório está devidamente instruído com os seguintes documentos:

- a) Oficio expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo;
- b) Documento da Formalização da Demanda DFD;
- c) Estudo Técnico Preliminar;
- d) Termo de Referência aprovado pela autoridade competente;
- e) Matriz de Risco:
- f) Autorização da licitação;
- g) Pesquisa Mercadológica;
- h) Mapa de Apuração de Preço;
- i) Ato de designação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio;
- i) Minuta do Edital e seus anexos.

É o relatório.

2. ANÁLISE JURIDICA

A Constituição Federal de 1988, condicionou a prestação de serviços públicos à realização de prévio procedimento licitatório, determinando que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão precedidas de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação.

Neste sentido, a própria Carta Magna, em capítulo destinado à Administração Pública, ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a

PMTF
FL.(S) Nº 86
RÚBRICA: Pasias



faculdade de contratar sem a necessidade de tal procedimento, conforme se depreende do inciso XXI do art. 37, abaixo transcrito:

Art. 37. (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Repetindo o preceito constitucional, o artigo 6º da Lei 14.133/21, estabelece a regra geral da necessidade da licitação, inclusive para os serviços cuja conceituação contém no inciso XI, englobando a atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração. O certame pretende contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos com finalidade de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso-MA, através da modalidade Pregão Eletrônico com critério de julgamento menor preço por item. A contratação pretendida enquadra-se na previsão no Art. 28º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, veja:

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

II - concorrência;

III - concurso:

IV - leilão:

V - diálogo competitivo.

A primeira fase da licitação encontra-se disciplinada em linha gerais no artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/21 e observa-se que os requisitos contidos nos incisos do referido artigo estão compreendidos na Minuta do Edital. Importa registrar:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

 I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

 II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

 III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

 IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;





V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio:

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

A nova Lei de Licitação e Contratos da Administração Pública ainda determina em seu artigo 25, quais os requisitos a serem observados pela mesma quando da elaboração do Edital, *in verbis*:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

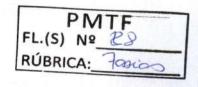
§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

In casu, observa-se que a Minuta de Edital de Pregão e seus anexos estão em consonância com as disposições acima citadas além da autorização para a licitação, devidamente assinada ordenador de despesas e no presente caso não há necessidade de indicação da dotação orçamentária, considerando tratar-se de licitação para Registro de Preço.

Analisando-se o instrumento de convocação verifica-se que o mesmo se encontra de acordo com o disposto nos art.18°, art. 25° e art. 28° da Lei 14.133/21, bem como os demais embasamentos legais correspondentes ao planejamento da licitação e confecção do edital.

3. CONCLUSÃO

Do exposto, verifica-se que o processo administrativo ora analisado, até o presente momento, sobretudo a minuta do Edital e seus anexos, está em consonância com os dispositivos





da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, razão pela qual se encontra aprovado por esse departamento jurídico, ressalvada as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que são de inteira responsabilidade do setor a quem competiu a sua elaboração.

É o Parecer.

Tasso Fragoso - MA, 08 de abril de 2025.

AMANDA VITORIA REZENDE OLIVEIRA

Procuradoria Geral do Município Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA

> PMTF FL.(S) Nº 89 RÚBRICA: Fancos



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2025 – PMTF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 – PMTF.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO/MA

OBJETO: Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA.

VALOR ESTIMADO: R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 07 de maio de 2025 às 09h:00min (nove horas e trinta minutos), no endereço: www.comprastassofragoso.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço global

MODO DE DISPUTA: aberto

PREGOEIRO: MANOEL MESSIAS BORGES OLIVEIRA

PMTF
FL.(S) Nº 90
RÚBRICA: 70000



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 - PMTF

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2025 - PMTF

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO/MA, torna público, para conhecimento dos interessados, que, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, realizará licitação na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL nos termos da LEI FEDERAL nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e LEI COMPLEMENTAR nº 123/06 e 147/2014, e demais legislação, sob as condições estabelecidas neste ato convocatório e anexos.

1. OBJETO

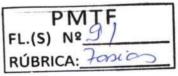
- 1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso-MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.3. No momento do cadastro da proposta, havendo divergência entre a descrição do(s) item(ns) constantes no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso e as do Termo de Referência, prevalecerão as descritas no Termo, Anexo desse Edital.
- 1.4. O valor estimado para o objeto da licitação é de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais)

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários vigente, quais serão informados do momento da contratação, conforme dispõe o art.17, do Decreto Federal nº 11.462/23.
- 2.2. As rubricas orçamentarias indicadas poderão ser alteradas unilateralmente a critério da administração.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO** que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.
- 3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras do Município de Tasso Fragoso, no sítio www.comprastassofragoso.com.br;
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

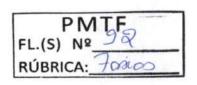




- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e que estejam com credenciamento regular no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso www.comprastassofragoso.com.br.
- 4.1. Para participação das ME, EPP e MEI na presente licitação deve ainda ser observado:
- 4.2.1. O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no **Capítulo V** da Lei Complementar Federal nº. 123/06, deverá comprovar a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)ou Microempreendedor Individual (MEI), no momento do cadastramento como interessado em participar do certame eletrônico com a apresentação de:
- 4.2.1.1. Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;
- 4.2.1.2. Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;
- 4.3. A obtenção de benefícios a que se refere ao **subitem 4.2.1**. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante declarar a observância desse limite na licitação.
- 4.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- 4.4.1. Pessoa jurídica cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital as Pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, e empresas controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si.
- 4.4.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 4.4.3. O impedimento de que trata o **subitem 4.3.2**. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de/ burlar a efetividade da sanção a ela



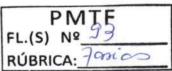


aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 4.4.4. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.4.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 4.4.6. Sociedades empresárias estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.
- 4.4.7. Sociedades empresárias estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 4.4.8. Pessoa jurídica declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.
- 4.4.9. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no § 4°, do artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **5.4.** As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente** com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- **5.5.** O envio da proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de **chave de acesso e senha**.
- 5.6. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes.
- 5.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016).
- 5.8. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.9. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.10. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



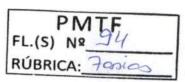


6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTES CAMPOS:
- 6.1.1. Valor unitário e total do item e valor Global da Proposta, em moeda corrente nacional;
- 6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 6.4. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.4. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.5. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.6. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.8. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.9. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.
- 7.11. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar **lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.12. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR TOTAL DO ITEM.
- 7.13. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.14. A licitante somente poderá oferecer lance de valor MENOR ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.





- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- **7.16.** O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta para cada item estará disponível para o fornecedor no momento da fase de lance.
- 7.17. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.18. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o <u>modo de disputa "ABERTO"</u>, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.19. A etapa de lances da sessão pública terá **duração de 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.20. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.21. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrarse-á automaticamente.
- 7.22. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.23. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao Suporte Técnico.
- 7.24. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.25. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante.**
- 7.26. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas do Município de Tasso Fragoso, www.comprastassofragoso.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas, da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.28. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.29. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.





- 7.30. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.31. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.32. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.33. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.34. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:
- 7.34.1. empresas estabelecidas no território do Estado, no caso de licitação realizada por órgão Municípal no território do Estado em que este se localize;
- 7.34.2. por empresas brasileiras;
- 7.34.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.34.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009
- 7.34.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.35. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao primeiro colocado, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.36. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.37. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.38. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.39. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.4. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

PMTF FL.(S) Nº 96 RÚBRICA: 70000



- 8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo estabelecido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.
- 8.2.2. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;
- 8.2.3. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.
- 8.6. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta, ou exigir dos licitantes que seja demonstrada, conforme disposto no **item 8.2.2** do Edital.
- 8.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata:
- 8.8. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.5.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.
- 8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta a licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

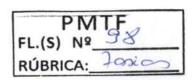




- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos -CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/);
- 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.
- 9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação da licitante será verificada por meio do sistema, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.
- 9.2.1. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes no sistema para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhálos, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.9. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.10. Ressalvado o disposto no **item 5.1**, as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. Habilitação jurídica:

- 9.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;





- 9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.11.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.11.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.12. Regularidade fiscal e trabalhista:
- 9.12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 9.12.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- 9.12.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da:
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciário.
- 9.12.4. Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante a:
- Certidão Negativa de Débitos Fiscais.
- Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.
- 9.12.5. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, relativa ao ISSQN Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e TLF Taxa de Localização e Funcionamento, através de:
- Certidão Negativa de Débitos Fiscais.
- Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.
- 9.12.6. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS.
- 9.12.7. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 9.12.8. Caso a licitante detentora do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 9.13. Qualificação Econômico-Financeira, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 9.13.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias anteriores a solicitação dos documentos de habilitação pelo Pregoeiro:

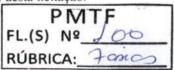


- 9.13.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 9.13.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.13.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);
- 9.13.4. A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índices financeiros utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores ali estabelecidos:
- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultante do cálculo com a aplicação da seguinte formula, maior ou iguais a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- b) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, de acordo o artigo 69 dalei 14.133/21.
- 9.13.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.14. Qualificação Técnica

- 9.14.1. Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante prestou ou estar prestando serviços compatíveis com o objeto da licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável.
- 9.14.2. Alvará de Funcionamento, emitido pelo Município sede da Licitante.
- 9.14.3. Licença de Operação (LO) do meio ambiente, para execução da atividade de limpeza de fossas condizente com o objeto desta licitação conforme determina a Lei Federal 6.938/81 que instituiu a política nacional do meio ambiente.
- 9.14.4. Declaração da licitante de dispor ao tempo da assinatura do contrato de veículo(s) que as suas características obedecem ao disposto no Termo de Referência (Anexo I) desta licitação.





- 9.15. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.20. Havendo inabilitação da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. Apresentar a proposta de preços, devidamente ajustada ao último lance vencedor.
- 10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca/modelo, fabricante e ano de fabricação vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.





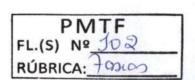
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, se for o caso, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, será concedido o prazo de 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando a licitante declarada vencedora não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1° da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.





13. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e Contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e Contrato.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. Após a Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo de **05 (cinco) dias uteis**, e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.
- 15.2. A Ata de Registro de Preços não obriga a PMTF a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 15.3. O preço registrado e a indicação das respectivas empresas beneficiarias da Ata de Registro de Preços serão divulgados PNCP- Portal Nacional de Contratação Pública, e divulgada em meio eletrônico, no Portal da PMTF.
- 15.4. A PMTF fará monitoramento dos preços registrados, podendo estes ser revistos em decorrência de eventual redução ou elevação, de forma a manter atualizados os valores praticados no mercado; conforme artigo 25 do Decreto Federal nº 11.462/23.
- 15.5. A vigência da Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, com fulcro no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 15.6. A partir da vigência da ARP o fornecedor fica obrigado a cumprir na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.
- 15.7. A assinatura da ARP está condicionada à verificação de todos os requisitos de habilitação da licitante vencedora.
- 15.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, conforme art. 23 do Decreto Federal nº 11.462/23.
- 15.9. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 15.10. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 15.11.A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/21.

16. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:





- I apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.
- 16.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 16.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 16.4. O prazo previsto no **subitem 16.3** poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 16.5. Os limites para as adesões serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o subitem 16.1:
- I as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e
- II o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 16.6. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o **inciso II do subitem 16.5**, desde que:
- 16.6.1. seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal;
- 16.6.2. seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 17.1. O registro de preço será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:
- I descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023; ou
- IV sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 17.2. Na hipótese prevista no inciso IV do **subitem 17.1**., caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 17.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no **subitem 17.1**. será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

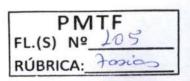




- 17.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 17.4.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 17.4.2. por razão de interesse público;
- 17.4.3. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 17.4.4. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto nº 11.462/2023.

18. DA CONTRATAÇÃO

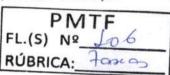
- 18.1. Quando da necessidade de contratação, os órgãos públicos deverão consultar o Órgão Gerenciador para obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que esta ainda se encontra obrigada e dos preços registrados.
- 18.2. A prestadora de serviço beneficiária da Ata de Registro de Preços estará obrigada a retirar as respectivas Notas de Empenho e a celebrar os Contratos (ANEXO III) ou instrumentos equivalentes que poderão advir, nas condições estabelecidas neste Edital e na própria Ata, observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.
- 18.2.1. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 18.3. A recusa injustificada da empresa beneficiária da Ata em retirar a Nota de Empenho e assinar o Contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as penalidades legalmente estabelecidas no item 19 deste Edital.
- 18.4. A contratação com as empresas locadora dos veículos será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de Contrato Administrativo (ANEXO III) que deverá ser celebrado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 18.5. O Contrato Administrativo poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme dispõe o art. 95, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021.
- 18.6. A proponente que vier a ser contratada ficara obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, bem como a manter atualizada, durante a execução do Contrato, toda documentação de habilitação exigida na licitação.
- 18.7. A empresa deverá prestar os serviços, rigorosamente dentro dos prazos estipulados no instrumento do contrato celebrado com as unidades que venham a se utilizar da Ata de Registro de Preços, e de acordo com as especificações técnicas exigidas neste Edital, bem como com as condições que constam de sua proposta.
- 18.8. O pagamento será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, referente ao serviço prestado do mês anterior, devidamente atestada pelo Setor competente da Prefeitura pelo servidor designado para este fim, para crédito na conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas às condições fixadas neste Edital e seus Anexos.





19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Será responsabilizado administrativamente o licitante ou o contratado pelas seguintes infrações, consoante dispõe o art. 155 da Lei 14.133/2021:
- 19.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 19.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 19.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 19.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 19.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 19.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- **19.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 19.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 19.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste edital as seguintes sanções:
- I advertência;
- II multa;
- III impedimento de licitar e contratar;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 19.2.1. Na aplicação das sanções serão consideradas:
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 19.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.4, 19.1.5 e 19.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 19.4. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.8, 19.1.9, 19.1.10, 19.1.11 e 19.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5 e 19.1.6 que





justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.º 14.133/2021.

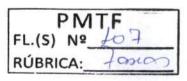
19.5. As sanções previstas neste edital serão aplicadas, conforme o caso, consoante dispõe os artigos 155 e 156 e seguintes da lei 14.133/2021, garantida a prévia defesa.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
- 20.2. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverá ser realizada EXCLUSIVAMENTE por **FORMA ELETRÔNICA** via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras do Município de Tasso Fragoso no endereço eletrônico no sistema **www.comprastassofragoso.com.br**.
- 20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas **no prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 20.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 20.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.comprastassofragoso.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 20.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.





- 21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.8. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 21.9. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 21.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.13. A Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso/MA, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 21.13.1. A anulação do pregão induz à anulação da ata e do contrato.
- 21.13.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 21.14. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 21.15. O Edital e seus anexos estará disponível na integra nos seguintes endereços eletrônicos: no Portal de Compras da Prefeitura de Municipal de Tasso Fragoso, em www.comprastassofragoso.com.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP, no SINC contrata em www.tec.ma.gov.br e site da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso/MA https://www.tassofragoso.ma.gov.br.
- 21.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preço.

ANEXO III - Minuta do Termo de Contrato.

Anexo IV - Modelo de Proposta de Preço





Tasso Fragoso - MA, 09 de abril de 2025.

Manoel Messias Borges Oliveira Pregoeiro Oficial -PMTF/MA

PMTF
FL.(S) Nº Log
RÚBRICA: Faria



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 – PMTF ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA, a serem executados conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. Por inexistência de saneamento público apropriado, o sistema de esgoto dos prédios públicos desta municipalidade foi concebido com fossas e sumidouros, que funciona sob o princípio de reservação dos dejetos sólidos e percolação dos líquidos para o subsolo através de sumidouros. Poderá haver variação no número de vezes em que será necessário o esgotamento, haja vista que o nível do lençol freático altera em função do período chuvoso.
- 2.2. A referida contratação tem finalidade de manter a funcionalidade dos prédios, proporcionando aos usuários um ambiente salubre, assim como evitar reclamações de servidores e usuários das unidades prediais quanto a problemas de mau funcionamento das fossas, refletindo no sistema de esgotamento sanitário, ou seja, entupindo tubulações, de vasos sanitários, pias e outros transtornos.
- 2.3. A Administração tem o dever de inibir a proliferação de doenças no entorno de onde ficam localizadas as fossas sépticas e esgotos.
- 2.4. Vale ressaltar que a utilização do serviço não é ordinária, pois os problemas de entupimentos, vazamentos das fossas ocorrem eventualmente e, quando acontecem, merecem atendimento eficiente, pois a demora no atendimento compromete a utilização dos banheiros, pias e outros, além de causar perigo à saúde dos servidores e usuários. Tal contratação resta necessária para atuarmos de maneira rápida quando do surgimento da demanda.
- 2.5. A finalidade deste objeto é contratar empresa para coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado e ambientalmente correto a todo e qualquer resíduo de fossas e esgotos, esses resíduos, se não tiverem sua destinação certa acarreta sérios problemas de saúde e ambiental para o Município.

3. FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A pretensa contratação reger-se-á pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais normativos aplicáveis ao presente caso e pelos preceitos de direito público.

4. ESPECIFICAÇÕES, QUATITATIVO E PREÇOS ESTIMADOS DO OBJETO

Item		11-11	Until Quant.	Valor Estimado RS		
	Discriminação	Unid	Estimada	Unit.	Total	
01	Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgotos. Os serviços deverão ser executados com carro apropriado com sucção e capacidade para no mínimo 08M³, dentro das normas	M³	1000	195,00	195.000,00	



4.1. Relação de fossas Séptica dos prédios públicos de Tasso Fragoso/MA.

Prédio Público	Endereço	Coordenadas	Qtd. Fossa	Cubagem
Escola Municipal Tancredo Neves.	Povoado Capim zona Rural de Tasso Fragoso.	8°13'52.20"S 45°46'42.54"O	1	2m³
Escola Municipal Da Ana Alves P. Da Silva.	Povoado Paraíso zona Rural de Tasso Fragoso.	8°18'57.89"S 45°57'57.93"O	2	3m³
Creche Municipal Prof. Dalveci P. da Silva	Povoado Paraíso zona Rural de Tasso Fragoso.	8°19'3.14"S 45°58'5.85"O	1	1,5m³
Escola Municipal Brunilde Colombo.	Povoado Marcelino zona Rural de Tasso Fragoso.	8°29'0.05"S 45°57'39.77"O	1	1,5m³
Escola Municipal São Raimundo Nonato	Povoado São Pedro zona Rural de Tasso Fragoso.	8°30'49.43"S 45°54'48.81"O	2	4,5m³
Escola Municipal Deputado José Machado.	Povoado Baviera zona Rural de Tasso Fragoso.	8°27'45.29"S 45°50'33.39"O	2	4m³
Escola Municipal Coelho Neto	Povoado Bom Jesus zona Rural de Tasso Fragoso.	8°12'34.39"S 46° 3'4.26"O	2	3m³
Escola Municipal Adelino Fonseca	Povoado Lagoa zona Rural de Tasso Fragoso.	7°54'48.85"S 45°36'34.68"O	2	4,5m³
Escola Municipal Dom Bosco.	Povoado Dona Fosdão zona Rural de Tasso Fragoso.	8° 5'50.75"S 45°42'24.28"O	1	2m³
Hospital municipal Maria Paes Tavares	tal municipal Maria Rua Sol Nascente, São João,		4	8m³
Posto de Saúde CAPIM	Povoado Capim zona Rural de Tasso Fragoso.	414218.68 m E 9090012.03 m S	1	1,5m³
Posto de Saúde Fosdão			1	1,5m³
Posto de Saúde Lagoa	Povoado Lagoa zona Rural de Tasso Fragoso.	9106153.64 m S 7°54'48.85"S 45°36'34.68"O	1	1,5m³
Posto de Saúde São Pedro	Povoado São Pedro zona Rural de Tasso Fragoso.	8°30'49.43"S 45°54'48.81"O	2	4m³
Posto de Saúde Paraíso	Povoado Paraíso zona Rural de Tasso Fragoso.	393570.49 m E 9080657.76 m S	1	1,5m³

5. VALOR ESTIMADO

5.1. O preço estimado da contratação foi obtido através de Mapa Comparativo de Preços, levando-se em consideração as pesquisas de mercado e Banco de preços nacional, tendo-se como valor total estimado, após cálculo da média a importância de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais).

FL.(S) Nº 151 RÚBRICA: Forces



6. CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 6.1. Os serviços serão executados nos locais indicados no **subitem 4.1 deste Termo de Referência**, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Prefeitura, devendo ser iniciados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas).
- 6.2. Na execução dos serviços a contratada deverá obedecer rigorosamente às especificações constantes no Termo de Referência e Contrato.
- 6.3. Os serviços serão executados no município de Tasso Fragoso -MA.
- 6.4. O serviço de esgotamento e limpeza de fossa séptica e limpeza dos esgotos deverá ser feito com carro de esgotamento de fossa séptica com capacidade mínima de 8m³ com todos os equipamentos necessários para execução dos serviços a ser contratado como: (mangueira entre 50 a 100m e espessura mínima de 75mm, alavanca e cavador para abertura da fossa, enxada, cone para isolamento do local e etc.), e que seja apresentado à fiscalização desta Prefeitura logo após a assinatura do contrato pela contratada, para inspeção pela fiscalização da Contratante da boa condição de uso do veículo.
- MEDIÇÃO: A medição será realizada pela fiscalização desta Prefeitura em M³.
- 6.5. No transporte de resíduos e esvaziamento de fossa séptica e limpeza dos esgotos, deverá ser realizados <u>os seguintes</u> serviços:
- 6.5.1. Esgotamento de resíduo das fossas sépticas;
- 6.5.2. Desinfecção de tubulações que interligam conexões de passagens de redes de esgotos;
- 6.5.3. Remoção de resíduo das fossas sépticas para o aterro sanitário.
- 6.5.4. A Contratada deverá realizar o descarte dos resíduos em local devidamente licenciado pelos órgãos competentes, emitir laudo técnico e apresentar os comprovantes dos descartes ao fiscal do contrato;
- 6.5.5. O Contratado para executar o serviço deverá observar que não fique nenhum resíduo na superfície, gramas, calçadas e passeios, caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser imediatamente limpo.
- 6.5.6. O veículo que irá efetuar o serviço deverá estar em bom estado de conservação, sem apresentar avarias que coloquem em risco a qualidade e a segurança, no ato da realização da coleta e transporte dos dejetos;
- 6.5.7. O veículo deverá atender todas as normas da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), assim como as normas do DETRAN;
- 6.5.8. As estruturas do veículo devem atender todas as normas de legislação ambiental pertinentes a essa de finalidade;
- 6.5.9. O motorista deverá estar devidamente habilitado e apto para prestar o serviço, isento do consumo de bebidas alcoólicas e substâncias ilícitas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

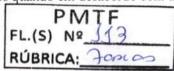
- 7.1. Visando o cumprimento do objeto deste Termo de Referência, a licitante se obriga a:
- 7.1.1. Indicar preposto responsável pelo Acompanhamento dos serviços com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões que surgirem na execução do contrato e apresentar soluções





práticas para qualquer problema envolvendo o objeto deste Termo de Referência e Contrato;

- 7.1.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do(s|) veículo(s) durante a execução do serviço, assim como as despesas relacionadas à combustível e ao condutor.
- 7.1.3. A CONTRATADA é responsável por responder por quaisquer infrações ou irregularidades cometidas pelo motorista do veículo, excluindo qualquer responsabilidade direta ou subsidiária da CONTRATANTE;
- 7.1.4. Manter, por si, empregados, sócios e prepostos, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer informações, dados ou documentos, que venha a ter acesso ou conhecimento em decorrência dos serviços a serem prestados à CONTRATANTE, obrigando-se a não divulgá-los, a qualquer tempo, verbalmente ou por escrito, sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE;
- 7.1.5. Garantir o cumprimento de todas as obrigações legais e de qualquer natureza, notadamente às leis trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributárias e ambientais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade sobre as mencionadas matérias, seja durante ou após a vigência contratual;
- 7.1.6. Comunicar, de imediato, à CONTRATANTE qualquer alteração realizada em seu Contrato Social, que importe em modificação de representação, denominação social, endereço, liquidação, encerramento ou transformação de suas atividades durante a execução do serviço;
- 7.1.7. Afastar ou substituir, dentro de 12 (doze) horas, qualquer funcionário de seu quadro, que por solicitação da Prefeitura devidamente justificada por escrito, não deva continuar a participar da prestação dos serviços;
- 7.1.8. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas no contrato:
- 7.1.9. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 7.1.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;
- 7.1.11. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.12. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da Contratante.
- 7.1.13. Responder, civil e penalmente, pelos ônus resultantes de quaisquer processos, demandas, custos e despesas decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, ligadas à prestação de serviços, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei;
- 7.1.14. Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicita;
- 7.1.15. Comprovar o recolhimento de todos os encargos sociais, previdenciários, tributários e a regularidade da situação de prestador de serviços, mediante a apresentação de documentação legalmente exigível ou quaisquer outros documentos que a CONTRATANTE, a seu critério, vier a solicitar:
- 7.1.16. Prestar todas as informações técnicas, refazendo os serviços quando em desacordo com as





diretrizes traçadas pela CONTRATANTE, providenciando a imediata correção solicitada e atendendo quaisquer reclamações;

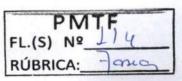
7.1.17. Fornecer e providenciar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's), para seus empregados de acordo com a Lei de Segurança e Medicina do Trabalho (Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977) e Norma Regulamentadora nº06 aprovada pela Portaria GM nº 3.214 do Ministério do Trabalho, de 08 de junho de 1978.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Termo de Referência, a **CONTRATANTE** se compromete a:
- a) Emitir Ordem de Serviço com prazo mínimo de 24h (vinte e quatro) horas, antes do início dos serviços contendo o local da execução dos serviços;
- b) Atestar a execução do serviço contratado, após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;
- c) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais, após atestar a respectiva fatura, que deverá ser conferida pelo Setor competente da CONTRATANTE, conforme previsto neste termo, após o cumprimento das formalidades legais;
- d) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estabelecidos no Termo de Referência e Contrato;
- e) Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes à execução do objeto, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições estabelecidas:
- f) Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão executados os serviços, quando em áreas internas do CONTRATANTE;
- g) Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de vigência e entregas, mediante designação de servidor(es) responsável(eis) formalmente designados;
- h) Registrar as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA, por escrito, as ocorrências e advertências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;
- i) Indicar servidor com competência necessária para proceder à fiscalização do contrato e atestar as Notas Fiscais;
- j) Notificar a Contratada, por escrito, sobre desacordo, imperfeições ou falhas, para que sejam adotadas a medidas corretivas necessárias;
- k) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA;

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será feito pela CONTRATANTE por medição, no prazo de até 30 (trinta) dias da data de apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Ordem de Serviço, devidamente atestada pelo Setor competente da Prefeitura pelo servidor designado para este fim e encaminhados ao setor competente para a liquidação da despesa.
- 9.2. O valor total de cada medição será apurado com base na quantidade de M³, aplicado o preço unitário registrado;





- 9.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, expressando os preços unitários e o valor total, sendo o faturamento incidente, único e exclusivamente, sobre a quantidade efetivamente medidas e calculadas.
- 9.4. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, à **CONTRATADA**, através de deposito em conta corrente, agência e banco indicados pela mesma.
- 9.5. O pagamento estará condicionado à comprovação por parte da Contratada, de sua regularidade **fiscal** e **trabalhista** por meio das certidões expedidas pelos órgãos competentes, devidamente atualizadas.
- 9.6. Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no subitem 9.1, por culpa da Contratante, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, desde que, para tanto, não tenha concorrido à Contratada.
- 9.7. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

10. FISCALIZAÇÃO

- 10.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA**, o contrato será fiscalizado por servidor formalmente instituído a quem caberá exercer as atribuições previstas, nos termos do art. 117 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 10.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inclusive perante terceiros, não implicando corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes diante destes.

11. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- I apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 11.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 11.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a contratação solicitada **em até 90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.
- 11.4. O prazo previsto no **subitem 11.3** poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.





- 11.5. Os limites para as adesões serão observados as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o **item 11.1**:
- I as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para o órgão participante; e
- II o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 11.6. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II deste subitem, desde que:
- a) seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal; e
- b) seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇO

- 12.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços.
- 12.1.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- a) das empresas que aceitarem cotar os preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação;
- b) das empresas que mantiverem sua proposta original.
- 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.3. O registro a que se refere o item 12.1.1, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, na hipótese prevista no Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023.

13. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

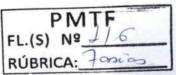
13.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no **PNCP**, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

14. LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

14.1. O critério de julgamento será do tipo Menor Preço Global.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Será responsabilizado administrativamente o licitante ou o contratado pelas seguintes infrações, consoante dispõe o art. 155 da Lei 14.133/2021:
- 15.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 15.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





- 15.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 15.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 15.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 15.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da Ata.
- 15.1.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 15.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste termo as seguintes sanções:
- I Advertência;
- II Multa:
- III Impedimento de licitar e contratar;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 15.2.1. Na aplicação das sanções serão consideradas:
- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 15.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.4, 15.1.5 e 15.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.4. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.8, 15.1.9, 15.1.10, 15.1.11 e 15.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5 e 15.1.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.5. As sanções previstas neste edital serão aplicadas, conforme o caso, consoante dispõe os artigos 155 e 156 e seguintes da lei 14.133/2021, garantida a prévia defesa.





16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto

17. DOS ACRESCIMOS E SUPRESSÕES

17.1. Poderão ser realizados no âmbito do contrato, e mediante Termo Aditivo, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por

18. PRAZO DE VIGÊNCIA

- 18.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 18.3. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 18.4. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 18.5. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 18.6. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 18.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

19. DO REAJUSTE

- 19.1. Os preços propostos pela licitante vencedora, não sofrerão reajuste durante a vigência do contrato.
- 19.2. Ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano, poderá ser negociado o reajuste de preço dos produtos de acordo com a variação geral **do Índice Geral de Preços** Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte formula:

 $R = V \times I$

Onde:

R = Valor do Reajuste Procurado;

V = Valor Inicial do Contrato;

I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

20. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.1. A **CONTRATADA** deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, os quais devem ser **aplicados no momento da execução do objeto**, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos:





- a) Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- b) Acondicionar os produtos preferencialmente em embalagem individual apropriada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 20.2. A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

21. PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá a contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

19. FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Balsas - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1°, da Lei nº 14.133/21.

Tasso Fragoso - MA, 13 de março de 2025.

Marcos José Guimaras & Lopes

Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

Aprovo o presente Termo de Referência.

Em, ____/ 202

KELSON RICHARD

KILSON RICHARD CARVALHO
CARVALHO HOLANDA HILARDA VIERA TEMPETER

Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA

PMTF FL.(S) № 119 RÚBRICA: 1000



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025-PMTF-MA ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº __/2025-PMTF-MA

A Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso -MA, com sede na Av. Santos Dumond, S/N,
Centro – Tasso Fragoso, inscrita no CNPJ sob o nº 06.997.563/0001-82, doravante denominada
CONTRATANTE, neste ato, representado pelo Sr. , brasileiro, residente neste
CONTRATANTE, neste ato, representado pelo Sr, brasileiro, residente neste Município, R.G n.º e C.P.F n.º, considerando o resultado do
julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS , Processo Administrativo nº 38/2025 -PMTF-MA, através de seu órgão gerenciador, RESOLVE: registrar os preços dos serviços propostos pela empresa, inscrita no CNPJ:, Insc. Estadual nº, localizada da na, CEP nº, representada pelo (a), portador do RG nº e inscrito no CPF sob o nº, nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, Decreto Federal Nº 11.462 de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições
a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA, a serem prestados de acordo com as especificações e quantidades do Termo de Referência, anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº /2025 - PMTF-MA, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do Processo nº 38/2025 - PMTF-MA.
Parágrafo Primeiro - Este instrumento não obriga a contratação, nas quantidades indicadas no ANEXO ÚNICO deste documento, podendo o ÓRGÃO promover as contratações de acordo com suas necessidades.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso
CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO GERÊNCIADOR
O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso/MA, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
Parágrafo Primeiro - Órgãos Participantes: Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde
Parágrafo Segundo – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para contratação do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta.
CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos, empresas beneficiarias e representante (s) legal(is) das empresas, encontram-se elencados no ANEXO ÚNICO da Ata de Registro de Preços.

PMTF
FL.(S) Nº 100
RÚBRICA: 70xics

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal poderão aderir à

ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



- I apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

Parágrafo Primeiro - A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

Parágrafo Segundo - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetivará a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

Parágrafo Terceiro - O prazo previsto no Parágrafo Segundo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceito pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Parágrafo Quarto - Os limites para as adesões serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o "capuf" desta Cláusula:

- I as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para o órgão participante; e
- II o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II do Parágrafo Quarto desde que:

- a) seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal; e
- b) seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços.

Parágrafo Primeiro - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

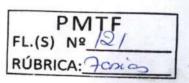
- a) das empresas que aceitarem cotar os preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação;
- b) das empresas que mantiverem sua proposta original.

Parágrafo Segundo - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou prestadores de serviços registrados na ata.

Parágrafo Terceiro - O registro a que se refere o Parágrafo Primeiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, na hipótese prevista no Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:





I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

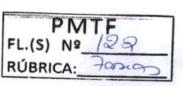
II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o prestador de serviço para negociar a redução do preço registrado.

- a) Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o prestador de serviço será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas:
- b) Na hipótese prevista na alínea "a", o gerenciador convocará os prestadores de serviços do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no Parágrafo Terceiro da Clausula Oitava;
- c) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na Clausula Oitava, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;
- d) Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o prestador de serviço não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao prestador de serviço requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

- a) Para fins do disposto no **Parágrafo Segundo** desta **Cláusula**, o prestador de serviço encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;
- b) Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o prestador de serviço deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto na **Cláusula Nona**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável;
- c) Na hipótese de cancelamento do registro do prestador de serviço, nos termos do disposto na alínea "b", o gerenciador convocará os prestadores de serviços do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº 11.462/2023.
- d) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na Cláusula Oitava, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;
- e) Na hipótese de comprovação do disposto no caput e na alínea "a" do Parágrafo Segundo, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;
- f) O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.





CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O registro do prestador de serviço será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o prestador de serviço:

- I descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Parágrafo Segundo alínea "b" da Clausula Sétima; ou
- IV sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese prevista no inciso IV do "caput" desta Cláusula, caso a penalidade aplicada ao prestador de serviço não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

Parágrafo Segundo - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no "caput" desta Cláusula será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa;

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de cancelamento do registro do prestador de serviço, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

Parágrafo Quarto – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, no total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I por razão de interesse público;
- II a pedido do prestador de serviço, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso, fará divulgação da Ata no PNCP, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro - Integra esta Ata, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2025 - PMTF-MA e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

Parágrafo Segundo - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA ONZE - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Balsas, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente.

Tasso Fragoso- MA, ___de _____

de 2025.

PMTF FL.(S) Nº R3 RÚBRICA: 700000



Prefeito Municipal - Tasso Fragoso- MA

Razão Social da Empresa CNPJ Nome/assinatura do Representante do Declarante



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025- PMTF-MA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

ANEXO ÚNICO DA ATA

Razão social CNPJ/MF: Endereço: Contatos: Representan					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	V. Unit R\$	V. Total R\$
	Valor Globa	al da Ata R\$			



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025- PMTF-MA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRAT	ГО	DE F	PRESTAÇA	AO DE	SERVIÇO	Q	UE
ENTRE	SI	CI	ELEBRAM	I A	PREFEI	ΓU	RA
MUNICIP	AL	DE	TASSO	FRAG	OSO-MA,	E	A
EMPRESA							

ato, representado p	elo Sr. Prefeito	e C.P.F n.°	orasileiro, residente neste Município, , e a empresa
	. situada na		, inscrita no CNPJ sob o n.
,	portador(a) da Cédula de Identi	idade n.º	ato representado pelos. Prefeito , inscrito(a) no CPF sob o n.º
Ata de Registro d PMTF-MA, Proce	le Preços nº /2025-PMTF	-MA, vinculado a - PMTF-MA, sul	resente CONTRATO decorrente da ao Pregão Eletrônico nº/2025- bmetendo-se as partes às disposições láusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRI	MEIRA - DO OBJETO		
de esgotamento e de Tasso Fragoso neste Contrato, em	limpeza de fossas sépticas e esgo -MA, a serem prestados de acord	otos para atender do com as especit strados na Ata de	ecializada na prestação de serviços a demanda da Prefeitura Municipal ficações e quantidades estabelecidos e Registro de Preços nº/2025-
PARÁGRAFO Ú	NICO - O Contrato será executad	o sob o regime d	e empreitada por preço unitário.
CLÁUSULA SEC	GUNDA – DAS CONDIÇÕES D	A REALIZAÇÃ	O DOS SERVIÇOS
com as necessida	executados nos locais indicados des da CONTRATANTE, após lo ser iniciados no prazo máximo	o recebimento o	lo Termo de Referência, de acordo da Ordem de Serviço emitida pela quatro horas).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços serão executados no município de Tasso Fragoso -MA.

às especificações constantes no Termo de Referência e Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução dos serviços a contratada deverá obedecer rigorosamente

PARÁGRAFO TERCEIRO - O serviço de esgotamento e limpeza de fossa séptica e limpeza dos esgotos deverá ser feito com carro de esgotamento de fossa séptica com capacidade mínima de 8m³ com todos os equipamentos necessários para execução dos serviços a ser contratado como: (mangueira entre 50 a 100m e espessura mínima de 75mm, alavanca e cavador para abertura da fossa, enxada, cone para isolamento do local e etc.), e que seja apresentado à fiscalização desta Prefeitura logo após a assinatura do contrato pela contratada, para inspeção pela fiscalização da Contratante da boa condição de uso do veículo.

PMTF FL.(S) Nº 186 RÚBRICA: 7000



• MEDIÇÃO: A medição será realizada pela fiscalização desta Prefeitura em M3.

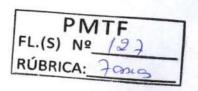
PARÁGRAFO QUARTO - No transporte de resíduos e esvaziamento de fossa séptica e limpeza dos esgotos, deverá ser realizados <u>os seguintes</u> serviços:

- a) Esgotamento de resíduo das fossas sépticas;
- b) limpeza de tubulações que interligam conexões de passagens de redes de esgotos;
- c) Remoção de resíduo das fossas sépticas para o aterro sanitário.
- d) A Contratada deverá realizar o descarte dos resíduos em local devidamente licenciado pelos órgãos competentes, emitir laudo técnico e apresentar os comprovantes dos descartes ao fiscal do contrato;
- e) O Contratado para executar o serviço deverá observar que não fique nenhum resíduo na superficie, gramas, calçadas e passeios, caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser imediatamente limpo.
- f) O veículo que irá efetuar o serviço deverá estar em bom estado de conservação, sem apresentar avarias que coloquem em risco a qualidade e a segurança, no ato da realização da coleta e transporte dos dejetos;
- g) O veículo deverá atender todas as normas da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), assim como as normas do DETRAN;
- h) As estruturas do veículo devem atender todas as normas de legislação ambiental pertinentes a essa de finalidade;
- i) O motorista deverá estar devidamente habilitado e apto para prestar o serviço, isento do consumo de bebidas alcoólicas e substâncias ilícitas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Visando ao cumprimento do fornecimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a:

- a) Indicar preposto responsável pelo Acompanhamento dos serviços com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões que surgirem na execução do contrato e apresentar soluções práticas para qualquer problema envolvendo o objeto do Termo de Referência e neste Contrato;
- b) É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do(s|) veículo(s) durante a execução do serviço, assim como as despesas relacionadas à combustível e ao condutor.
- c) A CONTRATADA é responsável por responder por quaisquer infrações ou irregularidades cometidas pelo motorista do veículo, excluindo qualquer responsabilidade direta ou subsidiária da CONTRATANTE;
- d) Manter, por si, empregados, sócios e prepostos, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer informações, dados ou documentos, que venha a ter acesso ou conhecimento em decorrência dos serviços a serem prestados à CONTRATANTE, obrigando-se a não divulgá-los, a qualquer tempo, verbalmente ou por escrito, sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE;
- e) Garantir o cumprimento de todas as obrigações legais e de qualquer natureza, notadamente às leis trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributárias e ambientais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade sobre as mencionadas matérias, seja durante ou após a vigência contratual;
- f) Comunicar, de imediato, à CONTRATANTE qualquer alteração realizada em seu Contrato Social, que importe em modificação de representação, denominação social, endereço, liquidação, encerramento ou transformação de suas atividades durante a execução do serviço;
- g) Afastar ou substituir, dentro de 12 (doze) horas, qualquer funcionário de seu quadro, que por solicitação da Prefeitura devidamente justificada por escrito, não deva continuar a participar da





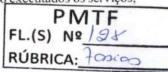
prestação dos serviços;

- Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas no contrato;
- i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- j) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;
- k) Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- I) Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da Contratante.
- m)Responder, civil e penalmente, pelos ônus resultantes de quaisquer processos, demandas, custos e despesas decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, ligadas à prestação de serviços, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei;
- n) Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicita;
- o) Comprovar o recolhimento de todos os encargos sociais, previdenciários, tributários e a regularidade da situação de prestador de serviços, mediante a apresentação de documentação legalmente exigível ou quaisquer outros documentos que a CONTRATANTE, a seu critério, vier a solicitar;
- p) Prestar todas as informações técnicas, refazendo os serviços quando em desacordo com as diretrizes traçadas pela CONTRATANTE, providenciando a imediata correção solicitada e atendendo quaisquer reclamações;
- q) Fornecer e providenciar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's), para seus empregados de acordo com a Lei de Segurança e Medicina do Trabalho (Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977) e Norma Regulamentadora nº06 aprovada pela Portaria GM nº 3.214 do Ministério do Trabalho, de 08 de junho de 1978.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

- a) Emitir Ordem de Serviço com prazo mínimo de 24h (vinte e quatro) horas, antes do início dos serviços contendo o local da execução dos serviços;
- b) Atestar a execução do serviço contratado, após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;
- c) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais, após atestar a respectiva fatura, que deverá ser conferida pelo Setor competente da CONTRATANTE, conforme previsto neste termo, após o cumprimento das formalidades legais;
- d) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estabelecidos no Termo de Referência e Contrato;
- e) Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes à execução do objeto, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições estabelecidas;
- f) Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão executados os serviços,





quando em áreas internas do CONTRATANTE;

- g) Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de vigência e entregas, mediante designação de servidor(es) responsável(eis) formalmente designados;
- h) Registrar as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA, por escrito, as ocorrências e advertências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;
- i) Indicar servidor com competência necessária para proceder à fiscalização do contrato e atestar as Notas Fiscais;
- j) Notificar a Contratada, por escrito, sobre desacordo, imperfeições ou falhas, para que sejam adotadas a medidas corretivas necessárias;
- k) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA;

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor global do presente contrato é de R\$ _____(_____), já inclusos todos os custos incidentes na contratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento será feito pela CONTRATANTE por medição, no prazo de até 30 (trinta) dias da data de apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Ordem de Serviço, devidamente atestada pelo Setor competente da Prefeitura pelo servidor designado para este fim e encaminhados ao setor competente para a liquidação da despesa

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor total de cada medição será apurado com base na quantidade de M³, aplicado o preço unitário registrado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, expressando os preços unitários e o valor total, sendo o faturamento incidente, único e exclusivamente, sobre a quantidade efetivamente medidas e calculadas.

PARÁGRAFO QUARTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, à CONTRATADA, através de deposito em conta corrente, agência e banco indicados pela mesma.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento estará condicionado à comprovação por parte da Contratada, de sua regularidade **fiscal, social** e **trabalhista** por meio das certidões expedidas pelos órgãos competentes, devidamente atualizadas.

PARÁGRAFO SEXTO

Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no **Parágrafo Primeiro desta Clausula**, por culpa da Contratante, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, desde que, para tanto, não tenha concorrido à Contratada.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0.00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.





CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para execução do presente contrato ocorrerão à conta da Dotação Orçamentária:

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejara a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;
- c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

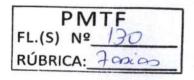
Parágrafo Segundo - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
- c) Indenizações e multas.

Parágrafo Terceiro - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O valor do presente Contrato não poderá ser reajustado durante o prazo de sua vigência. Ultrapassado o interregno de 01 (um) ano, o preço dos serviços poderá ser negociado o reajuste de acordo com a variação geral do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas — FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte formula:





 $R = V \times I$

Onde:

R = Valor do Reajuste Procurado;

V = Valor Inicial do Contrato;

I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

Será responsabilizado administrativamente o licitante ou o contratado pelas seguintes infrações, consoante dispõe o art. 155 da Lei 14.133/2021:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) Comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;
- 1) Praticar ato lesivo previsto no artigo nº 5 da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nete edital as seguintes sanções:

I-advertência

II-multa

III-impedimento de licitar a contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

PMTF
FL.(S) Nº /3 /
RÚBRICA: Fascas



PARÁGRAFO SEGUNDO - Na aplicação das sanções serão consideradas:

I-a natureza e a gravidae da infração cometida;

II-as peculiaridade do caso concreto;

III-as circuntâncias agravantes ou atenuantes;

IV-os danos que dela provierem para a Administração Pública

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximode 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- a) Para as infrações previstas nas alíneas "a" à "f" multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- b) Para as infrações previstas nas alíneas "h" à "l", a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SEXTO - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas "a" à "f" quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximode 3 (três) anos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas "h" à "l", bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "a" à "f" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.º 14.133/2021.

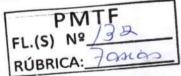
PARÁGRAFO OITAVO - A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

PARÁGRAFO NONO - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não areconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sus decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar oucontratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.





CLÁUSULA ONZE - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - O contratado e obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DOZE - DA HABILITAÇÃO

Manter durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

CLÁUSULA TREZE - DA FISCALIZAÇÃO

Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA**, o contrato será acompanhado e fiscalizado pelo(s) seu(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput).

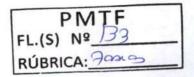
I -Fiscalização Técnica

- a) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI):
- b) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1°, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).
- d) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- f) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

II -Fiscalização Administrativa

- a) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

III -Gestor do Contrato





- a) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- c) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- d) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- e) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- f) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- g) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA QUINZE - ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção") e se comprometem a cumpri-las fielmente.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão — SLTI/MPOG, os quais devem ser aplicados no momento da execução do objeto, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos:

c) Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

d) Acondicionar os produtos preferencialmente em embalagem individual apropriada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

PMTF
FL.(S) Nº 34
RÚBRICA: 7000



Parágrafo Único - A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

CLAÚSULA DEZESSETE – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Primeiro - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Segundo - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DEZOTO - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA DEZENOVE - DAS PRERROGATIVAS

O regime jurídico deste contrato confere a CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no art. 104 da Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA VINTE - DA PUBLICAÇÃO

Incumbira a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura, bem como no respectivo sitio oficial na Internet, em atenção ao art. 8°, §2°, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Balsas-MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1°, da Lei nº 14.133/21.

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

		Tasso Fragoso/MA,	de	de 2025.
CONTRATANTE				
CONTRATADA				
	TESTEMUNHAS:			
		CPF N°		
		CPF N°		
		PMT	F 35	

Force

RÚBRICA:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2025-- PMTF-MA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS -- SRP

(USAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA
Att. Sr. Pregoeiro Oficial.
REF.: Pregão Eletrônico nº ___/2025- PMTF-MA

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, objetivando o Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso-MA, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se realizarão os serviços e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital em referência.

1 - PROPONENTE:

1.1. - Razão Social:

1.2. - Endereço:

1.3. - C.N.P.J. -

2 - PROPOSTA DE PRECOS

Item	Especificação	Unid.	Quant.	V. Unit RS	V. Total R\$
	Valor Globa	al da Ata R\$			

2.1. Importa a presente proposta o valor global de R\$.....(VALOR POR EXTENSO)

3 - PRAZOS DE VALIDADE DA PROPOSTA:

3.1. A presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados da abertura dos envelopes de preços.

4 - CONDICÕES DE PAGAMENTOS:

4.1. Concordamos com a forma de pagamento e demais exigências previstas no Edital e na Minuta de Contrato.

5 - DECLARAÇÃO

5.1. Declaramos que nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a perfeita execução do contrato, bem como todos os custos relativos à mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, as contribuições fiscais, transporte / seguro, bem como as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias a prestação dos serviços.

47



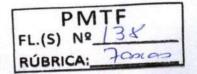
6 – QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

Nome: Cargo: CIC nº			
CI nº			
	A	tenciosamente,	
	Data,de _		de 2025.
	RA	AZÃO SOCIAL	
	(Nome/assinatura o	CNPJ lo Representante	do Declarante)





AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2025 — PMTF-MA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2025-PMTF-MA. A Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 06/2025 — PMTF-MA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando o Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA, em sessão pública eletrônica a partir das - 09:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 07/05/2025 que será conduzido pelo seu Pregoeiro, através do Portal de Compras da Prefeitura de Tasso Fragoso, disponível em www.comprastassofragoso.com.br nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/23, aplicando-se os procedimentos determinados pela Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras da Prefeitura de Tasso Fragoso, em www.comprastassofragoso.com.br, Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP e site da Prefeitura Municipal https://www.tassofragoso.ma.gov.br/. Tasso Fragoso -MA, 09 de abril de 2025. Manoel Messias Borges Oliveira. Pregoeiro.



PREFEITO de 0.6 de Janeiro de 2025, torna público que, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 002/2024, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto nº 003/2021 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 06 de Maio de 2025, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo (Menor Preço). Por Item, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de internet e manutenção da rede para suprir as necessidades das diversas Secretarias Municipais de São Pedro da Água Branca/MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) ás 12:00hs (doze horas) e de 14:00hs (catorze) às 18:00hs (dezoito), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www. saopedrodaaguabranca.ma.gov.br. no site do PORTAL DE COM-PRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ ou no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP através do endereço: http://www.gov.br/pncp/pt-br. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. São Pedro da Água Branca (MA), 16 de abril de 2025. Creuza Nascimento da Silva - Agente de Contratação.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 017/ 2025 PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS - O Município de São Pedro da Água Branca/MA, com sede na Avenida Presidente Geisel, 581, Centro, CEP: 65920-000 - São Pedro da Água Branca/MA, através do seu Agente de Contratação, instituído pela Portaria nº 025/2025 - GAB/ PREFEITO de 06 de Janeiro de 2025, torna público que, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 002/2024, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto nº 003/2021 e demais normas atinentes à espécie. realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 07 de Maio de 2025, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo (Menor Preço). Por Item, objetivando o Registro de Preços para eventual prestação de serviços de limpeza urbana, poda de arvores e roçado de vegetação rasteira, de interesse do Município de São Pedro da Água Branca - MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) ás 12:00hs (doze horas) e de 14:00hs (catorze) às 18:00hs (dezoito), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://www.saopedrodaaguabranca.ma. gov.br, no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www. portaldecompraspublicas.com.br/ ou no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP através do endereço: http://www.gov.br/pncp/ pt-br. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. São Pedro da Água Branca (MA). 16 de abril de 2025. Creuza Nascimento da Silva - Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO - MA

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO HUMANO – SECDH AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 (Processo Administrativo nº 001.036/2025-SECDH) Prefeitura Municipal de Sítio Novo - MA, UASG: 980929 por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento Humano – SECDH por intermédio da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 013. de 02 de Janeiro de 2025. sediada na Av. Leonardo de Almeida s/n Centro. Sítio Novo - MA, licitação na MODALIDADE: Pregão Eletrônico. TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE

EVENTOS, SENDO A FESTA DA MÃES E FESTAS JUNINAS DO ANO 2025 NO MUNICÍPIO DE SÍTIO NOVO/MA. CÓDIGO UASG: 980929. BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e das exigências estabelecidas neste Edital. Data de Abertura: 02 de Maio de 2025. 08:30 hs (oito horas e trinta minutos), horário de Brasília - DF, O Edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos no endereço eletrônico https://bnc.org.br/ - Portal Bolsa Nacional de Compras (BNC), http://sitionovo.ma.gov.br, no Mural de Licitações - TCE - MA, podendo ainda ser obtido por meio de solicitação no e-mail licitacoespmsn_ma@outlook.com_e, por fim, consultado, lido e obtido em sua versão impressa mediante o recolhimento de R\$: 50.00 (cinquenta reais) através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal), na sede da Comissão Permanente de Licitações, com endereço na sede da Prefeitura Municipal de Sitio Novo (MA) sito na Av. Leonardo de Almeida s/n, Centro, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas. FERNANDA DINIZ DA SILVA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESENVOLVI-MENTO HUMANO - SECDH.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/ 2025 - PMTF-MA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2025-PMTF--MA. A Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 06/2025 - PMTF-MA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando o Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA, em sessão pública eletrônica a partir das - 09:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 07/05/2025 que será conduzido pelo seu Pregoeiro, através do Portal de Compras da Prefeitura de Tasso Fragoso, disponível em www.comprastassofragoso.com.br nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/23, aplicando-se os procedimentos determinados pela Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras da Prefeitura de Tasso Fragoso, em www.comprastassofragoso.com.br, Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP e site da Prefeitura Municipal https://www.tassofragoso.ma.gov.br/. Tasso Fragoso -MA. 09 de abril de 2025. Manoel Messias Borges Oliveira. Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO № 035/2025 - PMTF-MA. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 002/2025-PMTF-MA. A Prefeitura municipal de Tasso Fragoso-MA, através de seu Agente de Contratação e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 002/2025 - PMTF-MA, do tipo Menor Preço Global, objetivando a Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção e recuperação de pontes de madeira no município de Tasso Fragoso, sob demanda (ordem de serviço), em sessão pública eletrônica a partir das - 09:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 08/05/2025 que será conduzido pelo Agente de Contratação, através do Portal de Compras da Prefeitura de Tasso Fragoso, disponível em www.comprastassofragoso, com.br nos termos da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se os procedimentos determinado pela Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras da Prefeitura de Tasso Fragoso, em www.comprastassofragoso.com. br. Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e site da Prefeitura Contratação – Tasso Fragoso FL. (S) Municipal https://www.tassofragoso.np.gyprT1 so Fragoso MA.



PMTF-MA. PREGÃO ELETRÔNICO №. 06/2025-PMTF-MA.

AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2025 - PMTF-MA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2025-PMTF-MA. A Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA, torna público para conhecimento dos interessados que realizará lícitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 06/2025 - PMTF-MA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando o Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA, em sessão pública eletrônica a partir das - 09:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 07/05/2025 que será conduzido pelo seu Pregoeiro, através do Portal de Compras da Prefeitura de Tasso Fragoso, disponível em

www.comprastassofragoso.com.br nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/23, aplicando-se os procedimentos determinados pela Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras da Prefeitura de Tasso Fragoso, em www.comprastassofragoso.com.br, Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP e site da Prefeitura Municipal https://www.tassofragoso.ma.gov.br/. Tasso Fragoso -MA, 09 de abril de 2025. Manoel Messias Borges Oliveira. Pregoeiro.

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS Código identificador: f1dd027e0eab975e96a46228caf37231

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS

AUTUAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ABERTURA DE MATRÍCULA DE IMÓVEL PÚBLICO

Processo nº	02/2025	
Interessado	Defensoria Pública do Estado do Maranhão	
Objeto Disponibilidade de Imóvel e Titulação		

O Prefeito Municipal de Timbiras – MA, no uso de suas atribuições legais, considerando a regularização de imóvel doado à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO por meio da Lei Municipal nº 325, de 22 de maio de 2024, e o alcance social da atuação do referido órgão neste município, em atenção às orientações do NÚCLEO DE GOVERNANÇA FUNDIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO – TJ/MA, referente à pretensão da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO – DPE/MA de abertura de novas instalações deste órgão no Município de Timbiras – MA, promovo a instauração do processo administrativo em epígrafe, a fim de assegurar a abertura sumária de matrícula do imóvel localizado Rua do Campo, s/n, Bairro Anjo da Guarda, nesta Cidade de Timbiras, de configuração geométrica de um retângulo de faces diferentes, de área total igual à 740,00 m², com as seguintes descrições:

Frente para RUA DO CAMPO, azimute 193°48′31,2", partindo do Ponto M1, de coordenadas 617415.57 m E; 9528469.81m S, ao Ponto M2, de coordenadas 617396.00 m E; 9528465.00 m S, mede 20,00 metros; limitando-se com TERRENO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS, de posse da Prefeitura Municipal de Timbiras, azimute 248°34′29,8", partindo do Ponto M3 de coordenadas 617407,23 m E; 9528424,81 m S, mede 37,00 metros; limitando-se com TERRENO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS, de posse do terreno, azimute 170°9,0′56,91``, partindo do Ponto M4 de coordenadas 617427,01 m E; 9528430,92 m S, mede 20,00 metros; limitando-se com TERRENO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS, de posse, azimute 108°23'30,9", partindo do Ponto M4 ao Ponto M1, fechando a poligonal mede 37,00 metros

Desta forma, considerando a necessidade do andamento do presente processo, bem como o principio da economia processual, serão convalidados os atos praticados anteiormente à abertura deste processo.

Tais atos e outros referentes ao procedimento obedecem a forma prescrita no artigo 195-A, da Lei nº 6.015/1973, cujos autos encontram-se na Secretaria Municipal de Infraestrutura, que será responsável pelos mesmos, estando anexos os seguintes documentos:

- Planta e memorial descritivo constando a descrição do imóvel público objeto deste procedimento, com medidas perimetrais, área total, localização, confrontantes e coordenadas preferencialmente georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites;
- 2. Notificação de confrontantes;
- Formulário de declaração de Anuência do confrontante, caso o imóvel objeto deste procedimento não sobreponha o imóvel particular (será expedida certidão pelo poder público atestando não ter sido realizada qualquer impugnação, caso esta não seja realizada no prazo de 15 (quinze) dias do Art. 195-A, da Lei nº 6.015/1973);
- 4. Lei de Doação Municipal.

Publique-se, Intime-se e Cumpra-se.

Timbiras - MA, 14 de abril de 2025.

PAULO VINICIUS LIMA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por: FRANCISCO ARNALDO SOUZA ALVES Código identificador: e74370f49c85b712a8c98f1e6f66ef31

EDITAL Nº 003/2025 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTUR

Timbiras - MA, 14 de abril de 2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO - INTIMAÇÃ BÉRBIGA ONTANTES

PMTF
FL.(S) Nº /39

ARÁIDBIGAONTANTES

AVISO DE RESULTADO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA № 005/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 00000014/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de Escola 06 salas de aula padrão FNDE, com quadra coberta no Povoado Cocal dos Cabritos em Arame - MA. A Pregoeira/Agente de contratação e equipe de apoio de ARAME-MA, torna público que a empresa vencedora da licitação, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025, foi: SL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 27.919.205/0001-21, que apresentou o menor valor na ordem de R\$ 3.845.074,63 (três milhões, oitocentos quatrocentos cinco mil, setenta quatro reais e sessenta três centavos). Arame – MA, 14 de abril de 2025 - INGRACIANE FEITOZA – Pregoeira/Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA
AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO № 035/2025 —
PMTF-MA. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA № 002/2025-PMTF-MA.
A Prefeitura municipal de Tasso Fragoso- MA, através de seu Agente
de Contratação e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento
dos interessados que realizará licitação na modalidade Concorrência
Eletrônica № 002/2025 — PMTF-MA, do tipo Menor Preço Global,
objetivando a Contratação de empresa de engenharia para prestação
de serviços de manutenção e recuperação de pontes de madeira
o bublica eletrônica a partir das - 09:00 horas (horário de Brasilia-DF) do
dia 08/05/2025 que será conduzido pelo Agente de Contratação, através
do Portal de Compras da Prefeitura de Tasso Fragoso, disponível em
www.comprastassofragos.com.br nos termos da Lein 9 14.133/2021,
aplicando-se os procedimentos determinado pela Lei Complementar
n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto
e 2014. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados
no Portal de Compras da Prefeitura de Tasso Fragoso, em www.
comprastassofragos.com.br. p. Portal Nacional de Compras Públicas PNCP e site da Prefeitura Municipal https://www.tassofragoso.om.agov.
br/ Tasso Fragoso -MA, 10 de abril de 2025. Manoel Messias Borges
Oliveira, Agente de Contratação - Tassos Fragoso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA
AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 38/2025 PMTF-MA, PREĞÃO ELETRÔNICO N°, 06/2025-PMTF-MA. A Prefeitura
Municipal de Tasso Fragoso - MA, torna público para conhecimento dos
interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico
n° 06/2025 - PMTF-MA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando
o Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa
especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de
fossas sépticas e esgotos para atender as demandas da Prefeitura
Municipal de Tasso Fragoso- MA, em sessão publica eletrônica a partir
das - 09:00 horas (horário de Brasilia-D°) do día 07/05/2025 que
será conduzido pelo seu Pregoeiro, através do Portal de Compras da
Prefeitura de Tasso Fragoso, disponível em www.comprastassofragoso.
com.br nos termos da Lein° 14.133/2021, Decreto Federalnº 11.462/23,
aplicando-se os procedimentos determinados pela Lei Complementar
nº 123/2005 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto
de 2014. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados
no Portal de Compras da Prefeitura de Tasso Fragoso, em www.
comprastassofragoso.comb. Protal balcoinal de Contratações Pública
- PNCP e site da Prefeitura Municipal https://www.tassofragoso.
na.gov.br/. Tasso Fragoso -MA, 09 de abril de 2025. Manoel Messias
Borges Oliveira. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 002/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA, com Sede na Rua Antônio Neto nº 249, Através da Secretaria de Obras, torna público que fará realizar às 09:00 (nove) horas do día 08 de Maio de 2025, a licitação na modalidade CONCORRENCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global do tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste. OBLETO: Contratação de empresa para execução dos serviços de iluminação pública de interesse deste Município de São Raimundo do Doca Bezerra/ma., o Edital e seus anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e nos sítios https://comprasbr.com.br ou www.saoraimundododocabezerra.ma.gov.br e podendo, em caso de problemas nos sites acima, ser adquirido gratuitamente na saía da CPL, ou através do e-mail: cplsaordb@hotmail.com durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas maiores informações pelo E-mail: cplsaordb@hotmail.com ou no local. São Raimundo do Doca Bezerra – MA., Em 14 de Abril de 2025, Alex Conceição da Luz, Secretário Municipal de Obras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO DO DOCA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA, com Sede na Rua Antônio Neto nº 249, Através da Secretaria de Obras, torna público que fará realizar as 09:00 (nove) horas do día 09 de Maio de 2025, a licitação na modalidade CONCORRENCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global do tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste,

por preço global do tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, OBJETO: Contratação de uma empresa para execução dos serviços de limpeza pública neste Município de São Raimundo do Doca Bezerra/Ma., o Edital e seus anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e nos sitios https://comprasbc.com.br ou www.saoraimundododocabezerra.ma.gov.br e podendo, em caso de problemas nos sites acima, ser adquirido gratuitamente na saía da CPL, ou através do e-mail: cpisaordb@hotmail.com durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas maiores informações pelo E-mail: cpisaordb@hotmail.com ou no local. São Raimundo do Doca Bezerra – MA., Em 14 de Abril de 2025, Alex Conceição da Luz, Secretario Municipal de Obras.

José Reinaldo

O en-governacion José Reinaldo Tayares aspreve às farças faires para o José Passan

Momento de esperança

Na quinta-feira, dia 10 de abril, estive em Brasília para encontrar com o ex-president José Sarney e com o presidente em exercício, Geraldo Alckmin, em audiência marcada pelo deputado Pedro Lucas, líder de um dos maiores partidos do Brasil, o União Brasil, José Sarney e Geraldo Alckmin são homens extraordinários, com grandes serviços prestados ao país, experientes e vitoriosos. Fui levar a eles o maior projeto brasileiro de logística. o novo corredor logistico do Brasil para o século XXI, a Ferrovia Norte-Sul (FNS) conectada ao futuro Porto de Alcântara, cuia principal característica é transformar distância geográfica em distância econômica, baixando os custos e aumentando a competitividade. Isso só pode ser conseguido se essa logística incluir navios de 400 mil DWT (Deadweight Tonnage: abreviação para capacidade de peso de um navio), como demonstrou a Vale, em sua busca frenética por navios maiores para poder competir e ter lucros no ntricado comércio exterior, onde compete com outros países muito preparados. Antes dos grandes navios, a Vale só colhia prejuízos, como mostra livro sobre o construtor da companhia, engenheiro homem do mundo, Eliezer Batista Esses navios formidáveis

Esses navios formidáveis, verdadeiras "joias da coroa", precisam de portos muito profundos. E só a Baía de São Marcos, descrita a mim por um ministro da Marinha como uma anomalia muito positiva, tem a possibilidade de construção de, não apenas um porto com essas características, mas dois: um já construido, o Terminal Portuário da Ponta da Madeira (TPPM), da Vale, e outro, o Terminal Portuário de Alcântara (TPA), da Grão-Pará Maranhão (GPM), este com 8 berços, todos com 25 metros de profundidade natural e 420 metros de extensão em cada berço, capaz de receber 8 navios DWT, simultaneamente, tão raro quanto o canal de acesso próprio, muito profundo e largo. Trata-se de um porto que nenhum outro estado tem. São únicos que podem dar mais eficiência aos navios de 400 mil DWT, com possibilidade de zarpar com carregamento total, sem encalhar.

Esse é o porto da Ferrovia Norte-Sul, idealizada assim, e e confirmado pelo Banco Mundial, que recomendou urgência na sua construção. O presidente Sarney sabe disso, pois foi no governo dele que o projeto nasceu e começou. Por economia, foi ligado à Ferrovia dos Carajás, mas que hoje precisa do ramal ferroviario ligando à FNS ao Porto de Alcantara para formar um dos melhores corredores logisticos do mundo.

José Sarney entende, e eu concordo com ele, que esse ramal ferroviário e o Porto de Alcântara é o prolongamento natural que falta à FNS para completá-la, assim como a modernização do Porto do Itaqui.

E desta forma, com esse apoio de José Sarney e Geraldo Alckmin, o projeto se transforma finalmente em um projeto nacional tal como foi idealizado com resultados tão grandes para o desenvolvimento sustentável

do país. A concretização desse projeto excepcional dá a possibilidade de o Brasil dobrar o PIB do agronegócio brasileiro, dos atuais US\$ 500 bilhões para US\$ 1 trilhão, como o ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, mostrou, tornando o país o líder do agronegócio do mundo, trazendo inestimáveis beneficios ao Brasil. Custo Brasil - Hoje, no

entanto, o agronegócio sofre com o Custo Brasil, gigantesco e crescente, que precisa ser contido para poder avançar e cumprir sua missão de alimentar o mundo. Algumas causas do Custo Brasil ser muito elevado: 86% da carga (suprimindo minério e petróleo) é transportada por rodovia, com o agravante de que somente 30% da malha viária está em bom estado: a malha ferrociária é

estado; a malha ferroviária é insuficiente, ridícula para um país do tamanho do Brasil: os portos são antigos, o que resulta em baixa eficiência portuária; operação nos limites máximos de utilização dos bercos em portos do país. levando filas enormes aos portos principais; não temos nenhum porto brasileiro entre os 40 maiores do mundo e a participação brasileira no mercado de contéiners é de apenas 1,4% TEUs (Twenty-foot Equivalent Unit, unidade padrão usada para medir a capacidade de carga dos navios porta-contêineres) O Custo Brasil chegou a 18,4% do PIB, em 2023, e continua crescendo. Uma perda crescente para os empresário do agronegócio brasileiro. O custo da ineficiência logística do Brasil equivale a uma taxação de 25% sobre todas as exportações brasileiras.

dobrar o PIB do agronegócio, mesmo que a eficiência dentro da porteira seja a melhor do mundo. Em termos de comparação vamos mostrar o deseguilibro brasileiro, muito

Como isso pode continuar? Se continuar, o Brasil não poderia

vamos mostrar o desequilibrio brasileiro, muito descompensado:

" evolução em 10 anos (2014-2023) em valores reais (preços de dez/2023), indexador IPCA:

" IND. Processo 2006/10 (2004).

" PIB cresceu 8% (0,8% aa); " custo da logística cresceu 98% (7,87% aa);

90% (7,67% da), ° custo do transporte cresceu 60% (5,37% aa); E o custo da ineficiência "Na viagem a
Brasília, demos um
passo gigantesco
à frente. Um
projeto, que era
apenas um projeto
maranhense,
conduzido pela
SEDEPE, agora
é um projeto
nacional"

logística? Total R\$ 1.300

bilhões: transporte, R\$ 280 bi; o custo unitário: R\$ 520/ tonelada. Assim, o Custo Brasil onera cada vez mais o produtor exportador que, no final, é quem paga por esse descontrole Temos que mudar esse quadro, rapidamente, e completar a Ferrovia Norte-Sul com os ramais da FICO, ora em execução com recursos da antecipação da outorga da Vale, na Ferrovia dos Carajás, e fazer o Porto de Alcantara e o ramal ferroviário de ligação do porto com a FNS, a EF-317. Fazendo isso, o Custo Brasil vai cair rapidamente dando uma chance ao país de ser uma potência portuária, com um corredor logístico dos mais eficientes do mundo. E, em consequência, uma potência avassaladora do agronegócio e da exportação de bens. Na viagem a Brasília, demos um passo gigantesco à frente Um projeto, que era apenas um projeto maranhense, conduzido pela SEDEPE, agora é um projeto nacional, talvez o melhor deles, com duas personalidades gigantes, que

Muito obrigado, meu São José de Ribamar, meu santo de devoção, ao qual me apego quando preciso muito de ajuda. Vamos em frente!

empreendimento.

mais uma vez se compromete com o Brasil, conduzindo em termos nacionais esse grande

AVISO DE ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA № 005/2025

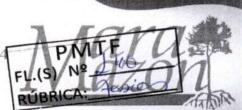
PROCESSO LICITATÓRIO 00000014/2025
Pelo presente termo, a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO da Prefeitura Municipal de Arame — MA, torna público para conhecimento dos interessados, o julgamento das propostas de que trata o processo licitatório CONCORRÊNCIA ELETRÓNICA NO 005/2025, que teve como objetivo a seleção da melhor proposta para a Contratação de empresa especializada para construção de Escola 06 salas de aula padrão FNDE, com quadra coberta no Povoado Cocal dos Cabritos em Arame-MA Foi em toda sua tramitação atendida a legislação pertinente. Desse modo, satisfazendo a lei e ao mérito, ADJUDICO a proponente SL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 27,919.205/0001-21, que apresentou o menor valor na ordem de R\$ 3.845.074,63 (três milhões, oitocentos quatrocentos cinco mil, setenta quatro reais e sessenta três centavos), vencedora desse certame nos termos da Ata de Sessão de Julgamento, do seu objeto. ARAME-MA, 14 de abril de 2025 — ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 00000014/2025

Na qualidade de Secretário Municipal de Educação – MA, no uso das atribuições que me são conferidas, tendo em vista a realização do Processo licitatório nº 00000014/2025, modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 005/2025, HOMOLOGO (de acordo com o inciso IV do Artigo 71 da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores), e Autorizo a Contratação de empresa especializada para Construção de Poço com Reservatório no Bairro Olaria de Arame - MA, a proponente SL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPI 27.919.205/0001-21, que apresentou o menor valor na ordem de R\$ 3.845.074,63 (três milhões, oitocentos quatrocentos cinco mil, setenta quatro reais e sessenta três centavos), conforme Termo de Adjudicação de 14/04/2025. Arame – MA, 14 de abril de 2025. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação.

Av. Litorânea, 300 - Calhau (98) 3235 3994 / 98414 4624

maramazon_ www.maramazon.com



Charme, alma e hospitalidade genuinamente maranhenses

Siganet

PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO

Usuário: IGOR RIBEIRO SANTOS / **Perfil:** MUNICÍPIO - ADMINISTRAÇÃO

Manutenção de Licitações

• Adicionar (https://painel.siganet.net.br/transparencia/licitacoes/licitacoes/cadastrar)

10 v re	sultados por página	a	Pesquisar		
N° Processo	N° Instrumento	Objeto	Data de Abertura	Unidade	Ação
035/2025	002/2025	Contratação de	08/05/2025	SECRETARIA	Editar (https://painel.siganet.net.br/transparencia/licitacoes/licit
		empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção e recuperação de pontes de madeira no município de Tasso Fragoso, sob demanda (ordem de serviço).		MUNICIPAL DE INFRA- ESTRTURA, TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO DE TASSO FRAGOSO	Excluir (https://painel.siganet.net.br/transparencia/licitacoes/lic
038/2025	006/2025	/2025 Registro de Preço para 0	07/05/2025 SECRETARIA	Editar (https://painel.siganet.net.br/transparencia/licitacoes/licit	
		eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA		MUNICIPAL DE INFRA- ESTRTURA, TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO DE TASSO FRAGOSO	Excluir (https://painel.siganet.net.br/transparencia/licitacoes/lic

https://painel.siganet.net.br/transparencia/licitacoes/licitacoes

PMTF
FL.(S) Nº 141
RÚBRICA: 700000

1/5



Edital nº 06/2025

Acessar Contratação

Ultima atualizacão 14/04/2025

Local: Tasso Fragoso/MA Órgão: MUNICIPIO DE TASSO FRAGOSO

Unidade compradora: 1 - Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto Registro de preço: Sim

Data de divulgação no PNCP: 14/04/2025 Situação: Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 14/04/2025 17:30 (horario de Brasilla)

Data fim de recebimento de propostas: 07/05/2025 08:59 (horario de Brasília)

Id contratação PNCP: 06997563000182-1-000012/2025 Fonte: BR Conectado



Entrar

Registro de Preço para eventual e rutura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso-MA

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

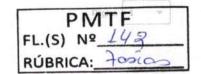
RS 195,000 00

Itens	Arquivos Histórico			
Número :	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Esgotamento e limpeza de	1000	R\$ 195.00	R\$ 195.000,00
	fossa septicas dos orgãos			
	públicos e limpeza dos			
	esgotos. Os serviços deverão			
	ser executados com carro			
	apropriado com sucção e			
	capacidade para no mínimo			
	08M ^a dentro das normas			
	ambientais increntes a			
	materia, bem como, com			
	todo zelo e cuidado que			
	merecem, uma vez serem			
	executados em área de			
	grande presença de			
	servidores e usuários de			
	serviço			

Exibin 4 💌

1-1 de Litera







Criado peta Lei nº 14133/21 o Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP) é o siba plevánico eficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos um sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diplomia.

E garido pelo Comite Gestar da Rede Nacional de Contratações Publicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764 de 9 de agosto de 2021

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concupção direta logal, homologado pelos indicados a compuno atudido com la

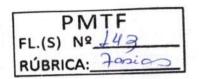
A adequação, ndedignidade e constude das informações e dos arquivos relativos as contratuções disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de astrita responsabilidade dos úmisos e antidades contratantes.

🔯 https://pertolentersices.gestad.gov.br

J + 600 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Testo desposare à la escado do informações relacismentas a ticença de uso.





PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2025 – PMTF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 – PMTF.

PROPOSTA AJUSTADA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO – MA. À COMISSÃO DE LICITAÇÃO – CPL.

W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA, CNPJ sob ° 37.253.962/0001-62 TV MARCELINO TAVARES, S/N, CENTRO – TASSO FRAGOSO/MA, representada por seu representante legal, Sr. Wesdras de Souza Barreira de Oliveira, CPF sob ° 020.625.823-23, vem apresentar:

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, objetivando o Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso – MA, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se realizarão os serviços e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital em referência.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgotos. Os serviços deverão ser executados com carro apropriado com sucção e capacidade para no mínimo 08M³, dentro das normas ambientais inerentes a matéria, bem como, com todo zelo e cuidado que merecem, uma vez serem executados em área de	M³	1000	FI	PMTF .(s) Nº 144



grande servidores de serviço	presença d e usuário	e		
NAME OF TOTAL				P¢ 170 000 00
VALOR TOTA	AL:			R\$ 170.000,00
cento e setenta m	nil reais			

O prazo de validade da proposta é de 60 (SESSENTA) dias, a contar da data de sua apresentação.

Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

Concordamos com a forma de pagamento e demais exigências previstas no Edital e na Minuta de Contrato.

Responsável pela assinatura do contrato: Wesdras de Souza Barreira de Oliveira, CPF sob ° 020.625.823-23.

Tasso Fragoso - MA, 07 de maio de 2025.

WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA:02062582323 Assinado de forma digital por WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA:02062582323 Dados: 2025.05.07 11:33:43 -03'00'

WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA

CPF sob ° 020.625.823-23



1º ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA "WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA 02062582323"

WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 21/10/1986, portador do RG sob nº 246656620031 GEJUSP/MA e CPF: 020.625.823-23, residente e domiciliado na Rua Marcelino Tavares, S/N, Centro, na cidade de Tasso Fragoso-MA, Cep: 65.820-000, na qualidade de titular da empresa WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA 02062582323, com sede na TV Marcelino Tavares, S/N, Centro, Tasso Fragoso-MA, Cep: 65.820-000, com registro na Junta Comercial sob o NIRE Nº 21802015651, inscrita no CNPJ sob o nº 37.253.962/0001-62, resolve:

DA TRANSFORMAÇÃO DO TIPO JURÍDICO

CLÁUSULA I – Fica transformada a natureza jurídica deste Empresário Individual em Sociedade Empresária Limitada sob a razão social de W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.

DO ENQUADRAMENTO

CLÁUSULA II – Resolve alterar o porte da empresa para Empresa de Pequeno Porte – EPP.

DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA III – Resolve alterar o objeto social para:

CNAE PRINCIPAL:

4120-4/00 - Construção de edifícios

CNAE SECUNDÁRIOS:

4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

2330-3/02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção

2511-0/00 - Fabricação de estruturas metálicas

PMTF FL.(S) Nº 146 RÚBRICA: 70000 3102-1/00 - Fabricação de móveis com predominância de metal

3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos

3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos

4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica

4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos

4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água

4923 0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

4924-8/00 - Transporte escolar

7112-0/00 - Serviços de engenharia

7119-7/01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia

7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor

7719-5/99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

3702-9/00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

4313-4/00 - Obras de terraplenagem

4212-0/00 - Construção de obras-de-arte especiais

4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

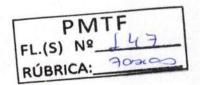
4222-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

4299-5/99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente

Para tanto, passa a transcrever e consolidar na íntegra, o Contrato Social da referida SOCIEDADE LIMITADA, com o teor a seguir:

WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 21/10/1986, portador do RG sob nº 246656620031 GEJUSP/MA e CPF: 020.625.823-23, residente e domiciliado na Rua Marcelino Tavares, S/N, Centro, na cidade de Tasso Fragoso-MA, Cep: 65.820-000, constitui uma SOCIEDADE LIMITADA, que se regerá pelo presente CONTRATO SOCIAL:

CLÁUSULA I - A sociedade empresária gira sob o nome empresarial W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA e nome fantasia W.S CONSTRUTORA, com



sede e foro na TV Marcelino Tavares, S/N, Centro, Tasso Fragoso-MA, Cep: 65.820-000, com registro na Junta Comercial sob o NIRE Nº 21802015651 e inscrita no CNPJ sob o nº 37.253.962/0001-62.

CLÁUSULA II - A sociedade tem o seguinte objeto social:

CNAE PRINCIPAL:

4120-4/00 - Construção de edifícios

CNAE SECUNDÁRIOS:

4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

2330-3/02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção

2511-0/00 - Fabricação de estruturas metálicas

3102-1/00 - Fabricação de móveis com predominância de metal

3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos

3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos

4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica

4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e acroportos

4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água

4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

4924-8/00 - Transporte escolar

7112-0/00 - Serviços de engenharia

7119-7/01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia

7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor

7719-5/99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

3702-9/00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

4313-4/00 - Obras de terraplenagem

4212-0/00 - Construção de obras-de-arte especiais

4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas



4222-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

4299-5/99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente

CLÁUSULA III - O capital social é R\$ 10.000,00 (dez mil reais) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, da seguinte forma:

Nome do Sócio	Quotas	Valor R\$
WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA	10.000	10.000,00
TOTAL	10.000	10.000,00

Parágrafo Único - A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas respondendo solidariamente pela integralização do Capital.

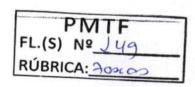
CLÁUSULA IV - A empresa iniciou suas atividades em 28/05/2020 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa Jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA V - A administração da sociedade cabe ao sócio único WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA, já qualificado, com poderes e atribuições para representar a sociedade ativa e passivamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, a atividades estranhas ao interesse ou assumir obrigações, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, (Art. 997 VI; 1.013,1.05,1.064 CC/2002).

CLÁUSULA VI - O sócio poderá estabelecer uma retirada mensal a título de "pró-labore", respeitando as limitações legais vigentes.

CLÁUSULA VII: O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal, cabendo ao sócio, os lucros ou perdas apuradas na proporção de suas quotas.

CLÁUSULA VIII - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais e outros estabelecimentos, no país ou fora dele, por ato de sua administração ou por deliberação da maioria dos sócios.



Página 5 de 6

CLÁUSULA IX - O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedida de

exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal,

ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso

a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão,

peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas

de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Art.

1.011, § 1° do CC).

CLÁUSULA X - O sócio declara que a empresa se enquadra como Empresa de Pequeno

Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não

se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da

mencionada lei. (art. 3°, I, LC nº 123, de 2006).

CLÁUSULA XI - Fica eleito o foro da comarca de Tasso Fragoso/MA, CEP 65.820-000,

para qualquer ação fundida neste contrato, renunciando-se a qualquer outro, por mais

privilegiado que seja.

E, por estar assim ajustado, assina o presente instrumento

Balsas/MA, 15 de Janeiro de 2025.

WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA



MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA consta assinado digitalmente por:

	IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)
CPF/CNPJ	Nome
02062582323	WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA

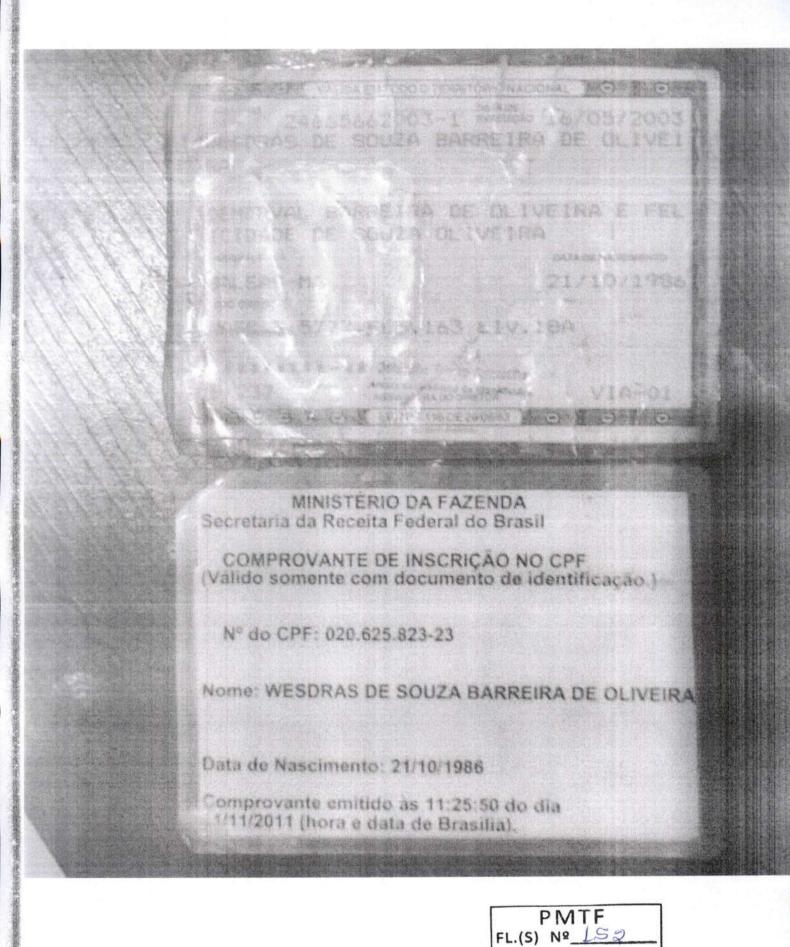
CERTIFICO O REGISTRO EM 16/01/2025 09:43 SOB Nº 21201642368.

PROTOCOLO: 250044820 DE 15/01/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12500657123. CNPJ DA SEDE: NIRE: 21201642368. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/

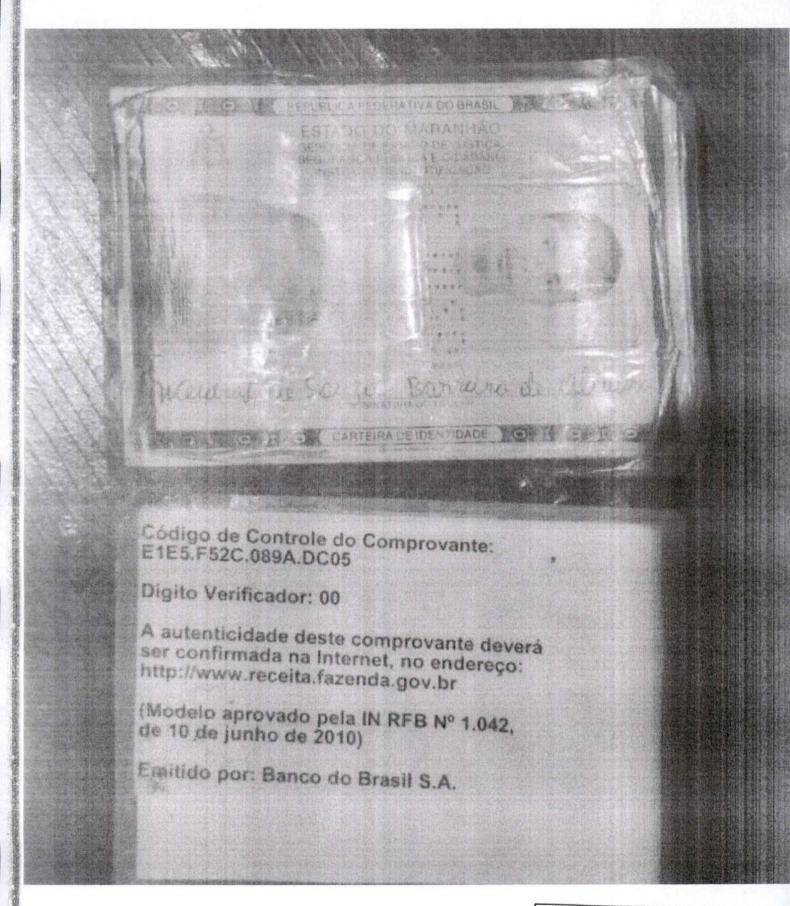
JUCEMA W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA SECRETÁRIO-GERAL www.empresafacil.ma.gov.br





RUBRICA: tonco



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

NUMERO DE INSCRIÇÃO 37.253,962/0001-62	COMPROVANTE DE IN		E SITUAÇÃO	28/05/2020	JRA
MATRIZ	CAD	ASTRAL			4
NOME EMPRESARIAL W.S CONSTRUTORA E	SERVICOS LTDA				
TITULO DO ESTABELECIMENTO W.S CONSTRUTORA	D INOME DE FANTASIAJ				PORTE
codigo e descrição da ati 41.20-4-00 - Construção	VIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL o de edificios				
	TIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS				
5.11-0-00 - Fabricação	de artefatos de cimento para uso no de estruturas metálicas	-22			
	de móveis com predominância de r relacionadas a esgoto, exceto a ges				
38.11-4-00 - Coleta de re	esiduos não-perigosos				
38 12-2-00 - Coleta de n	esiduns perinosas				
42.12-0-00 - Construção	de obras de arte especiais				
42.12-0-00 - Construção 42.13-8-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção			to e construções	correlatas, ex	ceto obras o
42.12-0-00 - Construção 42.13-8-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção irrigação	de obras de arte especiais rbanização - ruas, praças e calçada:	a, coleta de esgo		correlatas, ex	ceto obras c
42.12-0-00 - Construção 42.13-8-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção irrigação 42.99-5-99 - Outras obra 43.13-4-00 - Obras de te	o de obras de arte especiais rbanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não especific rraplenagem	a, coleta de esgo		correlatas, ex	ceto obras c
42.12-0-00 - Construção 42.13-8-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção rrigação 42.99-5-99 - Outras obra 43.13-4-00 - Obras de te 43.21-5-00 - Instalação 43.22-1-04 - Montagem	o de obras de arte especiais rbanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não especific rraplenagem	a, coleta de esgo adas anteriormen	nte		
42.12-0-00 - Construção 42.13-8-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção irrigação 42.99-5-99 - Outras obra 43.13-4-00 - Obras de te 43.21-5-00 - Instalação 43.29-1-04 - Montagem aeroportos 43.99-1-05 - Perfuração	o de obras de arte especiais rbanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não específica rraplenagem e manutenção elétrica e instalação de sistemas e equipam e construção de poços de água	a, coleta de esgo adas anteriormen entos de iluminai	nte		
42.12-0-00 - Construção 42.13-8-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção (rrigação 42.99-5-99 - Outras obri 43.13-4-00 - Obras de te 43.21-5-00 - Instalação 43.29-1-04 - Montagem neroportos 43.99-1-05 - Perfuração 47.444-0-99 - Comércio v	o de obras de arte especiais rbanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não especific rraplenagem e manutenção elétrica e instalação de sistemas e equipam	a, coleta de esgo adas anteriormen entos de ilumina em geral	nte ção e sinalização		
42.12-0-00 - Construção 42.13-8-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção (rigação 42.99-5-99 - Outras obra 43.13-4-00 - Obras de te 43.21-5-00 - Instalação 43.29-1-04 - Montagem aeroportos 43.99-1-05 - Perfuração 47.44-0-99 - Comércio v 49.23-0-02 - Serviço de 49.24-8-00 - Transporte	de obras de arte especiais rbanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não especific rraplenagem e manutenção elétrica e instalação de sistemas e equipam e construção de poços de água arejista de materiais de construção transporte de passageiros - locação escolar	a, coleta de esgo adas anteriormen entos de ilumina em geral	nte ção e sinalização		
42.12-0-00 - Construção 42.13-8-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção 42.99-5-99 - Outras obra 43.13-4-00 - Obras de te 43.21-5-00 - Instalação 43.29-1-04 - Montagem aeroportos 43.99-1-05 - Perfuração 47.44-0-99 - Comércio 49.23-0-02 - Serviço de 49.24-8-00 - Transporte 11.12-0-00 - Serviços de 17.19-7-01 - Serviços de 19.19-19-19-19-19-19-19-19-19-19-19-19-19-1	de obras de arte especiais rbanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não específica rraplenagem e manutenção elétrica e instalação de sistemas e equipam e construção de poços de água arejista de materiais de construção transporte de passageiros - locação escolar engenharia e engenharia	a, coleta de esgo adas anteriormen entos de ilumina em geral	nte ção e sinalização		
42.12-0-00 - Construção 42.13-8-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção cirrigação 42.99-5-99 - Outras obri 43.21-5-00 - Instalação 43.21-5-00 - Instalação 43.29-1-04 - Montagem eroportos 43.99-1-05 - Perfuração 47.44-0-99 - Comércio v 49.23-0-02 - Serviço de 49.24-8-00 - Transporte 71.12-0-00 - Serviços de 471.19-7-01 - Serviços de 477.11-0-00 - Locação de 477.11-0-00 - Locação de	de obras de arte especiais ribanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não especific rraplenagem e manutenção elétrica e instalação de sistemas e equipam e construção de poços de água arejista de materiais de construção transporte de passageiros - locação escolar e engenharia e cartografia, topografia e geodésia automóveis sem condutor	a, coleta de esgo adas anteriormen entos de ilumina em geral	nte ção e sinalização		
42.12-0-00 - Construção 42.12-0-00 - Construção 42.22-7-01 - Construção 42.92-5-99 - Outras obri 43.13-4-00 - Obras de te 43.21-5-00 - Instalação 63.29-1-04 - Montagem aeroportos 43.99-1-05 - Perfuração 47.44-0-99 - Comércio ve 49.24-0-00 - Transporte 71.12-0-00 - Serviços de 47.11-0-00 - Serviços de 77.11-0-00 - Locação de CODIGO E DESCRIÇÃO DA NA	de obras de arte especiais rbanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não específicarraplenagem e manutenção elétrica e instalação de sistemas e equipam e construção de poços de água arejista de materiais de construção transporte de passageiros - locação escolar engenharia e artografía, topografía e geodésia automóveis sem condutor	a, coleta de esgo adas anteriormen entos de ilumina em geral	nte ção e sinalização		
42.13-8-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção irrigação 42.99-5-99 - Outras obra 43.13-4-00 - Obras de te 43.21-5-00 - Instalação - 43.29-1-04 - Montagem aeroportos 43.99-1-05 - Perfuração 47.44-0-99 - Comércio v 49.24-8-00 - Serviço de 49.24-8-00 - Transporte 71.12-0-00 - Serviços de 71.19-7-01 - Serviços de	de obras de arte especiais rbanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não específicarraplenagem e manutenção elétrica e instalação de sistemas e equipam e construção de poços de água arejista de materiais de construção transporte de passageiros - locação escolar engenharia e argenharia cartografía, topografía e geodésia automóveis sem condutor TUREZAJURIDICA resária Limitada	a, coleta de esgo adas anteriormen entos de ilumina em geral	nte ção e sinalização		
42.12-0-00 - Construção 42.12-0-00 - Construção 42.22-7-01 - Construção 42.22-7-01 - Construção 42.99-5-99 - Outras obri 43.13-4-00 - Obras de te 43.21-5-00 - Instalação 643.29-1-04 - Montagem aeroportos 43.99-1-05 - Perfuração 47.44-0-99 - Comércio v 49.24-0-09 - Serviços de 49.24-8-00 - Transporte 71.12-0-00 - Serviços de 77.11-0-00 - Locação de CODIGO E DESCRIÇAS DA NA 206-2 - Sociedade Empi	de obras de arte especiais rbanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não específicarraplenagem e manutenção elétrica e instalação de sistemas e equipam e construção de poços de água arejista de materiais de construção transporte de passageiros - locação escolar engenharia e argenharia cartografía, topografía e geodésia automóveis sem condutor TUREZAJURIDICA resária Limitada	a, coleta de esgo adas anteriormen entos de iluminar em geral o de automóveis o	com motorista		
42.12-0-00 - Construção 42.12-3-8-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção 42.22-7-01 - Construção 42.99-5-99 - Outras obri 43.13-4-00 - Obras de te 43.13-4-00 - Instalação 43.29-1-04 - Montagem aeroportos 43.99-1-05 - Perfuração 47.44-0-99 - Comércio v 49.23-0-02 - Serviço de 49.24-8-00 - Transporte 49.24-8-00 - Transporte 71.12-0-00 - Serviços de 47.11-0-00 - Locação de 600000 E DESCRIÇAS DA NA 206-2 - Sociedade Empi	de obras de arte especiais ribanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não especificarraplenagem e manutenção elétrica e instalação de sistemas e equipam e construção de poços de água arejista de materiais de construção transporte de passageiros - locação escolar engenharia cardografía, topografía e geodésia automóveis sem condutor CUREZAJURIDICA resária Limitada	a, coleta de esgo adas anteriormen entos de iluminar em geral o de automóveis o NUMERO SN MUNICIPIO TASSO FRA	com motorista		icas, portos (
42.12-0-00 - Construção 42.13-8-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção 42.22-7-01 - Construção 42.99-5-99 - Outras obri 43.13-4-00 - Obras de te 43.29-5-99 - Outras obri 43.13-4-00 - Instalação 43.29-1-04 - Montagem neroportos 43.29-1-05 - Perfuração 47.44-0-99 - Comércio v 49.24-0-02 - Serviço de 49.24-8-00 - Transporte 49.24-8-00 - Transporte 71.12-0-00 - Serviços de 477.11-0-00 - Locação de 677.11-0-00 - Locação d	de obras de arte especiais ribanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não especificarraplenagem e manutenção elétrica e instalação de sistemas e equipam e construção de poços de água arejista de materiais de construção transporte de passageiros - locação escolar engenharia cardografía, topografía e geodésia automóveis sem condutor CUREZAJURIDICA resária Limitada	a, coleta de esgo adas anteriormen entos de iluminar em geral o de automóveis o SN MUMICIPIO TASSO FRA	com motorista		icas, portos (
42.12-0-00 - Construção 42.12-38-00 - Obras de u 42.22-7-01 - Construção 42.22-7-01 - Construção 42.99-5-99 - Outras obri 43.13-4-00 - Obras de te 43.13-4-00 - Obras de te 43.29-1-04 - Montagem aeroportos 43.29-1-04 - Montagem aeroportos 43.99-1-05 - Perfuração 47.44-0-99 - Comércio v 49.23-0-02 - Serviço de 49.23-0-02 - Serviço de 49.24-8-00 - Transporte 71.12-0-00 - Serviços de 77.11-0-00 - Locação de CODIGO E DESCRIÇAS DA NA 206-2 - Sociedade Empi LOGRADOURO TV MARCELINO TAVAR CEP 65.820-000 ENDERECO ELETRÔNICO RIBEIRO THAYNA 10016 ENDERECO ELETRÔNICO RIBEIRO THAYNA 10016 ENTE FEDERATIVO RESPONS:	de obras de arte especiais robanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não específica e manutenção elétrica e instalação de sistemas e equipam e construção de poços de água arejista de materiais de construção transporte de passageiros - locação escolar e engenharia cartografía, topografía e geodésia automóveis sem condutor rureza Junidoca.	a, coleta de esgo adas anteriormen entos de iluminar em geral o de automóveis o NUMERO SN MUNICIPIO TASSO FRA	com motorista		icas, portos (
42.12-0-00 - Construção 42.12-0-00 - Construção 42.22-7-01 - Construção 42.92-5-99 - Outras obri 43.13-4-00 - Obras de te 43.23-4-00 - Obras de te 43.23-1-04 - Montagem aeroportos 43.99-1-05 - Perfuração 47.44-0-99 - Comércio v 49.23-0-02 - Serviços de 49.24-8-00 - Transporte 71.12-0-00 - Serviços de 77.11-0-00 - Locação de CODIGO E DESCRIÇAS DA NA 206-2 - Sociedade Empi	de obras de arte especiais robanização - ruas, praças e calçada: de redes de abastecimento de águ as de engenharia civil não específica e manutenção elétrica e instalação de sistemas e equipam e construção de poços de água arejista de materiais de construção transporte de passageiros - locação escolar e engenharia cartografía, topografía e geodésia automóveis sem condutor rureza Junidoca.	a, coleta de esgo adas anteriormen entos de iluminar em geral o de automóveis o NUMERO SN MUNICIPIO TASSO FRA	com motorista COMPLEMENTO GOSO 559		UF MA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/05/2025 às 09:54:45 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



(2)	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADAST CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA						
NUMERO DE INSCRIÇÃO 37,253,962/0001-62 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL						
	SERVICOS LTDA TIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDARIAS e outros meios de transporte não	n especificados ante	riormente sem or	andutar.			
CODIGO E DESCRIÇÃO DA NA 206-2 - Sociedade Emp	TUREZA JURÍDICA		1 COMPLEMENTO				
TV MARCELINO TAVAF	ES	NUMERO SN	COMPLEMENTO				
65.820-000	SAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICIPIO TASSO FRA	AGOSO	UF MA			
ENDEREÇO ELETRONICO RIBEIROTHAYNA 1001(₱GMAIL.COM	TELEFONE (99) 8446-0	659				
ENTE FEDERATIVO RESPONS	AVEL (EFR)						
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL /05/2020			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	STRAL			17.05			
SITUAÇÃO ESPECIAL				TA DA SITUAÇÃO ESPECIAL			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/05/2025 às 09:54:45 (data e hora de Brasilia).

Página: 2/2

CONSULTAR QSA	'D VOLTAR	⊖ IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

Passo a passo para o CNPJ Consultas CNPJ Estatísticas Parceiros Serviços CNPJ

PMTF FL.(S) Nº 155 RÚBRICA: 1900 COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

● 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

PMTF FL.(S) Nº 136 RÚBRICA: 70000



ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



INSCRIÇÃO ESTADUAL: 128887443

Nome / Razão Social: W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 37.253.962/0001-62

Endereço: TRAVESSA MARCELINO TAVARES, CENTRO CEP: 65820000 no município de Tasso

Fragoso/

Atividade Principal: 4120-4/00 - Construção de edifícios

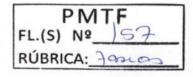
Atividade(s) Secundária(s) 7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor, 4924-8/00 - Transporte escolar, 2511-0/00 - Fabricação de estruturas metálicas, 4299-5/99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, 7719-5/99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor, 2330-3/02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção, 4399-1/05 - Perfuração e construção de poços de água, 7112-0/00 - Serviços de engenharia, 7119-7/01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia, 3812-2/00 - Coleta de resíduos perigosos, 4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral, 3102-1/00 - Fabricação de móveis com predominância de metal, 4212-0/00 - Construção de obras-de-arte especiais, 4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista, 4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, 3702-9/00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes, 4222-7/01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação, 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica, 4313-4/00 - Obras de terraplenagem, 4213-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, 3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos

São Luis, quinta, 16 de janeiro de 2025

Código de Autenticidade: XFUFASDF

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Marcellus Ribeiro Alves SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA





SINIERANCES

Sansantes Applies to Sackbarro do Facilio do Aciennelo

Tagraches des Estations

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 37.253.962/0001-62 Inscrição Estadual: 12.888744-3 Razão Social: W S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA

Regime Apuração: NORMAL

ENDEREÇO

Logradouro: TRV MARCELINO TAVARES

Número: SN Complemento:

Bairro: CENTRO

Município: TASSO FRAGOSO UF: MA CEP: 65820000 DDD: Telefone: 84410659

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 4120400 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Código 4299599	Descrição CNAE OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
4299599	OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
4313400	OBRAS DE TERRAPLENAGEM
4321500	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
4329104	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS
4399105	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA
4744099	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
4923002	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
4924800	TRANSPORTE ESCOLAR
7112000	SERVIÇOS DE ENGENHARIA
7119701	SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA
7719599	LOCAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM CONDUTOR
7711000	LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
2330302	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO
2511000	FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS
3102100	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE METAL
3702900	ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES
3811400	COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
3812200	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
4212000	CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS
4213800	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS
4222701	CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO COM RESTRIÇÃO

Data desta Situação Cadastral: 16/01/2025

OBRIGAÇÕES

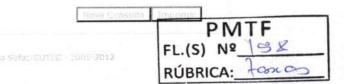
NFE a partir de (CNAE's): 01/07/2010 - (3102100), 01/10/2010 - (2511000-2330302),

EDF a partir de: 16/01/2025,

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuínte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 09/05/2025 Número da Consulta:





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA

CNPJ: 37.253.962/0001-62

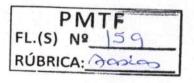
Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 17:03:37 do dia 16/01/2025 <hora e data de Brasília>. Válida até 15/07/2025.

Código de controle da certidão: 203A.0819.C0D1.8A48 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.253.962/0001-62

Razão Social:

WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA 02062582323

Endereço:

TV MARCELINO TAVARES SN / CENTRO / TASSO FRAGOSO / MA / 65820-

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

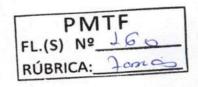
Validade: 24/04/2025 a 23/05/2025

Certificação Número: 2025042402175487163405

Informação obtida em 08/05/2025 13:02:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 37.253.962/0001-62 Certidão n°: 25503830/2025

Expedição: 08/05/2025, às 13:02:52

Validade: 04/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 37.253.962/0001-62, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação

das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos

Tribunais do Trabalho.

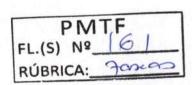
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.







PREFEITURA DE TASSO FRAGOSO – MARANHÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS CNPJ – 06.997.563/0001-82

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

EVALDO DIAS RODRIGUES, Diretor do Departamento de Tributos da Prefeitura Municipal de TASSO FRAGOSO/MA, a requerimento da pessoa interessada W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos mobiliários e/ou em dívida ativa com os cofres públicos municípais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 28/05/2025, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituidos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro: 000265 Inscrição Municipal: 000265

Contribuinte: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA CPF/CNPJ: 37253962000162

Nome Fantasia: W.S CONSTRUTORA

Endereço: TRV MARCELINO TAVARES, S/N Complem:

Bairro: CENTRO CEP: 65820000

Cidade: TASSO FRAGOSO - MA

Inscrição Est.: 12.888744-3 0

- Atividade(s) CNAE -

4120400 - Construção de edificios

2330302 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção

2511000 - Fabricação de estruturas metálicas

3102100 - Fabricação de móveis com predominância de metal

3702900 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

3811400 - Coleta de residuos não-perigosos

3812200 - Coleta de residuos periposos

4212000 - Construção de obras-de-arte especiais

4213800 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

4222701 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

4299599 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente

4313400 - Obras de terraplenagem

4321500 - Instalação e manutenção elétrica

4329104 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos

4399105 - Perfuração e construção de poços de água

4744099 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

4923002 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

4924800 - Transporte escolar

7112000 - Serviços de engenharia

7119701 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia

7711000 - Locação de automóveis sem condutor

Emissão: 28/01/2025 10:00:53 Validade: 28/05/2025

Número/Controle da Certidão: 1A7D03A4E19C2ACB

PMTF FL.(S) Nº 168 RÚBRICA: HONGO





PREFEITURA DE TASSO FRAGOSO – MARANHÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS CNPJ – 06.997.563/0001-82

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

EVALDO DIAS RODRIGUES, Diretor do Departamento de Tributos da Prefeitura Municipal de TASSO FRAGOSO/MA, a requerimento da pessoa interessada W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos mobiliários e/ou em dívida ativa com os cofres públicos municípais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 28/05/2025, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituidos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro: 000265

Inscrição Municipal: 000265

Contribuinte:

W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA

CPF/CNPJ: 37253962000162

Nome Fantasia:

W.S CONSTRUTORA

Endereço:

Inscrição Est.:

TRV MARCELINO TAVARES, S/N

Complem:

CEP: 65820000

Bairro: Cidade: CENTRO

TASSO FRAGOSO - MA

12.888744-3

Data de Abertura: 28/05/2020

Data de Encerramento: 0

- Atividade(s) CNAE -

4120400 - Construção de edificios

2330302 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção

2511000 - Fabricação de estruturas metálicas

3102100 - Fabricação de móveis com predominância de metal

3702900 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

3811400 - Coleta de residuos não-perigosos

3812200 - Coleta de residuos perigosos

4212000 - Construção de obras-de-arte especiais

4213800 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

4222701 - Construção de redes de abastecimento de áqua, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

4299599 - Outras obras de engenharia civi não especificadas anteriormente

4313400 - Obras de terraplenagem

4321500 - Instalação e manutenção elétrica

4329104 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos

4399105 - Perfuração e construção de poços de água

4744099 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

4923002 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

4924800 - Transporte escolar

7112000 - Serviços de engenharia

7119701 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia

7711000 - Locação de automóveis sem condutor

Emissão: 28/01/2025 10:00:53

Validade:

28/05/2025

Número/Controle da Certidão:

1A7D03A4E19C2ACB

PMTF FL.(S) Nº 163 RÚBRICA: Accion



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 092591/25

Data da

TRV MARCELINO TAVARES. SN CEP: 65820000 - CENTRO

08/05/2025 12:52:45

Inscrição Estadual: 128887443

CPF/CNPJ: 37253962000162

Razão Social: W S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA

Endereco: Telefone:

(99) 84410659

Município: TASSO FRAGOSO

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 06/08/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



Data Impressão: 08/05/2025 12:52:45



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 042421/25

Data da

08/05/2025 12:49:51

Inscrição Estadual: 128887443

CPF/CNPJ:37253962000162

Razão Social: W S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA

Endereço:

TRV MARCELINO TAVARES, SN CEP: 65820000 - CENTRO

Telefone:

(99)84410659

Município: TASSO FRAGOSO

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 06/08/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

PMTF
FL.(S) Nº 169
RÚBRICA: 70000

Data Impressão: 08/05/2025 12:49:51

Data da consulta: 09/05/2025 09:13:12

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: 37.253.962/0001-62

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: Optante pelo Simples Nacional desde 28/05/2020 Situação no SIMEI: NÃO enquadrado no SIMEI

+ Mais informações

Voltar

Gerar PDF



Balanço Patrimonial

Licenciado para: N B DE O LIMA

Empresa: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 37.253.962/0001-62 Endereço: Tv Marcelino Tavares, SN, Centro, Tasso Fragoso - MA. CEP: 65.820-000.

NIRE: 212.0164236-8

ADMIN Fortes Contábil 8.11.0

Conta	Descrição	31/12/2023
1	*** Ativo ***	65.426,50 D
1.01	Ativo Circulante	65.426.50 D
1.01.01	Disponibilidades	45.426,50 D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	45.426,50 D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	45.426,50 D
1.01.03	Clientes	20.000,00 D
1.01.03.01	Clientes Nacionais	20.000,00 D
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	20.000,00 D
2	*** Passivo ***	65.426,50 C
2.01	Passivo Circulante	23.885,83 C
2.01.01	Obrigações de Curto Prazo	23.885,83 C
2.01.01.01	Fornecedores	23.650,23 C
2.01.01.01.01	Fornecedores Nacionais	23.650,23 C
2.01.01.17	Outras Contas	235,60 C
2.01.01.17.01	Outras Obrigações	235,60 C
2.07	Patrimônio Líquido	41.540,67 C
2.07.01	Capital Realizado	10.000,00 C
2.07.01.01	Capital Social	10.000,00 C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no País	10.000,00 C
2.07.07	Outras Contas	31.540,67 C
2.07.07.01	Outras Contas	31.540,67 C
2.07.07.01.01	Lucros Acumulados	31.540,67 C

Data de Encerramento: 31/12/2023

Valor de Ativo e Passivo: R\$ 65.426,50 (Sessenta e Cinco Mil Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Cinqüenta Centavos) .

Tasso Fragoso-MA, 31 de Dezembro de 2023.

Wesdras de Souza Barreira de Oliveira Titular-Administrador CPF: 020.625.823-23. Natalice Barros de Oliveira Lima Contador CRC-MA 9980 CPF: 899.726.433-87

> PMTF FL.(S) Nº 167 RÚBRICA: 7000000

Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 37.253.962/0001-62 Endereço: Tv Marcelino Tavares, SN, Centro, Tasso Fragoso - MA. NIRE: 212.0164236-8

Fortes Contábil 8.11.0

01/01/2023 a 31/12/2023

			31/12/2023
Conta	1	Descrição	
(+) 0	10	Receita Bruta Operacional	58,960,60
0.	10.01	Faturamento Prod. Merc. e Serviços	58.960,60
0.	10.01.03	Vendas de Serviços	58.960,60
(-) 02	20	Deduções da Receita	853,20
02	20.01	Impostos Faturados	853,20
02	20.01.05	Simples	853,20
(=) 03	30	Receita Liquida	58.107,40
(-) 04	40	Custo Mercad./Serv./Produtos Vendidos	23.650,23
04	40.03	Custo dos Serviços Prestados	23.650,23
(=) 06	60	Lucro Bruto	34.457,17
(-) 07	70	Despesas Operacionais	2.916,50
07	70.01	Despesas Administrativas	2.916,50
(=) 1	10	Res. Antes das Participações e Contrib.	31.540,67
(=) 15	50	Res. Antes Imp.Renda e Contrib. Social	31.540,67
(=) 20	00	Resultado Líquido do Exercicio	31.540,67

Tasso Fragoso-MA, 31 de Dezembro de 2023

Wesdras de Souza Barreira de Oliveira Titular-Administrador CPF: 020.625.823-23.

Natalice Barros de Oliveira Lima Contador CRC-MA 9980 CPF: 899.726.433-87

PMTF FL.(S) Nº 168 RÚBRICA: TONCO

Análise pelos Índices do Balanço

Licenciado para: N B DE O LIMA

Empresa: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 37.253.962/0001-62

Mês/Ano: 12/2023

Endereço: Tv Marcelino Tavares, SN, Centro, Tasso Fragoso - MA.

NIRE: 212.0164236-8

ADMIN Fortes Contábil 8.11.0

Página 3 de 6

Código	Nome	Expressão	
	Valores		Resultado
ISG	Indice de Solvencia Geral	c1/c201+c203	
	65.426,50 / 23.885,83 + 0,00		2,74
LC	Liquidez Corrente	c101/c201	
	65.426,50 / 23.885,83		2,74
LG	Liquidez Geral	(c101+c10700)/(c201+c203)	
	(65.426,50 + 0,00)/(23.885,83 + 0,00)		2,74
LI	Liquidez Imediata	c10101/c201	
	45.426,50 / 23.885,83		1,90
LS	Liquidez Seca	(c101-c10115) / c201	
	(65.426,50 - 0,00) / 23.885,83		2,74

Tasso Fragoso-MA, 31 de Dezembro de 2023.

Wesdras de Souza Barreira de Oliveira Titular-Administrador CPF: 020.625.823-23. Natalice Barros de Oliveira Lima Contador CRC-MA 9980 CPF: 899.726.433-87

PMTF
FL.(S) Nº 169
RÚBRICA: Taxia

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2023

Empresa: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 37.253.962/0001-62.

Endereço: TV MARCELINO TAVARES, SN.

Bairro: Centro: Cidade: Tasso Fragoso; Estado: MA. CEP: 65.820-000.

NIRE: 212.0164236-8- Data: 28/05/2020.

Nota 1 - Contexto Operacional

W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA com sede e foro na Cidade de Tasso Fragoso, Estado do Maranhão, Travessa Marcelino Tavares, SN - bairro Centro - inscrita no CNPJ sob n°. 37.253.962/0001-62.

Tendo como objeto social Atividades de:

41.20-4-00 - Construção de edifícios

23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção

25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas

31.02-1-00 - Fabricação de móveis com predominância de metal

37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos

38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos

42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais

42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente

43.13-4-00 - Obras de terraplenagem

43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos

43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água

47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

49.24-8-00 - Transporte escolar

71.12-0-00 - Servicos de engenharia

71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia

77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

Com inicio de atividades em 28/05/2020.

Nota 2 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. Nestas, seus Direitos e Obrigações estão demonstradas suas informações por valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de **COMPETENCIA.**

Nota 3 - Práticas Contábeis

3.1 - Direitos e Obrigações

3.1.1 - Disponibilidades

Composta pelas Contas Bancárias e Caixa, registram todos os recebimentos e pagamentos efetivados pela empresa ao longo

3.1.2 - Créditos com Terceiros

Está demonstrando todos os Adiantamentos a Fornecedores.

3.1.3 - Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo mêtodo linear.

3.1.4 - Obrigações de Curto Prazo

3.1.4.1 - Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais.

Composta por Obrigações com seus colaboradores e todos os encargos trabalhistas previstos em legislação e/ou convenções coletivas de trabalhadores, alem de suas obrigações fiscais nas esferas Federais, Municipais e Estaduais.

A empresa está no regime do **SIMPLES NACIONAL** e contabiliza os encargos tributários pelo regime de COMPETENCIA.

Nota 4 - Patrimônio Líquido

4.1 - Divisões do Capital Social:

A empresa W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA., tem como Titular—Administrador o Sr. Wesdras de Souza Barreira de Oliveira, brasileiro, portador do CPF: 020.625.823-23. O Capital Social é Composto por R\$ 10.000,00 (Dez mil reais.) totalmente integralizado em moeda corrente do Pais.

Nota 5 - Garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que o administrador da empresa, escudados em opinião de seus consultores, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

Nota 6 - Eventos subsequentes

O Titular—Administrador declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Tasso Fragoso - MA, 31 de dezembro de 2023.

Wesdras de Souza Barreira de Oliveira Titular-Administrador CPF: 020.625.823-23. Natalice Barros de Oliveira Lima Contador CRC-MA 9980 CPF: 899.726.433-87



MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)				
CPF/CNPJ	Nome			
02062582323	WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA			
89972643387	NATALICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA			

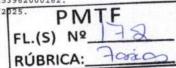
CERTIFICO O REGISTRO EM 08/05/2025 08:51 SOB N $^\circ$ 20250583712. PROTOCOLO: 250583712 DE 07/05/2025.

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12507505671. CNPJ DA SEDE: 37253962000162

NIRE: 21201642368. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 07/05/2025.

JUCEMA W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA SECRETÁRIO-GERAL www.empresafacil.ma.gov.br



Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 1

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 03, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, município Tasso Fragoso, CNPJ nº 37.253.962/0001-62, Número de Registro (NIRE) 21201642368.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 28/05/2020

Ato constitutivo: 21802015651

Tasso Fragoso, 01/01/2023

WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA Administrador, Sócio CPF 020.625.823-23 NATALICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE CRC/MA 9980



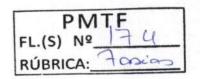
Livro Diário Nº. 1

Licenciado para: N B DE O LIMA

Empresa: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 37.253.962/0001-62

ADMIN Fortes Contábil 8.11.0

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
01/01/2023	1.01.01.0	1.01.0001 - Caixa				17 7 17 17 17 17	
		Capital social	0001	001	1	10.000,00	
01/01/2023	2.07.01.0	1.01.0001 - Capital Subscrito de Domicilia	dos e Resident	es no País			
		Capital social	0001	001	1		10.000,00
01/01/2023	3.01.01.0	7.01.0042 - Outras Despesas Operacionai	S				
		Despesas operacionais	0001	001	2	2.680,90	
01/01/2023	1.01.01.0	1.01.0001 - Caixa					
		Despesas operacionais	0001	001	2		2.680,90
				Total	is do dia 01:	12.680,90	12.680,90
			Т	otais do mês	de Janeiro:	12.680,90	12.680,90
31/12/2023	1.01.01.0	1.01.0001 - Caixa					
		Prestação de serviços no ano	0001	001	2	38.960,60	
31/12/2023	1.01.03.0	1.01.0001 - Clientes Diversos					
		Prestação de serviços no ano	0001	001	2	20.000,00	
31/12/2023	3 01 01 0	1.01.0006 - Receita da Prestação de Servi					
PHILOLOG	0.01.01.0	Prestação de serviços no ano	0001	001	2		58.960,60
31/12/2023	3 01 01 0	1.03.0007 - DAS Mei	0001	001			00.000,00
31/12/2023	3.01.01.0	Pagamento impostos MEI	0001	001	3	853,20	
31/12/2023	1 01 01 0	1.01.0001 - Caixa	0001	001	3	033,20	
31/12/2023	1.01.01.0		0001	001	3		853,20
24/42/2022	2.04.04.0	Pagamento impostos MEI	0001	001	3		655,20
31/12/2023	3.01.01.0	7.01.0048 - Energia Elétrica	0004	004		225.60	
04/40/0000	0.04.04.4	Energia a pagar	0001	001	4	235,60	
31/12/2023	2.01.01.1	7.01.0003 - Energia a Pagar	2224	224			005.00
		Energia a pagar	0001	001	4		235,60
31/12/2023	3.01.01.0	3.05.0001 - Custo dos Serviços Prestados	The solution				
		Custo dos serviços prestados	0001	001	7	23.650,23	
31/12/2023	2.01.01.0	1.01.0001 - Fornecedores Diversos					
		Custo dos serviços prestados	0001	001	7		23.650,23
31/12/2023	3.01.01.0	1.01.0006 - Receita da Prestação de Servi	ços - Mercado				
		Vr.encerramento do exercício	0001	001	9	58.960,60	
31/12/2023	6.01 - Apu	uração do Exercício					
		Vr.encerramento do exercício	0001	001	9	235,60	
31/12/2023	6.01 - Apı	uração do Exercício					
		Vr.encerramento do exercício	0001	001	9	853,20	
31/12/2023	6.01 - Apu	uração do Exercício					
		Vr.encerramento do exercício	0001	001	9	2.680,90	
31/12/2023	6.01 - Apı	uração do Exercicio					
		Vr.encerramento do exercício	0001	001	9	23.650,23	
31/12/2023	6.01 - Apu	uração do Exercício					
		Vr.encerramento do exercício	0001	001	9	31.540,67	
31/12/2023	2.07.07.0	1.01.0001 - Lucros Acumulados e/ou Saldo	à Disposição	da Assemble	éia		
		Vr.encerramento do exercício	0001	001	9		31.540,67
31/12/2023	3.01.01.0	1.03.0007 - DAS Mei					
		Vr.encerramento do exercicio	0001	001	9		853,20
31/12/2023	3.01.01.03	3.05.0001 - Custo dos Serviços Prestados					
		Vr.encerramento do exercicio	0001	001	9		23.650,23
31/12/2023	3.01.01.0	7.01.0042 - Outras Despesas Operacionai	S				
		Vr.encerramento do exercício	0001	001	9		2.680,90
31/12/2023	3.01.01.0	7.01.0048 - Energia Elétrica					
	and the second second	Vr.encerramento do exercício	0001	001	9		235,60
31/12/2023	6.01 - Ani	uração do Exercício	0001	A. W			,
THEOLY	ow. Apr	Vr.encerramento do exercício	0001	001	9		58.960,60
		The notification and exercicio	0001		s do dia 31:	201.620,83	201.620,83
				i ota		201.020,00	201.020,00



Fim

Termo de Encerramento

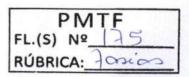
Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 1

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 03, e serviu para escrituração no período de 01/01/2023 a 31/12/2023, da empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.

Tasso Fragoso, 31/12/2023

WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA Administrador, Sócio CPF 020.625.823-23 NATALICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE CRC/MA 9980





MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

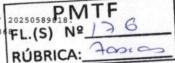
ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF/CNPJ	Nome	
02062582323	WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA	
89972643387	NATALICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA	

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 09/05/2025 08:44 SOB N° 20250589 P18 MTF PROTOCOLO: 250589818 DE 08/05/2025. NIRE: 212016423 FL.(S) Nº W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

JUCEMA



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade nº 12507598149 em 09/05/2025, protocolo 250589818. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

	Identificação de Empresa
Nome Empresarial:	W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA
Número de Registro:	21201642368
CNPJ:	37253962000162
Munícipio:	Tasso Fragoso

	Identificação de Livro Digital
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
02062582323	WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA	
89972643387	NATALICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA	MA9980

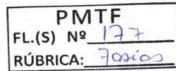
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 09/05/2025 08:44 SOB N° 20250589818.

PROTOCOLO: 250589818 DE 08/05/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12507598149. NIRE: 21201642368.

W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO SÃO LUÍS, 09/05/2025 empresafacil.ma.gov.br



Balanço Patrimonial

Licenciado para: N B DE O LIMA

Empresa: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 37.253.962/0001-62 Endereço: Tv Marcelino Tavares, SN, Centro, Tasso Fragoso - MA. CEP: 65.820-000.

NIRE: 212.0164236-8

ADMIN Fortes Contábil 8.11.0

Conta	Descrição	31/12/2024
1	*** Ativo ***	103.398,90 D
1.01	Ativo Circulante	103.398,90 D
1.01.01	Disponibilidades	53.398,90 D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	53.398,90 D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	53.398,90 D
1.01.03	Clientes	50.000,00 D
1.01.03.01	Clientes Nacionais	50.000,00 D
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	50.000,00 D
2	*** Passivo ***	103.398,90 C
2.01	Passivo Circulante	31.862,13 C
2.01.01	Obrigações de Curto Prazo	31.862,13 C
2.01.01.01	Fornecedores	31.626,53 C
2.01.01.01.01	Fornecedores Nacionais	31.626,53 C
2.01.01.17	Outras Contas	235,60 C
2.01.01.17.01	Outras Obrigações	235,60 C
2.07	Patrimônio Líquido	71.536,77 C
2.07.01	Capital Realizado	10.000,00 C
2.07.01.01	Capital Social	10.000,00 C
2.07.01.01.01	Capital Social de Domiciliados e Residentes no País	10.000,00 C
2.07.07	Outras Contas	61.536,77 C
2.07.07.01	Outras Contas	61.536,77 C
2.07.07.01.01	Lucros Acumulados	61.536,77 C

Data de Encerramento: 31/12/2024

Valor de Ativo e Passivo: R\$ 103.398,90 (Cento e Três Mil Trezentos e Noventa e Oito Reais e Noventa Centavos) .

Tasso Fragoso-MA, 31 de Dezembro de 2024

Wesdras de Souza Barreira de Oliveira Titular-Administrador CPF: 020.625.823-23. Natalice Barros de Oliveira Lima Contador CRC-MA 9980 CPF: 899.726.433-87

PMTF
FL.(S) Nº [7]
RÚBRICA: Fancas

29.996,10

29.996,10

29.996,10

Demonstração do Resultado do Exercício

Licenciado para: N B DE O LIMA

Empresa: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 37.253.962/0001-62

Receita Bruta Operacional

Vendas de Serviços

Despesas Operacionais

Despesas Administrativas

Resultado Líquido do Exercicio

Faturamento Prod. Merc. e Serviços

Res. Antes das Participações e Contrib.

Res. Antes Imp.Renda e Contrib. Social

Endereço: Tv Marcelino Tavares, SN, Centro, Tasso Fragoso - MA.

Descrição

Receita Liquida

Lucro Bruto

NIRE: 212.0164236-8

Conta

(+) 010

(=) 030

(=) 060

(-) 070

(=) 110

(=) 150

(=) 200

010.01

070.01

010.01.03

ADMIN Fortes Contábil 8.11.0

01/01/2024
а
31/12/2024
59.632,00
59.632,00
59.632,00
59.632,00
59.632,00
29.635,90
29.635.90

Tasso Fragoso-MA, 31 de Dezembro de 2024

Wesdras de Souza Barreira de Oliveira Titular-Administrador CPF: 020.625.823-23. Natalice Barros de Oliveira Lima Contador CRC-MA 9980 CPF: 899.726.433-87



Página 3 de 6

1,68

3,25

Fortes Contábil 8.11.0

Análise pelos Índices do Balanço

Liquidez Imediata

Liquidez Seca

53.398,90 / 31.862,13

(103.398,90 - 0,00) / 31.862,13

Licenciado para: NBDEOLIMA

Empresa: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 37.253.962/0001-62

Mês/Ano: 12/2024

LI

LS

Endereço: Tv Marcelino Tavares, SN, Centro, Tasso Fragoso - MA.

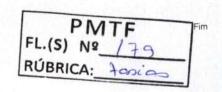
NIRE: 212.0164236-8

Código	Nome	Expressão	
	Valores		Resultado
ISG	Indice de Solvencia Geral	c1/c201+c203	
	103.398,90 / 31.862,13 + 0,00		3,25
LC	Liquidez Corrente	c101/c201	
	103.398,90 / 31.862,13		3,25
LG	Liquidez Geral	(c101+c10700)/(c201+c203)	
	(103.398,90 + 0,00)/(31.862,13 + 0,00)		3,25

c10101/c201

(c101-c10115) / c201

Wesdras de Souza Barreira de Oliveira Titular-Administrador CPF: 020.625.823-23. Natalice Barros de Oliveira Lima Contador CRC-MA 9980 CPF: 899.726.433-87



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2024

Empresa: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 37.253.962/0001-62.

Endereço: TV MARCELINO TAVARES, SN.

Bairro: Centro: Cidade: Tasso Fragoso; Estado: MA. CEP: 65.820-000.

NIRE: 212.0164236-8- Data: 28/05/2020.

Nota 1 - Contexto Operacional

W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA com sede e foro na Cidade de Tasso Fragoso, Estado do Maranhão,

Travessa Marcelino Tavares. SN - bairro Centro - inscrita no CNPJ sob n°. 37.253.962/0001-62.

Tendo como objeto social Atividades de:

41.20-4-00 - Construção de edifícios

23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na

construção 25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas

31.02-1-00 - Fabricação de móveis com predominância de metal

37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de

redes 38.11-4-00 - Coleta de residuos não-perigosos

38.12-2-00 - Coleta de residuos perigosos

42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais

42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas

42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas

anteriormente 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem

43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos

43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água

47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com

motorista 49.24-8-00 - Transporte escolar

71.12-0-00 - Serviços de engenharia

71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e

geodésia 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem

condutor

77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

Com inicio de atividades em 28/05/2020.

Nota 2 - Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. Nestas, seus Direitos e Obrigações estão demonstradas suas informações por valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de **COMPETENCIA.**

Nota 3 - Práticas Contábeis

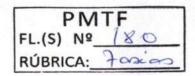
3.1 - Direitos e Obrigações

3.1.1 - Disponibilidades

Composta pelas Contas Bancárias e Caixa, registram todos os recebimentos e pagamentos efetivados pela empresa ao longo do ano.

3.1.2 - Créditos com Terceiros

Está demonstrando todos os Adiantamentos a Fornecedores.



Pág. 5 de 5

3.1.3 - Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo mêtodo linear.

3.1.4 - Obrigações de Curto Prazo

3.1.4.1 - Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais.

Composta por Obrigações com seus colaboradores e todos os encargos trabalhistas previstos em legislação e/ou convenções coletivas de trabalhadores, alem de suas obrigações fiscais nas esferas Federais, Municipais e Estaduais.

empresa está no regime do SIMPLES NACIONAL e contabiliza os encargos tributários pelo regime de

COMPETENCIA.

Nota 4 - Patrimônio Líquido

4.1 - Divisões do Capital Social:

A empresa W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA., tem como Titular—Administrador o Sr. Wesdras de Souza Barreira de Oliveira, brasileiro, portador do CPF: 020.625.823-23. O Capital Social é Composto por R\$ 10.000,00 (Dez mil reais.) totalmente integralizado em moeda corrente do Pais.

Nota 5 - Garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que o administrador da empresa, escudados em opinião de seus consultores, não apontam contingências de quaisquer naturezas.

Nota 6 - Eventos subsequentes

O Titular—Administrador declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Wesdras de Souza Barreira de Oliveira Titular-Administrador CPF: 020.625.823-23. Natalice Barros de Oliveira Lima. Contador CRC-MA 9980 CPF: 899.726.433-87





MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA consta assinado digitalmente por:

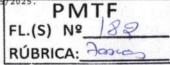
IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)				
CPF/CNPJ	CPF/CNPJ Nome			
02062582323	WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA			
89972643387	NATALICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA			

CERTIFICO O REGISTRO EM 08/05/2025 17:32 SOB N° 20250583879. PROTOCOLO: 250583879 DE 08/05/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12507581122. CNPJ DA SEDE: 37253962000162.

NIRE: 21201642368. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 07/09/2025.

JUCEMA W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA SECRETÁRIO-GERAL www.empresafacil.ma.gov.br



Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 03, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, município Tasso Fragoso, CNPJ nº 37.253.962/0001-62, Número de Registro (NIRE) 21201642368.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 28/05/2020

Ato constitutivo: 21802015651

Tasso Fragoso, 01/01/2024

WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA Administrador, Sócio CPF 020.625.823-23 NATALICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE CRC/MA 9980

PMTF
FL.(S) Nº 183
RÚBRICA: 70000

Livro Diário Nº. 2

Licenciado para: N B DE O LIMA

Empresa: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - CNPJ: 37.253.962/0001-62

Periodo: 01/01/2024 a 31/12/2024

ADMIN Fortes Contábil 8.11.0

Data	Conta	Histórico	Estab	Centro	Chave	Débito	Crédito
01/01/2024	2.01.01.0	1.01.0001 - Fornecedores Diversos			THE PROPERTY		
		Pagamento fornecedor	0001	001	1	21.659,60	
01/01/2024	1.01.01.0	1.01.0001 - Caixa					
		Pagamento fornecedor	0001	001	1		21.659,60
				Tota	is do dia 01:	21.659,60	21.659,60
			Т	otais do mês	de Janeiro:	21.659,60	21.659,60
31/12/2024	1.01.01.0	1.01.0001 - Caixa					
		Receita serviços no ano	0001	001	2	29.632,00	
31/12/2024	1.01.03.0	1.01.0001 - Clientes Diversos					
		Receita serviços no ano	0001	001	2	30.000,00	
31/12/2024	3.01.01.0	1.01.0006 - Receita da Prestação de Serv	iços - Mercado	Interno			
		Receita serviços no ano	0001	001	2		59.632,00
31/12/2024	3.01.01.0	7.01.0042 - Outras Despesas Operacional	S				
		Despesas	0001	001	4	29.635,90	
31/12/2024	2.01.01.0	11.01.0001 - Fornecedores Diversos					
		Despesas	0001	001	4		29.635,90
31/12/2024	3.01.01.0	1.01.0006 - Receita da Prestação de Serv	iços - Mercado	Interno			
		Vr.encerramento do exercicio	0001	001	5	59.632,00	
31/12/2024	6.01 - Ap	uração do Exercício					
		Vr.encerramento do exercício	0001	001	5	29.635,90	
31/12/2024	6.01 - Ap	uração do Exercicio					
		Vr.encerramento do exercício	0001	001	5	29.996,10	
31/12/2024	2.07.07.0	01.01.0001 - Lucros Acumulados e/ou Sald	o à Disposição	da Assembl	ėia		
		Vr.encerramento do exercício	0001	001	5		29.996,10
31/12/2024	3.01.01.0	07.01.0042 - Outras Despesas Operacional	s				
		Vr.encerramento do exercício	0001	001	5		29.635,90
31/12/2024	6.01 - Ap	uração do Exercício					
		Vr.encerramento do exercicio	0001	001	5		59.632,00
				Tota	is do dia 31:	208.531,90	208.531,90
			Tota	is do mês de	e Dezembro:	208.531,90	208.531,90

Termo de Encerramento

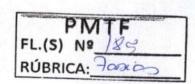
Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 03, e serviu para escrituração no período de 01/01/2024 a 31/12/2024, da empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA.

Tasso Fragoso, 31/12/2024

WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA Administrador, Sócio CPF 020.625.823-23 NATALICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE CRC/MA 9980





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)				
CPF/CNPJ Nome				
02062582323	WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA			
89972643387	NATALICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA			

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 09/05/2025 08:45 SOB N° 202 PROTOCOLO: 250590115 DE 08/05/2025. NIRE: 21201642368. W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO SÃO LUÍS, 09/05/2025 empresafacil.ma.gov.br



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade nº 12507598335 em 09/05/2025, protocolo 250590115. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

	Identificação de Empresa
Nome Empresarial:	W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA
Número de Registro:	21201642368
CNPJ:	37253962000162
Munícipio:	Tasso Fragoso

	Identificação de Livro Digital
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2024 - 31/12/2024

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
02062582323	WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA	
89972643387	NATALICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA	MA9980

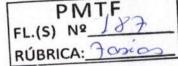
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 09/05/2025 08:45 SOB N° 20250590115.

PROTOCOLO: 250590115 DE 08/05/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12507598335. NIRE: 21201642368.

W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO SÃO LUÍS, 09/05/2025 empresafacil.ma.gov.br





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO MARANHÃO CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 09/05/2025

Nº da certidão: 12501665945

Data de validade: 09/07/2025

Código de Validação: 7e67f5266b

NOME: W S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA

CNPJ: 37.253.962/0001-62

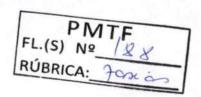
Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 10 GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1o grau);





CNPJ: 06.997.563/0001-82

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO Endereço: Avenida Santos Dumont, s/n, Centro – Tasso Fragoso/MA CNPJ: ° 06.997.563/0001-82

Contratada:

W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA Endereço: TV MARCELINO TAVARES CEP: 65.820-000 – Tasso Fragoso/MA CNPJ:37.253.962/0001-62

Atestamos para os devidos fins que a empresa W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA, acima qualificada, prestou serviço de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos à contratante durante o exercício de 2024.

A referida empresa cumpriu com as obrigações assumidas no tocante ao objeto do contrato, atendendo a todos os requisitos técnicos qualitativos e quantitativos.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Tasso Fragoso/MA, 28 de abril de 2025.

Assinado de forma digital por IGOR RIBEIRO SANTOS:03600825305 Dados: 2025.04.28 10:46:55 '-03'00



IGOR RIBEIRO SATNOS

Secretário Municipal Administração e Finanças de Tasso Fragoso/MA Portaria n.º 001/2025

prefeituratasso.tesouraria@gmail.com





PREFEITURA DE TASSO FRAGOSO - MARANHÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS **DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS** CNPJ - 06.997.563/0001-82

ALVARA DE LICENÇA

(Lei Municipal N.º 222/2005) EXERCÍCIO 2025

LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO 104/2025

NOME EMPRESARIAL:

W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA):

W.S CONSTRUTORA

CPF/CNPJ:

37.253.962/0001-62

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

000265

INSCRIÇÃO ESTADUAL

12.888744-3

LOGRADOURO: MARCELINO TAVARES, S/N, CENTRO, TASSO FRAGOSO/MA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL:

4120400 - Construção de edificios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS:

2330302 - Fabricação de atélatos de cimento para uso na construção 251100 - Fabricação de atélatos de cimento para uso na construção 251100 - Fabricação de moles com predicas 3102100 - Fabricação de moles com predicas 3102100 - Atividades máracionadas a esgoto, existo a gesão de edes 3811400 - Coterá de residuos nato-pergosos 3812200 - Coterá de esiduos pergosos 4212000 - Construção de obras de arte especiais 4212800 - Obras de utidan lazção - mais, praças e cariçadas 4222701 - Construção de obras de arte especiais 4222701 - Construção de edes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções considadas, exceto obras de irrigação 4298599 - Outras obras de enginharia civil não especificadas anteriormente 4313400 - Obras de deraplenagem 4321500 - Instalação de anautenção elátrica 4329104 - Mortagem e instalação de sistemas e equipamentos de luminação e sinalização em vias públicas, portos e aemportos 4399105 - Pedração e construção es poços de água 4744099 - Comércio valejista de materiais de construção em gesti 492490 - Comércio valejista de materiais de construção em gesti 492490 - Transporte escolar 7119200 - Serviços de carappentas a produciva 711900 - Serviços de carappentas producivas 711900 - Comercio valejista de materiais de construção em gesti 492490 - Transporte escolar 711900 - Comercio valejista de produciva portagis es monocitis 711900 - Serviços de carappentas producivas com motorista 711900 - Comercio valejista popográfia e geodésia 711900 - Comercio valegista produciva produciva de automóveis com motorista 711900 - Comercio valegista, popográfia e geodésia 711900 - Comercio valegista de materiais de construção em contrato de automóveis com motorista 41000 - Comercio valegista de materiais de construção em contrato de automóveis com motorista 41000 - Comercio valegista de materiais de construção em contrato de automóveis com motorista 41000 - Comercio valegista de materiais de construção em construção em contrato de automóveis com motorista 41000 - Comercio valegista de materiais de constru

7119701 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 7711000 - Locação de automóveis sem condutor

Horário de Funcionamento

Segunda a sexta

Sábado

Domingo

Feriado

Das: 0 Até: 0

Das: 0 Até: 0

Das: 0 Até: 0

Das: 0 Até: 0

DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA:

SOCIEDADE POR COTAS LIMITADA

RESTRICÕES:

ALVARÁ VÁLIDO ATÉ 31/12/2025. SOMENTE PARA A LOCALIZAÇÃO E ATIVIDADE ACIMA DESCRITA.

ALVARÁ SANITÁRIO DISPENSANDO SOBRE ATIVIDADES ECONOMICAS DE BAIXO RISCO OU BAIXO RISCO-A, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL 13.874/2019 E DA RESOLUÇÃO CGSIM 51/2019

AUTENTICIDADE:

798C757D89572870

O PRESENTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL À FISCALIZAÇÃO.

(Art. 128, Seção I, Cap. I, Título IV - Código de Postura, Lei 140/1998).

TASSO FRAGOSO - MA, EM 28/01/2029: MT

AV SANTOS DUMONT, Nº 0 - CENTRO E-mail: prefeituratasso.tributos@gmail.com Whatsapp: 99 98185-3459

FL.(S) Nº_

tomas RÚBRICA:



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO DE TASSO FRAGOSO - MA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE do Município DE TASSO FRAGOSO - MA, com amparo:

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA N° 003/2025

PROCESSO SEMMATAF: 006/2025

Na Resolução do CONAMA nº 237/1997, No Termo de Habilitação celebrado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais — SEMA em 27/07/2023 através da Resolução CONSEMA n.º 19 DE 23/12/2016 alterado pela RESOLUÇÃO CONSEMA n.º 043/2019, PORTARIA Nº 109/2018 que dispõe sobre os procedimentos de atividades de Licença Ambiental Simplificada, PORTARIA Nº 0123/2015 que Disciplina os procedimentos de Licença Ambiental Simplificada, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais — SEMA e na Lei Municipal nº 591 de 13 de outubro de 2022, que dispõe sobre a política municipal de meio ambiente expede a seguinte Licença.

IDENTI	FICAÇÃO DO REQUERENTE	
RAZÃO SOCIAL (PESSOA JURÍDICA) OU NOME (PESSO	A FÍSICA)	
W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA		
CNPJ OU CPF DO REQUERENTE	INSCRIÇÃO ESTADUAL (PESSO FÍSICA)	DA JURÍDICA) OU RG (PESSOA
37.253.962/0001-62		
RAMO DE ATIVIDADE		
CAMINHÃO LIMPA FOSSA		
ENDEREÇO COMPLETO		BAIRRO
RUA MARCELINO TAVARES		CENTRO
MUNICÍPIO/UF	CEP	TELEFONE P/CONTATO
TASSO FRAGOSO - MA	65.820.000	(84) 98441-0659
ATIV	IDADE A SER LICENCIADA	
LICENÇA	AMBIENTAL SIMPLIFICADA	
POTENCIAL POLUIDOR	VALIDA	DE DA LICENÇA
BAIXO	04 (quatro	o) anos
O SECRETARIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE NO USO MUNICIPAL:	DE SUAS ATRIBUIÇÕES EXPEDE A PRES	ENTE LICENÇA AMBIENTAL
Secr	n Dos Arijos Carvalho etário Municipal Port. 095/2025	
Expedida em 07/05/2025	Wálida a	rté 07/05/2029

PMTF FL.(S) Nº (9) RÚBRICA: Faxias



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO DE TASSO FRAGOSO - MA

OBSERVAÇÕES E CONDICIONANTES

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições, dispõe sobre o deferimento do PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL para a empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, PARA OPERAR A ATIVIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA, no MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO - MA, conforme Termo de Capacidade Técnico Institucional celebrado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais — SEMA onde qualifica o Município a licenciar atividades de impacto local expede a presente LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL. Seguem abaixo as condicionantes e orientações a serem cumpridas durante a operação da empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA:

- Por meio deste, a W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA está autorizada a operar em seu empreendimento com seus materiais e equipamentos no Município de Tasso Fragoso–MA.
- A presente Licença foi expedida com base em informações e documentos juntados pelo requerente de sua exclusiva responsabilidade.
- A SEMMATAF n\u00e3o se responsabiliza por eventual uso indevido da presente Licen\u00fca, advindo de dolo ou m\u00e1-f\u00e9.
- 4. O caminhão deverá apresentar a esta Secretaria relatório fotográfico da coleta dos resíduos coletados e descarte na Estação de Tratamento de Esgoto, ETE e planilha com a relação de cada coleta realizada no município de Tasso Fragoso.
- 5. A licença Ambiental deverá estar dentro do caminhão em todas as atividades executadas.
- O caminhão deverá sempre estar com sua manutenção mecânica em dia.
- O caminhão deverá sempre estar com pneus em bom estado de conservação.
- O caminhão deverá fixar uma placa com velocidade máxima de 80 km/h em pista seca e 60 km/h em pista molhada.
- 9. O caminhão deverá ser identificado com o nome da empresa de forma legível.
- Fica proibido o vazamento de líquidos provenientes dos resíduos.
- O caminhão deverá ser conduzido apenas por motoristas habilitados.
- Os operadores deverão sempre trabalhar com uso dos EPIs;
- 13. Fica proibido o descarte dos resíduos em terrenos, cascalheiras e lixões.

PMTF
FL.(S) Nº 198
RÚBRICA: Faracas



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2025 - PMTF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 - PMTF.

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA. À COMISSÃO DE LICITAÇÃO - CPL.

W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA, CNPJ sob ° 37.253.962/0001-62 TV MARCELINO TAVARES, S/N, CENTRO - TASSO FRAGOSO/MA, representada por seu representante legal, Sr. Wesdras de Souza Barreira de Oliveira, CPF sob ° 020.625.823-23, DECLARA:

- Dispor ao tempo da assinatura do contrato de veículo(s) que as suas características obedecem ao disposto no Termo de Referência (Anexo I) desta licitação.
- Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, 1, da Lei nº 14.133/2021).
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Tasso Fragoso - MA, 09 de maio de 2025.

DE OLIVEIRA:02062582323

WESDRAS DE SOUZA BARREIRA Assinado de forma digital por WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA:02062582323 Dados: 2025.05.09 08:53:32 -03'00'

WESDRAS DE SOUZA BARREIRA DE OLIVEIRA

CPF sob ° 020.625.823-23

PM FL.(S) Nº tosio RÚBRICA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ata de Realização - Pregão Eletrônico N° 06

Unidade Gestora:

PREFEITURA MUNICIPAL

Tipo de Disputa:

Aberto

Número do Processo 38/2025

Tipo de Lance:

Valor Unitário

Critério de Disputa:

MENORVALOR

Data Disputa:

07/05/2025 09:00:00

Tipo da disputa:

Por Item

Data Impug./Escl.:

02/05/2025 23:59:00

Data Fim Propostas:

07/05/2025 08:59:00

Intervalo Lances:

1,0000

Prazo Int. Recurso:

10 minutos

Objeto:

Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA

Às 09:00 horas do dia 07/05/2025, reuniram-se o encarregado Oficial e membros da Equipe de Apoio para este processo, designados pela portaria Nº 004 DE 05 DE JANEIRO DE 2023/GAB/PMT. em atendimento às disposições contidas na Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, referente ao Processo nº 38/2025, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 06. O encarregado abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

As empresas que apresentaram proposta eletrônica para essa licitação declararam no ato do cadastro da proposta inicial que: 1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; 2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49; 3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos; 4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras; 5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91; 6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

SITUAÇÃO DA DISPUTA: HOMOLOGADO

EMPRESAS QUE SE DECLARARAM ME/EPP

Razão Social

Nome Fantasia

CONSMANG EMPREENDIMENTOS EIRELI

CONSMANG

L.(S) 99.480.502/0004

E S FERNANDES PAPELARIA

PAPELARIA N SENHO

17.257.344/0001-83

J. A. C. SÁ LTDA

00

13.500.739/0001-04

RIO NEVES LOCACAO, SERVICOS E CONSTRUCOES CONSTRUTORA RIO NEVES

Página 1 de 5

Ata de Realização - Pregão Eletrônico N° 06

Razão Social Nome Fantasia CNPJ

W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA W.S CONSTRUTORA 37.253.962/0001-62

Ata de Realização - Pregão Eletrônico N° 06

LOTES / ITENS

N° 01 Situação: VENCEDOR

Descrição: Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgotos.

Quantidade: 1000

Valor: 195.000,00

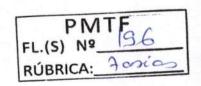
Vencedor W.S CONSTRUTORA E SERVICOS 37.253.962/0001-62 Valor: 170,000

PROPOSTAS INICIAIS				
Empresa	Valor Unitário	Valor Total	Data/Hora Registro	Situação
CONSMANG EMPREENDIMENTOS	195.000,000	195.000.000,000	24/04/2025 14:51:08 0	CLASSIFICAD
RIO NEVES LOCACAO, SERVICOS E	195,000	195.000,000	06/05/2025 17:53:59 0	CLASSIFICAD
J. A. C. SÁ LTDA	190.000,000	190.000.000,000	30/04/2025 10:42:58 0	CLASSIFICAD
W.S CONSTRUTORA E SERVICOS	195,000	195.000,000	07/05/2025 08:11:33 0	CLASSIFICAD

CLA	ASSIFICAÇÃO		
	Empresa	Situação	Valor
1	W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA	VENCEDOR	170,000
2	RIO NEVES LOCACAO, SERVICOS E	CLASSIFICADO	180,000
3	CONSMANG EMPREENDIMENTOS EIRELI	CLASSIFICADO	192,000
4	J. A. C. SÁ LTDA	CLASSIFICADO	190.000,000
		TO A THE OWNER OF THE PARTY OF	

DISPUTA

Data/Hora Lance	Valor	Empresa
07/05/2025 09:34:28	170,000	W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA
07/05/2025 09:34:13	180,000	RIO NEVES LOCACAO, SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA
07/05/2025 09:23:31	190,000	W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA
07/05/2025 09:23:49	192,000	CONSMANG EMPREENDIMENTOS EIRELI
07/05/2025 09:22:21	195,000	W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA
07/05/2025 09:22:21	195,000	RIO NEVES LOCACAO, SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA
07/05/2025 09:22:21	190.000,000	J. A. C. SÁ LTDA
07/05/2025 09:22:21	195.000,000	CONSMANG EMPREENDIMENTOS EIRELI



Ata de Realização - Pregão Eletrônico

N° 06

MENSAGENS			
Data/Hora	Origem	Item	Mensagem
14/04 17:30	Sistema		Processo publicado no PNCP: https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/06997563000182/compras/2025/12
07/05 09:05	MANOEL MESSI BORGES OLIVE		Bom dia, senhores, licitantes.
07/05 09:14	MANOEL MESSI BORGES OLIVE		Senhores licitantes, bom dia. Estamos iniciando a sessão pública do Pregão Eletrônico 006/2025, promovido pela Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso/MA. Antes de iniciar a fase competitiva (lances), peço a atenção de todos para alguns breves avisos.
07/05 09:14	MANOEL MESSI BORGES OLIVE	IRA	Na presente licitação será adotado o modo de disputa ABERTO, previsto na Lei nº 14.133/2021.
07/05 09:15	MANOEL MESSI BORGES OLIVE		A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
07/05 09:16	MANOEL MESSI BORGES OLIVE		A qualquer momento após a etapa de lances, o pregoeiro poderá realizar diligência destinada a esclarecer ou complementar informações sobre a proposta ajustada ao lance vencedor e/ou documentos de habilitação, vedada a inclusão de documentos que deveriam ter sido apresentados juntamente com a proposta.
07/05 09:17	MANOEL MESS BORGES OLIVE		As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo Pregoeiro neste Chat, com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
07/05 09:18	MANOEL MESS BORGES OLIVE		Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
07/05 09:21	Sistema		Sessão pública aberta!
07/05 09:22	Sistema	01	Disputa do Lote/Item 01 - Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgoto aberta! O fornecedor pode checar as propostas classificadas e o motivo da desclassificação das propostas no botão "Propostas Inicias" de cada Lote/Item. O lote/Item n° 01 - Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza
07/05 09:32	Sistema	01	dos esgoto entrou em PRORROGAÇÃO, para um fornecedor ser declarado arrematante, o seu lance deve permanecer vencedor por 2 minutos!
07/05 09:36	Sistema	01	Disputa do lote/item n° 01 - Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgoto encerrada!
07/05 09:36	Sistema	01	O arrematante do item/lote n° 01 - Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos orgãos públicos e limpeza dos esgoto foi o fornecedor com valor R\$ 170,0000 !
07/05 09:36	Sistema		Fase de disputa encerrada
07/05 09:37	Sistema		O Fornecedor W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA pode enviar mensagens.
07/05 09:37	Sistema		Fase de negociação aberta para todos os itens. Entendemos que o preço pode melhorar, solicitamos que você envie sua melhor proposta.
07/05 09:38	MANOEL MESS BORGES OLIVE		Favor responder em 15 min, podendo apresentar uma contraproposta ou mesmo recusar caso já tenha ofertado seu melhor preço.
07/05 09:53	Sistema		A autoridade responsável pelo processo solicitou o envio de documentos do fornecedor W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA. Documento: Solicito o envio, no prazo de 2 (duas) horas, da proposta de preços adequada ao seu lance, por meio da opção de enviar anexo do
			sistema Agora o fornecedor pode clicar no botão ENVIAR ARQUIVOS na área de solicitação de documentos, havendo a necessidade de enviar mais de 1 (um) arquivo o mesmo deve enviar os arquivos em extensão .ZIP. Data Limite para o envio: 07/05/2025 11:55:00
07/05 11:38	Sistema		Documento enviado pelo fornecedor W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA!
07/05 14:21	MANOEL MESS BORGES OLIVE		A sessão continua sexta feira 09/05/2025 as 09H:00min
09/05 09:07	MANOEL MESS BORGES OLIVE		Boa tarde, senhores, licitantes.
09/05 09:20	MANOEL MESS BORGES OLIVE		Proposta ajustada da empresa W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA, foi aceita
09/05 09:22	Sistema		A autoridade responsável pelo processo solicitou o envio de documentos do fornecedor W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA. Documento: Solicito o envio dos documentos de habilitação, no prazo de 2 (duas) horas, por meio da opção de enviar anexo do sistema. Agora o fornecedor pode clicar no botão ENVIAR ARQUIVOS na área de solicitação de documentos, havendo a necessidade de enviar mais de 1 (um) arquivo o mesmo deve enviar os arquivos em extensão .ZIP. Data Limite para o envio: 09/05/2025 11:25:00
09/05 10:01	Sistema		Documento enviado pelo fornecedor W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA!
09/05 10:20	MANOEL MESS BORGES OLIVE		Retomaremos a sessão às 14h30.
09/05 14:25	MANOEL MESS BORGES OLIVE	SIAS	Srs. Licitantes, Boa tarde. Dando continuidade e após análise dos documentos de habilitação da empresa W S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, sendo verificada a sua aceitabilidade, e já estando classificada, declaro a empresa vencedora do presente certame Fase de negociação do Lote/Item n° 01 - Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos
09/05 14:26	Sistema	01	órgãos públicos e limpeza dos esgoto encerrada.

RÚBRICA:

Ata de Realização - Pregão Eletrônico N° 06

Data/Hora	(rigem	Item	Mensagem	
09/05 14:26	s	istema	01	O fornecedor W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA foi declarado VENCEDO Lote/Item nº 01 - Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e dos esgoto	
09/05 14:26	S	istema		Fica aberto prazo de intenção de re	ecurso até às 09/05/2025 14:36:09
09/05 14:45 MANOEL MESSIAS BORGES OLIVEIRA		Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão. Até a próxima.			
119/115 14:45 SISTEMS		A situação deste processo foi altera OLIVEIRA.	ada para: Finalizado, por MANOEL MESSIAS BORGES		
12/05 16:00 Sistema			A situação deste processo foi altera OLIVEIRA.	ada para: Homologado, por MANOEL MESSIAS BORGES	
PROPON	NENTES				
Razão Soc	ial			Nome Fantasia	CNPJ
CONSMAN	NG EMPRE	ENDIMENT	OS EIREL	CONSMANG	09.489.502/0001-00
Contato:	Leonardo	de Sousa S	antos	(99)3532-1620	consmang.srm@gmail.com
J. A. C. SÁ	LTDA			00	17.257.344/0001-83
Contato:	JOÃO AM	ERICO CAS	STRO SÁ	(99)8420-0795	jacsaeireli@gmail.com

(99)8285-0040

(99)984410659

CONSTRUTORA RIO NEVES

W.S CONSTRUTORA

MANOEL MESSIAS BORGES OLIVEIRA/Pregoeiro/Agente de Contratação

FERNANDA COELHO DIAS/Equipe de Apoio

RIO NEVES LOCACAO, SERVICOS E

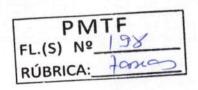
Luiz Silveira Lima Júnior

WESDRAS DE SOUSA

W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA

Contato:

Contato:



13.500.739/0001-04

37.253.962/0001-62

construtorarioneves@outlook.com

licitacao007@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Relatório por Vencedor / Lotes Fracassados/Cancelados/Desertos Processo N° 06

FORNECEDOR: W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA

37.253.962/0001-62

LOTE/ITEM QUANTIDADE VALOR UNITARIO VALOR GLOBAL DESCONTO

01 Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza 1.000,00 170,000 170,000,000 12,82%

QTD: 1 VALOR TOTAL: 170.000,000



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Referência: Processo: nº 38/2025 - PMTF-MA

Objeto: Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA.

Assunto: Pregão Eletrônico nº 06/2025 - Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA

Amparo Legal: Artigo 71, IV da Lei Federal 14.133/2021.

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições que lhes são conferidas adjudica o objeto supracitado para a empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 37.253.962/0001-62, com valor global de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

Tasso Fragoso - MA, 15 de maio de 2025

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA

Assinado de forma digital por KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA:74444913304 HOLANDA VIEIRA:74444913304

Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira

Prefeito Municipal – Tasso Fragoso - MA

FL.(S) Nº RÚBRICA:



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologo, na forma do art. 71, IV da Lei Federal nº 14.133/21 o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 06/2025 - PMTF-MA - Sistema de Registro de Preços - SRP, objeto do Processo nº 38/2025 - PMTF-MA, em favor da empresa W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA, inscrita sob o CNPI nº 37.253.962/0001-62, com valor Global de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), de interesse da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA, conforme discriminação abaixo:

Razão social: W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

CNPI/MF: 37.253.962/0001-62

Endereço: TV Marcelino Tavares, s/n, Centro, CEP: 65.820-000, Tasso Fragoso - MA

Contatos: (99) 984410659 / ribeirothayna1001@gmail.com Representante: Wesdras de Souza Barreira de Oliveira

Item	Especificação	Unid.	Quant.	V. Unit R\$	V. Total R\$
01	Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgotos. Os serviços deverão ser executados com carro apropriado com sucção e capacidade para no mínimo 08M³, dentro das normas ambientais inerentes a matéria, bem como, com todo zelo e cuidado que merecem, uma vez serem executados em área de grande presença de servidores e usuários de serviço	M^3	1000	170,00	170.000,00
	Valor Global da	Ata R\$			170.000,00

Tasso Fragoso - MA, 15 de maio de 2025

KELSON RICHARD
CARVALHO
HOLANDA
VIEIRA:74444913304

KELSON RICHARD
Assinado de forma digital
por KELSON RICHARD
CARVALHO HOLANDA
VIEIRA:74444913304

Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira

Prefeito Municipal - Tasso Fragoso - MA

RÚBRICA:



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2025-PMTF-MA

A Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso -MA, com sede na Av. Santos Dumond, S/N, Centro - Tasso Fragoso, inscrita no CNPJ sob o nº 06.997.563/0001-82, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato, representado pelo Secretário Municipal Sr. Igor Ribeiro Santos, brasileiro, residente neste Município, R.G. n.º 207011920028 GEJ/MA e C.P.F. n.º 036.008.253-05, considerando o resultado do julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Administrativo nº 38/2025 -PMTF-MA, através de seu órgão gerenciador, RESOLVE: registrar os preços dos serviços propostos pela empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 37.253.962/0001-62, Insc. Estadual nº 12.888744-3, localizada da na TV Marcelino Tavares, s/n, Centro, CEP: 65.820-000, Tasso Fragoso – MA, representada pelo Sr. Wesdras de Souza Barreira de Oliveira, portador do RG nº 246656620031 GEJUSP/MA e inscrito no CPF sob o nº 020.625.823-23, nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, Decreto Federal Nº 11.462 de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA, a serem prestados de acordo com as especificações e quantidades do Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 06/2025 – PMTF-MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do **Processo nº 38/2025 – PMTF-MA**.

Parágrafo Primeiro - Este instrumento não obriga a contratação, nas quantidades indicadas no ANEXO ÚNICO deste documento, podendo o ÓRGÃO promover as contratações de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso

CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO GERÊNCIADOR

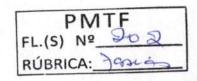
O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso/MA, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo Primeiro - Órgãos Participantes: Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde

Parágrafo Segundo – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para contratação do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos, empresas beneficiarias e representante (s) legal(is) das empresas, encontram-se elencados no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços.





CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- I apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

Parágrafo Primeiro - A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

Parágrafo Segundo - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetivará a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

Parágrafo Terceiro - O prazo previsto no Parágrafo Segundo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceito pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Parágrafo Quarto - Os limites para as adesões serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o "*caput*" desta Cláusula:

- I as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para o órgão participante; e
- II o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Parágrafo Quinto - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II do Parágrafo Quarto desde que:

- a) seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal; e
- b) seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços.

Parágrafo Primeiro - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) das empresas que aceitarem cotar os preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação;
- b) das empresas que mantiverem sua proposta original.

PMTF
FL.(S) Nº 20 3
RÚBRICA: 1000



Parágrafo Segundo - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou prestadores de serviços registrados na ata.

Parágrafo Terceiro - O registro a que se refere o **Parágrafo Primeiro**, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, na hipótese prevista no Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- I em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o prestador de serviço para negociar a redução do preço registrado.

- a) Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o prestador de serviço será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;
- b) Na hipótese prevista na alínea "a", o gerenciador convocará os prestadores de serviços do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no Parágrafo Terceiro da Clausula Oitava;
- c) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na Clausula Oitava, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;
- d) Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o prestador de serviço não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao prestador de serviço requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

 a) Para fins do disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, o prestador de serviço encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;





- b) Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o prestador de serviço deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto na **Cláusula Nona**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na <u>Lei nº 14.133</u>, de 2021, e na legislação aplicável;
- c) Na hipótese de cancelamento do registro do prestador de serviço, nos termos do disposto na alínea "b", o gerenciador convocará os prestadores de serviços do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº 11.462/2023.
- d) Se não obtiver êxito nas negociações. o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na Cláusula Oitava, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;
- e) Na hipótese de comprovação do disposto no caput e na alínea "a" do Parágrafo Segundo, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;
- f) O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O registro do prestador de serviço será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o prestador de serviço:

- I descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no **Parágrafo Segundo alínea** "b" da **Clausula Sétima**; ou
- IV sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese prevista no inciso IV do "caput" desta Cláusula, caso a penalidade aplicada ao prestador de serviço não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

Parágrafo Segundo - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no "caput" desta Cláusula será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa;

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de cancelamento do registro do prestador de serviço, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

PMTF
FL.(S) Nº 305
RÚBRICA: 700ias



Parágrafo Quarto – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, no total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do prestador de serviço, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso, fará divulgação da Ata no **PNCP**, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro - Integra esta Ata, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025 - PMTF-MA e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

Parágrafo Segundo - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA ONZE - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Balsas, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente.

Tasso Fragoso- MA, 15 de maio de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO/MA

Órgão gerenciador Igor Ribeiro Santos Secretário Municipal de Administração e Finanças W.S. ONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ N° 37.253,962/0001-62 Empresa beneficiária Wesdras de Souza Barreira de Oliveira Representante Legal





PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025- PMTF-MA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

ANEXO ÚNICO DA ATA

Razão social: W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ/MF: 37.253.962/0001-62

Endereço: TV Marcelino Tavares, s/n, Centro, CEP: 65.820-000, Tasso Fragoso - MA

Contatos: (99) 984410659 / ribeirothayna1001@gmail.com Representante: Wesdras de Souza Barreira de Oliveira

Item	Especificação	Unid.	Quant.	V. Unit R\$	V. Total R\$
01	Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgotos. Os serviços deverão ser executados com carro apropriado com sucção e capacidade para no mínimo 08M³, dentro das normas ambientais inerentes a matéria, bem como, com todo zelo e cuidado que merecem, uma vez serem executados em área de grande presença de servidores e usuários de serviço	M^3	1000	170,00	170.000,00
Valor Global da Ata RS					170.000,00

PMTF
FL.(S) Nº 207
RÚBRICA: 700



Salário Educação - QSE 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO:

O presente termo de apostilamento encontra amparo legal no artigo 65, inciso I, \S 8°, da Lei n.º 8.666/93, item 14.2 do Contrato Administrativo Originário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo supracitado.

Sucupira do Riachão - MA, 07 de maio de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CNPJ nº 06.104.029/0001-08 Kariny Almeida Ordenadora de Despesas

> Publicado por: JOSE WARLEN BARBOSA DA SILVA Código identificador: b7a35cb0e05ce662f73a991dff6123d8

PORTARIA Nº 054/2025

PORTARIA N° 054/2025 DE 14 DE MAIO DE 2025. "NOMEAÇÃO DE RAIMUNDO NONATO MARQUES DA SILVA NA FUNÇÃO DE FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO." O Prefeito Municipal de Sucupira do Riachão, no Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO que a função de Fiscal de Vigilância Sanitária é cargo em comissão, portanto, de livre nomeação e exoneração por parte do Chefe do Executivo; R E S O L V E: Art. 1° – Nomear o Sr. RAIMUNDO NONATO MARQUES DA SILVA, brasileiro, portador do CPF n°. 611.317.393-37, na função de Fiscal de Vigilância Sanitária do Município de Sucupira do Riachão – MA. DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito Municipal de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, em 14 de maio de 2025. WALTERLINS RODRIGUES DE AZEVEDO, Prefeito Municipal.

Publicado por: JOSE WARLEN BARBOSA DA SILVA Código identificador: fc4d9d5ff2d220a2a5ac7fc2d7de7411

PORTARIA Nº 056/2025

PORTARIA Nº 056/2025 DE 04 DE JUNHO DE 2025. "NOMEAÇÃO DE ROSANA RIBEIRO NA FUNÇÃO DE COORDENADORA DO CADASCRO ÚNICO - CADÚNICO DO MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO." O Prefeito Municipal de Sucupira do Riachão, no Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO que a função de Coordenadora Cadastro Único - CADÚNICO é cargo em

comissão, portanto, de livre nomeação e exoneração por parte do Chefe do Executivo; *R E S O L V E:* Art. 1° - Nomear a Sra. ROSANA RIBEIRO, brasíleira, portadora CPF n°. 020.754.193-02, na função de Coordenadora do Cadastro Único - CADÚNICO do Município de Sucupira do Riachão - MA. DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito Municipal de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, em 04 de junho de 2025. WALTERLINS RODRIGUES DE AZEVEDO, Prefeito Municipal.

Publicado por: JOSE WARLEN BARBOSA DA SILVA Código identificador: 6a5ebb14618d064602fec2449e77e696

PORTARIA Nº 055/2025

PORTARIA № 055/2025, SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA DE 28 DE MAIO DE 2025. "Exonera a Junta Médica Oficial do Município de Sucupira do Riachão - MA e dá outras providências". O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 86, IX c/c art. 105, II, "b", ambos da Lei Orgânica do Municipal. RESOLVE: Art. 1º - Exonera os servidores públicos municipais que compõem a Junta Médica Oficial: DRA. MARCELA NOLETO MUNDIM DE SOUSA, inscrita no CRM/PI nº 11.001 e DRA. VANESSA ALVES DE SOUSA, inscrita no CRM/MA nº 15.020, profissionais médicos, vinculados a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde. Art. 2º - Esta Portaria entra em Vigor nesta data, revogadas as demais disposições em contrário. Gabinete do Prefeito de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, 28 de maio de 2025. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. WALTERLINS RODRIGUES DE AZEVEDO, PREFEITO MUNICIPAL.

> Publicado por: JOSE WARLEN BARBOSA DA SILVA Código identificador: b3855fbaca688ecf979479b42bb65089

PORTARIA Nº 057/2025

PORTARIA Nº 057/2025, SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA DE 04 DE JUNHO DE 2025. "Nomeia o Perito da Junta Médica Oficial do Município de Sucupira do Riachão - MA e dá outras providências". O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 86, IX c/c art. 105, II, "b", ambos da Lei Orgânica do Municipal. RESOLVE: Art. 1º - Nomeia o servidor público municipal como Perito da Junta Médica Oficial: DR. LEANDRO SANTANA FERREIRA, inscrito no CRM/MA nº 11.982, profissional médico, vinculado a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde. Art. 2º - Esta Portaria entra em Vigor nesta data, revogadas as demais disposições em contrário. Gabinete do Prefeito de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, 04 de junho de 2025. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. WALTERLINS RODRIGUES DE AZEVEDO, PREFEITO MUNICIPAL.

RÚBRICA:

Publicado por: JOSE WARLEN BARBOSA DA SILVA Código identificador: 2f002802c8cc9a76c0d1451c9051eaf1

PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2025-PMTF-MA

SãO LUÍS, TERÇA * 10 DE JUNHO DE 2025 * VOL. 19, Nº 3618/2025 ISSN 2763-860X

acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, Decreto Federal Nº 11.462 de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA, a serem prestados de acordo com as especificações e quantidades do Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 06/2025 - PMTF-MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do **Processo nº 38/2025 - PMTF-MA**.

Parágrafo Primeiro - Este instrumento não obriga a contratação, nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o ÓRGÃO promover as contratações de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso

CLÁUSULA TERCEIRA - ÓRGÃO GERÊNCIADOR

O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso/MA, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo Primeiro - Órgãos Participantes: Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde

Parágrafo Segundo - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para contratação do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos, empresas beneficiarias e representante (s) legal(is) das empresas, encontramse elencados no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público:

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III - consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

Parágrafo Primeiro - A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

Parágrafo Segundo - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou a entidade não participante efetivará a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

Parágrafo Terceiro - O prazo previsto no Parágrafo Segundo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceito pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Parágrafo Quarto - Os limites para as adesões serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o "caput" desta Cláusula:

I - as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para o órgão participante; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de precos.

Parágrafo Quinto - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o inciso II do Parágrafo Quarto desde que:

- a. seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal; e
- b. seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços.

Parágrafo Primeiro - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a. das empresas que aceitarem cotar os preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação;
- b. das empresas que mantiverem sua proposta original.

Parágrafo Segundo - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou prestadores de serviços registrados na ata. Parágrafo Terceiro - O registro a que se refere o Parágrafo Primeiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, na hipótese prevista no Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021:

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o prestador de serviço para negociar a redução do preço registrado.

a. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o prestador de se



SÃO LUÍS, TERÇA * 10 DE JUNHO DE 2025 * VOL. 19, № 3618/2025 ISSN 2763-860X

quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

- Na hipótese prevista na alínea "a", o gerenciador convocará os prestadores de serviços do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no Parágrafo Terceiro da Clausula Oitava;
- Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na Clausula Oitava, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;
- d. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o prestador de serviço não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao prestador de serviço requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

- a. Para fins do disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, o prestador de serviço encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;
- b. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o prestador de serviço deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto na Cláusula Nona, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável;
- c. Na hipótese de cancelamento do registro do prestador de serviço, nos termos do disposto na alínea "b", o gerenciador convocará os prestadores de serviços do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº 11.462/2023.
- d. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na Cláusula Oitava, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;
- Na hipótese de comprovação do disposto no caput e na alínea "a" do Parágrafo Segundo, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;
- f. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

O registro do prestador de serviço será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o prestador de serviço:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Parágrafo Segundo alínea "b" da Clausula Sétima; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese prevista no inciso IV do "caput" desta Cláusula, caso a penalidade aplicada ao prestador de serviço não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

Parágrafo Segundo - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no "caput" desta Cláusula será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa;

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de cancelamento do registro do prestador de serviço, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

Parágrafo Quarto - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, no total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do prestador de serviço, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso, fará divulgação da Ata no PNCP, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro - Integra esta Ata, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO № 06/2025 - PMTF-MA e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

Parágrafo Segundo - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

CLÁUSULA ONZE - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Balsas, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente. Tasso Fragoso- MA, 15 de maio de 2025.

Igor Ribeiro Santos

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Wesdras de Souza Barreira de Oliveira

Representante Legal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025- PMTF-MA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP ANEXO ÚNICO DA ATA

PMTF
FL.(S) Nº 216
RÚBRICA: 100ias



Razão social: W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ/MF: 37.253.962/0001-62

Endereço: TV Marcelino Tavares, s/n, Centro, CEP: 65.820-000, Tasso Fragoso - MA

Contatos: (99) 984410659 / ribeirothayna1001@gmail.com Representante: Wesdras de Souza Barreira de Oliveira

Item	Especificação	Unid.	Quant.	V. Unit R\$	V. Total R\$
01	Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgotos. Os serviços deverão ser executados com carro apropriado com sucção e capacidade para no mínimo 08M³, dentro das normas ambientais inerentes a matéria, bem como, com todo zelo e cuidado que merecem, uma vez serem executados em área de grande presença de servidores e usuários de serviço	M ³	1000	170,00	170,000,00
Valor	Global da Ata R\$				170,000,00

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS Código identificador: 0b84064e50a9af7d1ce112c9372ee769

RESENHA DE CONTRATO № 65/2025 - PMTF/MA. PROCESSO № 55/2025 - PMTF/MA.

RESENHA DE CONTRATO Nº 65/2025 - PMTF/MA. PROCESSO Nº 55/2025 - PMTF/MA. Contratação Direta, inexigibilidade de licitação. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA, inscrita sob o nº 06.997.563/0001-82, representada pelo seu titular Sr. KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 744.449.133-04, e de outro, o microempreendedor (MEI) FELIPE COSTA DA SILVA, inscrito no CNPJ sob o nº 53.681.594/0001-00. BASE LEGAL art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. OBJETO: Contratação de profissional especializado para prestação de serviços de pintura artística no Município de Tasso Fragoso - MA. PRAZO DE VIGÊNCIA: vigência de 90 (noventa) dias, a

partir da data de assinatura. VALOR GLOBAL: R\$ 8.000,00 (oito mil reais), DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO/Unidade: 17-SECRETARIA DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO/Função: 13/Subfunção: 392/Programa: 0007/Projeto/Atividade/Oper. Especial: 2-030/13.392.0007.2-030 - Apoio à Cultura e Custeio de Festividades Cívicas e Comemorativas/4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações /719 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202. Tasso Fragoso - MA,03 de junho de 2025. Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira. Prefeito Municipal de Tasso Fragoso - MA.

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS Código identificador: b1e5314b75532c1992fca7c28170448d









Ata nº 004/2025

Última atualização 09/06/202

Local: Tasso Fragoso/MA Órgão: MUNICIPIO DE TASSO FRAGOSO Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico

Data de divulgação no PNCP: 09/06/2025 Data de assinatura: 15/05/2025 Vigência: de 15/05/2025 a 15/05/2026

Id ata PNCP: 06997563000182-1-000012/2025-000001 Fonte: BR Conectado

Id contratação PNCP: 06997563000182-1-000012/2025

Objeto:

Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA

Arquivos I	Histórico		
Nome -		Data :	Tipo :
SRP 004		09/06/2025	Ata de Registro de Preço
Evitor 5 💌 Tell	Ju 1 itans		Página 1 v
< Voltar			



Criado pela Lei mº 14.123/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e o sitio elezrónico oficial destinado a divulgação contratizada e obrigatoria dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abalicados pelo novel diploma.

E gerido pelo Comité Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelacidas no Decrete nº 10.764, do 9 do agosto do 2021.

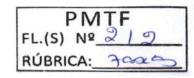
O deservolvimento desse versão do Portal e um esforço conjunto de construção de uma concepção dirate legal, nomologado potos indicados a compor o atudido conste.

A adequação, fidodignidade e corretude das informações e dos arquisos relativos as contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14133/2021 550 de estrita responsabilidade dos prosos o entidades contratantes.

hups érpodatnesés non gernati gradar

J 0860 574 PMU

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a referir de interrocacione etablicados a ticenca de uso.





ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO – MA

OFÍCIO Nº 17/2025 - PMTF/MA

Tasso Fragoso - MA, 19 de maio de 2025.

Excelentíssimo,

Considerando as demandas operacionais da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA, referentes à necessidade de manutenção sanitária periódica nas dependências dos prédios públicos municipais, solicitamos a formalização da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos, com fundamento na Ata de Registro de Preços nº 04/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 06/2025, referente ao Processo Administrativo nº 38/2025 – PMTF/MA.

A contratação ora solicitada visa atender de forma eficiente e imediata às demandas já identificadas, garantindo o adequado funcionamento das instalações públicas, prevenindo riscos à saúde pública, à segurança sanitária e ao meio ambiente, conforme preconizam os princípios da continuidade do serviço público e da eficiência administrativa.

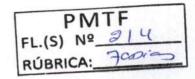
Solicitamos, portanto, a adoção das providências administrativas necessárias para a formalização do **instrumento contratual**, nos termos da legislação vigente e em consonância com as condições estabelecidas na referida Ata de Registro de Preços.

Solicito providências necessárias quanto à contratação do objeto supracitado nas especificações e quantitativos abaixo.

Empresa: W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 37.253.962/0001-62:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	V. Unit R\$	V. Total R\$
01	Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgotos. Os serviços deverão ser executados com carro apropriado com sucção e capacidade para no mínimo 08M³, dentro das normas ambientais inerentes a matéria, bem como, com todo zelo e cuidado que merecem, uma vez serem executados em área de grande presença de servidores e usuários de serviço	M³	1000	170,00	170.000,00
Valor Global da Ata R\$					





ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar votos da mais alta estima e distinta consideração.

> Marcos Jose Guimaraes

Assinado de forma digital por Marcos Lopes:62769383353 Jose Guimaraes Lopes:62769383353

MARCOS JOSE GUIMARAES LOPES Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso - MA

RÚBRICA:



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA

DESPACHO

AUTORIZO a contratação.

Encaminhe-se à contabilidade para informação de dotação orçamentária

Tasso Fragoso, 09 de junho de 2025.

KELSON RICHARD HOLANDA

Assinado de forma digital por KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA HOLANDA VIEIRA:74444913304

Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira Prefeito Municipal - Tasso Fragoso - MA





ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO

CNPJ: 06.997.563/0001-82

Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso em 10 de junho de 2025.

Conforme solicitado, segue a dotação orçamentária para:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO E LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS E ESGOTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO- MA.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO

Unidade: 08 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO

Ação

Função: 17 Sbfunção: 512 Programa: 0015

Projeto/Atividade/Oper.Especial: 2-026

17.512.0015.2-026 - Manutenção de Serviços de Saneamento e Abastecimento de Aqua

Natureza da Despesa

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos

1 500 Recursos não Vinculados de Impostos

ASSESSOR CONTÁBIL CRC 8951/MA

PMTF FL.(S) Nº 2/7 RÚBRICA: 7000



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO

CNPJ: 06.997.563/0001-82

Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso em 10 de junho de 2025.

Conforme solicitado, segue a dotação orçamentária para:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO E LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS E ESGOTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO- MA.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO

Unidade: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

Ação

Função: 20 Sbfunção: 605 Programa: 0005

Projeto/Atividade/Oper.Especial: 2-017

20.605.0005.2-017 - Manutenção de Mercados, Feiras, Matadouros, Usinas e

Assemelhados

Natureza da Despesa

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos

1 500

Recursos não Vinculados de Impostos

ASSESSOR CONTÁBIL CRC 8951/MA

PMTF FL.(S) Nº 2) & RÚBRICA: Jan (a)



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins dispostos no inciso II da art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de agosto de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual - LOA e é compatível com o Plano Plurianual PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Tasso Fragoso, 10 de junho de 2025.

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA

Assinado de forma digital por KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA:74444913304

Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira Prefeito Municipal - Tasso Fragoso - MA





CONTRATO 72/2025-PMTF/MA Processo Administrativo nº 38/2025 - PMTF/MA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO-MA**, E A EMPRESA **W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA**.

O MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO – ESTADO DO MARANHÃO, com sede na Av. Santos Dumont, s/n, Centro, Tasso Fragoso - MA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.997.563/0001-82, neste ato representado pelo Sr. KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA, portador da Cédula de Identidade nº 000015301093-2, órgão expedidor SSP/MA e do CPF nº 744.449.133-04, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 37.253.962/0001-62, Insc. Estadual nº 12.888744-3, localizada da na TV Marcelino Tavares, s/n, Centro, CEP: 65.820-000, Tasso Fragoso – MA, representada pelo Sr. Wesdras de Souza Barreira de Oliveira, portador do RG nº 246656620031 GEJUSP/MA e inscrito no CPF sob o nº 020.625.823-23, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO decorrente da Ata de Registro de Preços nº 04/2025-PMTF-MA, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 06/2025-PMTF-MA, Processo Administrativo n.º 38/2025 - PMTF-MA, submetendo-se as partes às disposições do art. 92 da Lei n.º 14.133/2021, e suas alterações posteriores e as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA, a serem prestados de acordo com as especificações e quantidades estabelecidos neste Contrato, em conformidade com os itens registrados na Ata de Registro de Preços nº 04/2025-PMTF-MA, e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Contrato será executado sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados nos locais indicados no **subitem 4.1 do Termo de Referência**, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Prefeitura, devendo ser iniciados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução dos serviços a contratada deverá obedecer rigorosamente às especificações constantes no Termo de Referência e Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços serão executados no município de Tasso Fragoso -MA.

PMTF FL.(S) Nº 220 RÚBRICA: 7000



PARÁGRAFO TERCEIRO - O serviço de esgotamento e limpeza de fossa séptica e limpeza dos esgotos deverá ser feito com carro de esgotamento de fossa séptica com capacidade mínima de 8m³ com todos os equipamentos necessários para execução dos serviços a ser contratado como: (mangueira entre 50 a 100m e espessura mínima de 75mm, alavanca e cavador para abertura da fossa, enxada, cone para isolamento do local e etc.), e que seja apresentado à fiscalização desta Prefeitura logo após a assinatura do contrato pela contratada, para inspeção pela fiscalização da Contratante da boa condição de uso do veículo.

MEDIÇÃO: A medição será realizada pela fiscalização desta Prefeitura em M³.

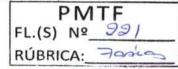
PARÁGRAFO QUARTO - No transporte de resíduos e esvaziamento de fossa séptica e limpeza dos esgotos, deverá ser realizados <u>os seguintes</u> serviços:

- a) Esgotamento de resíduo das fossas sépticas;
- b) limpeza de tubulações que interligam conexões de passagens de redes de esgotos;
- c) Remoção de resíduo das fossas sépticas para o aterro sanitário.
- d) A Contratada deverá realizar o descarte dos resíduos em local devidamente licenciado pelos órgãos competentes, emitir laudo técnico e apresentar os comprovantes dos descartes ao fiscal do contrato;
- e) O Contratado para executar o serviço deverá observar que não fique nenhum resíduo na superfície, gramas, calçadas e passeios, caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser imediatamente limpo.
- f) O veículo que irá efetuar o serviço deverá estar em bom estado de conservação, sem apresentar avarias que coloquem em risco a qualidade e a segurança, no ato da realização da coleta e transporte dos dejetos;
- g) O veículo deverá atender todas as normas da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), assim como as normas do DETRAN;
- h) As estruturas do veículo devem atender todas as normas de legislação ambiental pertinentes a essa de finalidade;
- i) O motorista deverá estar devidamente habilitado e apto para prestar o serviço, isento do consumo de bebidas alcoólicas e substâncias ilícitas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Visando ao cumprimento do fornecimento do objeto deste Contrato, a **CONTRATADA** se obriga a:

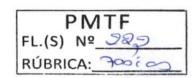
- a) Indicar preposto responsável pelo Acompanhamento dos serviços com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões que surgirem na execução do contrato e apresentar soluções práticas para qualquer problema envolvendo o objeto do Termo de Referência e neste Contrato;
- **b)** É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do(s|) veículo(s) durante a execução do serviço, assim como as despesas relacionadas à combustível e ao condutor.
- c) A CONTRATADA é responsável por responder por quaisquer infrações ou





irregularidades cometidas pelo motorista do veículo, excluindo qualquer responsabilidade direta ou subsidiária da CONTRATANTE;

- d) Manter, por si, empregados, sócios e prepostos, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer informações, dados ou documentos, que venha a ter acesso ou conhecimento em decorrência dos serviços a serem prestados à CONTRATANTE, obrigando-se a não divulgá-los, a qualquer tempo, verbalmente ou por escrito, sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE;
- e) Garantir o cumprimento de todas as obrigações legais e de qualquer natureza, notadamente às leis trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributárias e ambientais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade sobre as mencionadas matérias, seja durante ou após a vigência contratual;
- f) Comunicar, de imediato, à CONTRATANTE qualquer alteração realizada em seu Contrato Social, que importe em modificação de representação, denominação social, endereço, liquidação, encerramento ou transformação de suas atividades durante a execução do servico;
- **g)** Afastar ou substituir, dentro de 12 (doze) horas, qualquer funcionário de seu quadro, que por solicitação da Prefeitura devidamente justificada por escrito, não deva continuar a participar da prestação dos serviços;
- h) Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas no contrato;
- Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- j) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;
- **k)** Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- I) Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da Contratante.
- **m)**Responder, civil e penalmente, pelos ônus resultantes de quaisquer processos, demandas, custos e despesas decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, ligadas à prestação de serviços, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei;
- n) Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicita;
- o) Comprovar o recolhimento de todos os encargos sociais, previdenciários, tributários e a regularidade da situação de prestador de serviços, mediante a apresentação de documentação legalmente exigível ou quaisquer outros documentos que a CONTRATANTE, a seu critério, vier a solicitar:





- **p)** Prestar todas as informações técnicas, refazendo os serviços quando em desacordo com as diretrizes traçadas pela CONTRATANTE, providenciando a imediata correção solicitada e atendendo quaisquer reclamações;
- **q)** Fornecer e providenciar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's), para seus empregados de acordo com a Lei de Segurança e Medicina do Trabalho (Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977) e Norma Regulamentadora nº06 aprovada pela Portaria GM nº 3.214 do Ministério do Trabalho, de 08 de junho de 1978.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

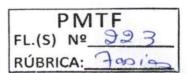
Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

- a) Emitir Ordem de Serviço com prazo mínimo de 24h (vinte e quatro) horas, antes do início dos serviços contendo o local da execução dos serviços;
- b) Atestar a execução do serviço contratado, após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;
- c) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais, após atestar a respectiva fatura, que deverá ser conferida pelo Setor competente da **CONTRATANTE**, conforme previsto neste termo, após o cumprimento das formalidades legais;
- d) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estabelecidos no Termo de Referência e Contrato;
- e) Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes à execução do objeto, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições estabelecidas;
- f) Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão executados os serviços, quando em áreas internas do CONTRATANTE;
- g) Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de vigência e entregas, mediante designação de servidor(es) responsável(eis) formalmente designados;
- h) Registrar as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA, por escrito, as ocorrências e advertências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;
- i) Indicar servidor com competência necessária para proceder à fiscalização do contrato e atestar as Notas Fiscais;
- j) Notificar a Contratada, por escrito, sobre desacordo, imperfeições ou falhas, para que sejam adotadas a medidas corretivas necessárias;
- k) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA;

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor global do presente contrato é de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), já inclusos todos os custos incidentes na contratação, conforme planilha abaixo:

Item Especificação	Unid.	Quant.	V. Unit R\$	V. Total R\$
--------------------	-------	--------	-------------	--------------





	serviço Valor Global d	a Ata R\$			170.000,00
01	Esgotamento e limpeza de fossa sépticas dos órgãos públicos e limpeza dos esgotos. Os serviços deverão ser executados com carro apropriado com sucção e capacidade para no mínimo 08M³, dentro das normas ambientais inerentes a matéria, bem como, com todo zelo e cuidado que merecem, uma vez serem executados em área de grande presença de servidores e usuários de	M^3	1000	170,00	170.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento será feito pela CONTRATANTE por medição, no prazo de até 30 (trinta) dias da data de apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Ordem de Serviço, devidamente atestada pelo Setor competente da Prefeitura pelo servidor designado para este fim e encaminhados ao setor competente para a liquidação da despesa

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor total de cada medição será apurado com base na quantidade de ${
m M}^3$, aplicado o preço unitário registrado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, expressando os preços unitários e o valor total, sendo o faturamento incidente, único e exclusivamente, sobre a quantidade efetivamente medidas e calculadas.

PARÁGRAFO QUARTO

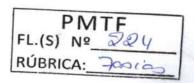
O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, à CONTRATADA, através de deposito em conta corrente, agência e banco indicados pela mesma.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento estará condicionado à comprovação por parte da Contratada, de sua regularidade **fiscal, social** e **trabalhista** por meio das certidões expedidas pelos órgãos competentes, devidamente atualizadas.

PARÁGRAFO SEXTO

Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no **Parágrafo Primeiro** desta Clausula, por culpa da Contratante, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples,





desde que, para tanto, não tenha concorrido à Contratada.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I =Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP =Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para execução do presente contrato ocorrerão à conta da Dotação Orçamentária:

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO
Unidade:	08 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO
Ação	
Função: 17	
Sbfunção: 5	12
Programa: (015
Projeto/Ati	vidade/Oper.Especial: 2-026
17.512.0015	.2-026 - Manutenção de Serviços de Saneamento e Abastecimento de Agua
Natureza o	la Despesa
3.3.90.39.00	.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de R	ecursos
1 500 Recu	ursos não Vinculados de Impostos

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO
Unidade:	06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA
Ação	





Função: 20

Sbfunção: 605

Programa: 0005

Projeto/Atividade/Oper.Especial: 2-017

20.605.0005.2-017 - Manutenção de Mercados, Feiras, Matadouros, Usinas e Assemelhados

Natureza da Despesa

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos

500

Recursos não Vinculados de Impostos

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejara a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;
- c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Segundo - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
- c) Indenizações e multas.

Parágrafo Terceiro - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O valor do presente Contrato não poderá ser reajustado durante o prazo de sua vigência. Ultrapassado o interregno de 01 (um) ano, o preço dos serviços poderá ser negociado o reajuste de acordo com a variação geral do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte formula:

 $R = V \times I$

Onde:

R = Valor do Reajuste Procurado;

PMTF FL.(S) Nº 226 RÚBRICA: Acodos



V = Valor Inicial do Contrato;

I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

Será responsabilizado administrativamente o licitante ou o contratado pelas seguintes infrações, consoante dispõe o art. 155 da Lei 14.133/2021:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no artigo nº 5 da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013

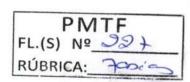
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nete edital as seguintes sanções:

I-advertência

II-multa

III-impedimento de licitar a contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar





PARÁGRAFO SEGUNDO - Na aplicação das sanções serão consideradas:

I-a natureza e a gravidae da infração cometida;

II-as peculiaridade do caso concreto;

III-as circuntâncias agravantes ou atenuantes;

IV-os danos que dela provierem para a Administração Pública

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximode 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- a) Para as infrações previstas nas alíneas "a" à "f" multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- b) Para as infrações previstas nas alíneas "h" à "l", a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SEXTO - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas "a" à "f" quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximode 3 (três) anos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas "h" à "l", bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "a" à "f" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5°, da Lei n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

PARÁGRAFO NONO - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se





não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sus decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar oucontratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA ONZE - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - O contratado e obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DOZE - DA HABILITAÇÃO

Manter durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

CLÁUSULA TREZE - DA FISCALIZAÇÃO

Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA**, o contrato será acompanhado e fiscalizado pelo(s) seu(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput).

I -Fiscalização Técnica

- a) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- b) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1°, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

PMTF FL.(S) № 229 RÚBRICA: Testico



- d) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- f) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

II -Fiscalização Administrativa

- a) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

III -Gestor do Contrato

- a) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- c) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- d) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).





- e) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- f) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- g) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA QUINZE - ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção") e se comprometem a cumpri-las fielmente.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, os quais devem ser aplicados no momento da execução do objeto, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos:

- a) Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- b) Acondicionar os produtos preferencialmente em embalagem individual apropriada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Parágrafo Único - A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

CLAÚSULA DEZESSETE – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no

FL.(S) Nº 23)
RÚBRICA: ¬ania



procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Primeiro - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Segundo - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DEZOTO - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA DEZENOVE - DAS PRERROGATIVAS

O regime jurídico deste contrato confere a CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no art. 104 da Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA VINTE - DA PUBLICAÇÃO

Incumbira a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura, bem como no respectivo sitio oficial na Internet, em atenção ao art. 8°, §2°, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Balsas- MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1°, da Lei n° 14.133/21.

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA

Assinado de forma digital por KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA:74444913304

CONTRATANTE KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA Prefeito Municipal

Tasso Fragoso/MA, 11 de junho de 2025.

CONTRATADA W.S CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA

CNPJ Nº 37.253.962/0001-62 Wesdras de Souza Barreira de Oliveira Representante Legal

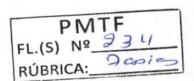
TESTEMUNHAS:

RÚBRICA



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO – MA

RESENHA DE CONTRATO Nº 72/2025/PMTF. PROCESSO Nº 38/2025 - PMTF. Contratação por adesão a Ata de Registro de Preços nº 04/2025 - SRP. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO - MA, inscrita no CNPJ nº 06.997.563/0001-82, e a empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.253.962/0001-62. BASE LEGAL Lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores. OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso-MA. PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos contato da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais). DOTAÇÃO Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO//Unidade: 08 **SECRETARIA** 17//Sbfunção: URBANISMO//Ação//Função: INFRAESTRUTURA. OBRAS E 512//Programa: 0015//Projeto/Atividade/Oper.Especial: 2-026//17.512.0015.2-026 - Manutenção de Serviços de Saneamento e Abastecimento de Agua//Natureza da Despesa//3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica//Fonte de Recursos//1500 Recursos não Vinculados de Impostos; Órgão: **PREFEITURA** MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO//Unidade: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E 0005//Projeto/Atividade/Oper.Especial: PESCA//Ação//Função: 20//Sbfunção: 605//Programa: 017//20.605.0005.2-017 - Manutenção de Mercados, Feiras, Matadouros, Usinas e Assemelhados//Natureza da Despesa//3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica//Fonte de Recursos//1500 Recursos não Vinculados de Impostos. Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira. Prefeito Municipal. Tasso Fragoso - MA, 11 de junho de 2025.





VALDINE DE CASTRO CUNHA

Prefeita do Município de Serrano do Maranhão/MA

Publicado por: NIZE AMORIM GONÇALVES Código identificador: 6eba818c1ff063b2a2da524c3d228ac5

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCUPIRA DO RIACHÃO

PORTARIA Nº 058/2025

PORTARIA Nº 058/2025 DE SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA, 24 DE JUNHO DE 2025. Exonera, a pedido, o servidor MARCOS ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS dá outras providências" O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 86, XIII c/c art. 105, II, "a", ambos da Lei Orgânica do Municipal. CONSIDERANDO o requerimento administrativo apresentado pelo servidor na data de 10/06/2025; RESOLVE: Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor MARCOS ANTONIO FERNANDES DOS SANTOS. nomeado pela Portaria nº 074/2018, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação do Município de Sucupira do Riachão - MA. Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, 24 de junho de 2025. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE, WALTERLINS RODRIGUES DE AZEVEDO, PREFEITO MUNICIPAL.

> Publicado por: JOSE WARLEN BARBOSA DA SILVA Código identificador: d3e990de9d11246c0552438230bb36b2

PORTARIA Nº 059/2025

PORTARIA Nº 059/2025 DE SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA, 26 DE JUNHO DE 2025. "Concede a licença, para exercício de mandato classista, ao servidor FRANCIVALDO SANTOS TEIXEIRA, pelo período que dispõe e dá outras providências". O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 86, IX c/c art. 105, II, "b", ambos da Lei Orgânica do Municipal, CONSIDERANDO o requerimento protocolado pelo servidor público municipal; RESOLVE: Art. 1º - Concede a licença, para exercício de mandato classista, com a percepção de vencimentos, em favor do servidor FRANCIVALDO SANTOS TEIXEIRA, do cargo de Professor de Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano (sede), nomeado pela Portaria nº 061/2018, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, até 17 de junho de 2029, nos termos do art. 90 da Lei Municipal nº 042/2001. Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, 26 de junho de 2025. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. WALTERLINS RODRIGUES DE AZEVEDO, PREFEITO MUNICIPAL.

> Publicado por: JOSE WARLEN BARBOSA DA SILVA Código identificador: 2f5c63628198f8ee160686e8d5cad21d

PORTARIA Nº 060/2025

PORTARIA N° 060/2025 DE SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA, 26 DE JUNHO DE 2025. "Concede a licença, para exercício de mandato classista, à servidora JOSELIA MOTA DE OLIVEIRA, pelo período que dispõe e dá outras providências". O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 86, IX c/c art. 105, II, "b", ambos da Lei Orgânica do Municipal. CONSIDERANDO o requerimento protocolado pelo servidor público municipal; RESOLVE: Art. 1º - Concede a licença, para exercício de mandato classista, com

a percepção de vencimentos, em favor da servidora JOSELIA MOTA DE OLIVEIRA, do cargo de Professora do 1º Grau, nomeada pela Decreto nº 09/98, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, até 17 de junho de 2029, nos termos do art. 90 da Lei Municipal nº 042/2001. Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, 26 de junho de 2025. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. WALTERLINS RODRIGUES DE AZEVEDO, PREFEITO MUNICIPAL.

Publicado por: JOSE WARLEN BARBOSA DA SILVA Código identificador: 6c85c18e043ba1e8e6faa030f4888bd4

PORTARIA N° 061/2025

PORTARIA Nº 061/2025 DE SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA, 26 DE JUNHO DE 2025. "Concede a licença, para exercício de mandato classista, à servidora DORALICE ALVES DOS SANTOS, pelo período que dispõe e dá outras providências". O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 86, IX c/c art. 105, II, "b", ambos da Lei Orgânica do Municipal. CONSIDERANDO o requerimento protocolado pelo servidor público municipal; RESOLVE: Art. 1º - Concede a licença, para exercício de mandato classista, com a percepção de vencimentos, em favor da servidora DORALICE ALVES DOS SANTOS, do cargo de Professora do 1º Grau, nomeada pela Decreto nº 02/98, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, até 17 de junho de 2029, nos termos do art. 90 da Lei Municipal nº 042/2001. Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito de Sucupira do Riachão, Estado do Maranhão, 26 de junho de 2025. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. WALTERLINS RODRIGUES DE AZEVEDO, PREFEITO MUNICIPAL.

> Publicado por: JOSE WARLEN BARBOSA DA SILVA Código identificador: e45d1fcf400dc4937232d17f863d9ff3

PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO

CONTRATO Nº 72/2025/PMTF.

RESENHA DE CONTRATO Nº 72/2025/PMTF. PROCESSO Nº 38/2025 - PMTF. Contratação por adesão a Ata de Registro de Precos nº 04/2025 - SRP. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO -MA, inscrita no CNPJ nº 06.997.563/0001-82, e a empresa W.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.253.962/0001-62. BASE LEGAL Lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores. OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de esgotamento e limpeza de fossas sépticas e esgotos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA. PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos contato da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais). DOTAÇÃO Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO//Unidade: 08 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO//Ação//Função: 17//Subfunção: 512//Programa: 0015//Projeto/Atividade/Oper.Especial: 2-026//17.512.0015.2-026 -Manutenção de Serviços de Saneamento e Abastecimento de Agua//Natureza da Despesa//3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica//Fonte de Recursos//1500 Recursos não Vinculados de Impostos; Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO//Unidade: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA//Ação//Função: 20//Subfunção: 605//Programa: 0005//Projeto/Atividade/Oper.Especial: 2-017//20.605.0005.2-017 -Manutenção de Mercados, Feiras, Matadouros, Usinas e Assemelhados//Natureza da Despesa//3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica//Fonte de Recursos//1500 Recursos não Vinculados de Impostos. Keisan R Holanda Vieira. Prefeito Municipal. Tasso na re Carvalho 11 de

FL.(S) Nº 335



junho de 2025.

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS Código identificador: 981be6d0d8048e597a3965b5ede0895e

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS

EXTRATO AVISO DE ADESÃO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20240310, VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21.2024, ORIGINADA PELO PROCESSO Nº 4791/2024, tendo como órgão gerenciador, o Município de Codó/MA. OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças na frota de veículos para atender as demandas da Secretaria de Educação do Município de Timbiras - MA. A Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelos §§ 4º e 5º do art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e incisos I e II do art. 32 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, resolve: Autorizar a mencionada Adesão da Ata de Registro de Preços nestes termos: CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ 06.424.618/0001-65 CONTRATADA: I L A DO NASCIMENTO & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 06.103.980/0001-34. Valor Total da empresa: R\$ 1.597.675,30 (um milhão, quinhentos e noventa e sete mil e seiscentos e setenta e cinco reais e trinta centavos), Timbiras - MA, 24 de junho de 2025.

> Publicado por: VITOR MARQUES DE ALCOBAÇA NETO Código identificador: ff415b30b266dcfef72d8761a63e47b7

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2506.001/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2506.001/2025, PROC. ADM. Nº 2705.001/2025 ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20240310 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21.2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4791/2024 ORIGINÁRIA DO MUNICÍPIO DE CODO - MA. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, inscrito no CNPJ sob nº 06.424.618/0001-65 CONTRATADA: J L A DO NASCIMENTO & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.103.980/0001-34 OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças na frota de veículos para atender as demandas da Secretaria de Educação do Município de Timbiras - MA. VIGÊNCIA: 25/06/2025 até 25/06/2026, VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ R\$ 1.597.675,30 (um milhão, quinhentos e noventa e sete mil e seiscentos e setenta e cinco reais e trinta centavos). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 14.133/2021 e nas demais normas vigentes. RECURSOS: Fonte de Recurso 1500000000 - Recursos não vinculados de Impostos 1500100100 -Receita de imposto e trans. - Educação Órgão 05 - Secretaria Municipal de Educação Unidade 01 - Secretaria Municipal de Educação Função 12 - Educação Subfunção 122- Administração Geral Projeto/Atividade 2.016 - Manut. e Func. da Sec. Mun. de Educação Natureza da Despesa 3.3.90.30.00 - Material de consumo 3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. pessoa jurídica Subelemento da Despesa 3.3.90.30.39 - Material p/ manutenção de veículos 3.3.90.39.19 - Manutenção e conservação de veículos Fonte de Recurso 1540000000 - Transferências do FUNDEBimpostos 30% 1541000000 - Transf. 30%-comple. União-VAAF

1542000000 - Transf. 30%-comple. União-VAAT 1543000000 - Transf. 30%-comple. União-VAAR Órgão 07 - FUNDEB Unidade 01 - FUNDEB Função 12 - Educação Subfunção 361 - Ensino Fundamental Projeto/Atividade 2.017 - Manut. do fundeb 30% fundamental Natureza da Despesa 3.3.90.30.00 - Material de consumo 3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. pessoa jurídica Subelemento da Despesa 3.3.90.30.39 -Material p/ manutenção de veículos 3.3.90.39.19 - Manutenção e conservação de veículos Fonte de Recurso 1540000000 -Transferências do FUNDEB-impostos 30% 1541000000 - Transf. 30%comple. União-VAAF 1542000000 - Transf. 30%-comple. União-VAAT 1543000000 - Transf. 30%-comple. União-VAAR Órgão 07 - FUNDEB Unidade 01 - FUNDEB Função 12 - Educação Subfunção 365 -Educação Infantil Projeto/Atividade 2.019 - Manut. do fundeb 30% Infantil Creche Natureza da Despesa 3.3.90.30.00 - Material de consumo 3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. pessoa jurídica Subelemento da Despesa 3.3.90.30.39 - Material p/ manutenção de veículos 3.3.90.39.19 - Manutenção e conservação de veículos Fonte de Recurso 1540000000 - Transferências do FUNDEB-impostos 30% 1541000000 - Transf. 30%-comple. União-VAAF 1542000000 - Transf. 30%-comple. União-VAAT 1543000000 - Transf. 30%-comple. União-VAAR Órgão 07 - FUNDEB Unidade 01 - FUNDEB Função 12 - Educação Subfunção 365 - Educação Infantil Projeto/Atividade 2.021 - Manut. do fundeb 30% Educação Infantil Pré escola Natureza da Despesa 3.3.90.30.00 - Material de consumo 3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. pessoa jurídic Subelemento da Despesa 3.3.90.30.39 - Material p/ manutenção de veículos 3.3.90.39.19 - Manutenção e conservação de veículos Fonte de Recurso 154000000 - Transferências do FUNDEBimpostos 30% 1541000000 - Transf. 30%-comple. União-VAAF 1542000000 - Transf. 30%-comple. União-VAAT 1543000000 - Transf. 30%-comple. União-VAAR Órgão 07 - FUNDEB Unidade 01 - FUNDEB Função 12 - Educação Subfunção 366 - Educação de Jovens e Adultos Projeto/Atividade 2.025 - Manut. do fundeb 30% Jovens e Adultos Natureza da Despesa 3.3.90.30.00 - Material de consumo 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica Subelemento da Despesa 3.3.90.30.39 - Material p/ manutenção de veículos 3.3.90.39.19 -Manutenção e conservação de veículos Fonte de Recurso 1500100100 -Receita de imposto e trans. - Educação 1544000000 - Recursos de Precatórios do Fundeb Órgão 06 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Unidade 01 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Função 12 - Educação Subfunção 361 - Ensino Fundamental Projeto/Atividade 2.030 - Manut. e Func. do MDE Natureza da Despesa 3.3.90.30.00 - Material de consumo 3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. pessoa jurídica Subelemento da Despesa 3,3.90,30,39 - Material p/ manutenção de veículos 3.3.90.39.19 - Manutenção e conservação de veículos Fonte de Recurso 155000000 - Transferência do Salário-Educação Órgão 06 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Unidade 01 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Função 12 - Educação Subfunção 361 - Ensino Fundamental Projeto/Atividade 2.089 - Manutenção da Quota Salário Educação - QSE Natureza da Despesa 3.3.90.30.00 - Material de consumo 3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. pessoa jurídica Subelemento da Despesa 3.3.90.30.39 - Material p/ manutenção de veículos 3.3.90.39.19 -Manutenção e conservação de veículos. Pela Contratante assina o Sr. RAIMUNDO NONATO SOUSA DA SILVA - Secretário Municipal de Educação, Pela Contratada assina o Sr. JOSE LUIS ALVES DO NASCIMENTO - Representante Legal. Timbiras - MA, 25/06/2025.

> Publicado por: VITOR MARQUES DE ALCOBAÇA NETO Código identificador: 54516362d43ce3fc6964260a25917b1b





Portaria do Gabinete nº 055 de 21 de janeiro de 2025.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 76, VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a execução dos Contratos Administrativos deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, conforme determinação ínclita no Art. 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Sr. **ARTUR PAULO DE ABREU MARTINS**, matrícula nº 02682, como Fiscal de todos os Contratos de Obras e Serviços de Engenharia celebrados e executados pela Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso/MA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2025.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS VINTE E UM DIA DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

KELSON RICHARD

CARVALHO

CARVALHO

HOLANDA

VIEIRA:744444913304

**The Common Common

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA

Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA